

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

ANDRÉ VINÍCIUS LOPES CONEGLIAN

**A EXPRESSÃO DO SIGNIFICADO CONCESSIVO NO PORTUGUÊS
BRASILEIRO: AS CONSTRUÇÕES GRAMATICAIIS NA INTERFACE COM
PADRÕES E SISTEMAS COGNITIVOS**

São Paulo
2019

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

ANDRÉ VINÍCIUS LOPES CONEGLIAN

**A EXPRESSÃO DO SIGNIFICADO CONCESSIVO NO PORTUGUÊS
BRASILEIRO: AS CONSTRUÇÕES GRAMATICAIS NA INTERFACE COM
PADRÕES E SISTEMAS COGNITIVOS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie,
como requisito parcial à obtenção de título
de Doutor em Letras

São Paulo
2019

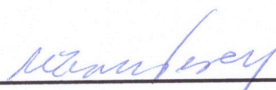
ANDRÉ VINÍCIUS LOPES CONEGLIAN

A EXPRESSÃO DO SIGNIFICADO CONCESSIVO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO:
AS CONSTRUÇÕES GRAMATICAIS NA INTERFACE COM PADRÕES E
SISTEMAS COGNITIVOS

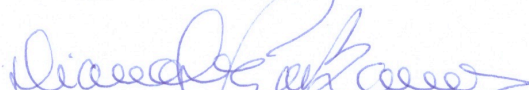
Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie,
como requisito parcial à obtenção de título de
Doutor em Letras.

Aprovado em 12 de fevereiro de 2019.


BANCA EXAMINADORA



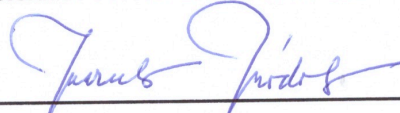
Prof.^a Dr.^a Maria Helena de Moura Neves
Universidade Presbiteriana Mackenzie



Prof.^a Dr.^a Diana Luz Pessoa de Barros
Universidade Presbiteriana Mackenzie



Prof. Dr. José Gaston Hilgert
Universidade Presbiteriana Mackenzie



Prof. Dr. Marcelo Módolo
Universidade de São Paulo



Prof. Dr. Juliano Desiderato Antonio
Universidade Estadual de Maringá

C747e Coneglian, André Vinícius Lopes.
A expressão do significado concessivo no português brasileiro :
as construções gramaticais na interface com padrões e sistemas
cognitivos / André Vinícius Lopes Coneglian.
125 f. ; 30 cm

Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Presbiteriana
Mackenzie, São Paulo, 2019.
Orientadora: Maria Helena de Moura Neves.
Referências bibliográficas: f. 116-125.

1. Concessividade. 2. Dinâmica de forças. 3. Construção
gramatical. 4. Composicionalidade. 5. Verbalização da experiência.
I. Neves, Maria Helena de Moura, *orientadora*. II. Título.

CDD 410

Bibliotecária Responsável: Eliana Barboza de Oliveira Silva - CRB 8/8925

*À memória da Rô, nossa “garotinha”,
com quem eu comemoraria o resultado
deste trabalho.*

Agradecimentos

Meus agradecimentos vão, em primeiro lugar, à professora Maria Helena de Moura Neves. Desde o meu primeiro ano de graduação, quando tomei conhecimento de seu livro *A vertente grega da gramática tradicional*, ser seu aluno foi minha “ambição” acadêmica. Ao final deste doutorado, vendo-me diante da tentativa de fazer um balanço de tudo o que vivi com a professora para agradecê-la pelas broncas, pelo incentivo, pelo estímulo, pelos desafios propostos, ocorre-me apenas uma ilustração que capta a profundidade do que é ser aluno dela: à maneira de Sócrates, ela transformava qualquer recepção de João Calvino num jardim florido, onde ela tranquilamente ensinava sobre linguagem, sobre literatura, sobre vida, e sobre tantas outras coisas que importam.

Agradeço ao (professor) Juliano (Desiderato Antonio), que, ontem, foi meu professor, e, hoje, é aquele amigo que traz valor à existência. Foi o Juliano que me ensinou a dar os primeiros passos no território da linguagem – e foi ele quem me apresentou à professora Maria Helena (!). Sem seu suporte, sua ajuda e seu amparo, dificilmente esta tese teria chegado ao final com bom êxito.

Agradeço à professora Diana Barros, com quem, desde o mestrado, tenho podido conversar sobre as interações causais e concessivas na linguagem e na vida. E, também, ao professor Gaston Hilgert, com quem, entre um cafezinho e outro, pude entender um pouco mais sobre a interação verbal. A esses dois professores, muito obrigado pelo suporte e pelo incentivo – desde o meu ingresso no Mackenzie!

Agradeço ao professor Marcelo Módolo, que tão gentil e prontamente aceitou participar da minha defesa, nos quarenta e cinco do segundo tempo. Suas contribuições, perguntas e questionamentos foram imensuravelmente valiosos.

Eu tive o privilégio de dividir minha jornada de doutorado com colegas incríveis, que se tornaram amigos: Felipe e Luciana, Mariú, Elise e Cristiano.

Meu agradecimento especial vai àqueles que, fora do meio acadêmico, souberam entender minhas angústias, minhas ausências e meus delírios. Agradeço à Ana e à Thais, por sempre me ajudarem no gerenciamento das minhas ‘doideiras’ e por sempre terem um ombro amigo disponível. E agradeço à Mari e ao Diego, que, mesmo de longe, se fizeram presentes em todos os momentos.

No final do doutorado, perdi uma das pessoas que, sem sombra de dúvidas, foi o meu esteio na vida – a Rô, “nossa garotinha”. É a ela que dedico esta tese, na esperança de que um dia estaremos juntos de novo. Agradeço, também, ao Ivan e à Juju, que sempre souberam ser apoio e sustento, com uma dose de bom humor.

Meus agradecimentos vão à minha família. Eu tenho o privilégio de fazer parte de uma família que está envolvida com tudo o que acontece na minha vida: vó S., vó I., tia Su, tia Ana, Rá e Joh, Téi e Marcelo. Obrigado por sempre torcerem por mim! E agradeço, também, à minha irmã, Jé, que sempre me ajudou a encontrar o ponto de equilíbrio quando as muitas letras me fizeram delirar.

Agradeço aos meus pais, César e Leci. Que privilégio ter vocês como pais. Se as categorias, de fato, se organizam radialmente, vocês, certamente, são os dois membros exemplares dela. Vocês têm sido meu esteio e têm me ensinado, desde sempre, que “apesar do fastio à vida, deve-se viver”.

Agradeço a Deus, porque nele a Palavra encontra sua verdadeira matriz.

Por fim, agradeço à FAPESP pela outorga da bolsa de doutorado (processo n. 2015/08048-8), pois, sem ela, este trabalho não teria sido realizado.

People use language to organize and communicate ideas without being at all conscious of how their language does it. [...] the experience of becoming conscious of previously unconscious phenomena is one of the principal joys of linguistic work.

Wallace Chafe

Discourse, consciousness and time

A concessão dever ter nascido no momento em que as declarações do falante sentiram o peso da argumentação contrária do interlocutor. A experiência do ouvinte nem sempre recebia de modo passivo tudo o que lhes narravam e com réplicas inteligentes esbarravam muitas afirmações que lhe chegavam ao conhecimento

Evanildo Bechara

Estudos sobre os meios de expressão do pensamento concessivo em português

– Lóri, disse Ulisses, e de repente pareceu grave embora falasse tranquilo, Lóri: uma das coisas que aprendi é que **se deve viver apesar de**. **Apesar de**, se deve comer. **Apesar de**, se deve amar. **Apesar de**, se deve morrer. Inclusive muitas vezes é o próprio apesar de que nos empurra para a frente. Foi o **apesar de** que me deu uma angústia que insatisfeita foi a criadora da minha própria vida. Foi **apesar de** que eu parei na rua e fiquei olhando para você enquanto você esperava um táxi. E desde logo desejando você, esse teu corpo que nem sequer é bonito, mas é o corpo que eu quero. Mas quero inteira, com a alma também

Clarice Lispector

Uma aprendizagem, ou o livro dos prazeres

CONEGLIAN, André V. Lopes. **A expressão do significado concessivo no português brasileiro: as construções gramaticais na interface com padrões e sistemas cognitivos.** Tese de doutorado. Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo. 2019.

Resumo: Neste trabalho, investiga-se a expressão da concessividade no português brasileiro contemporâneo, considerando-se a variedade e a diversidade dos meios pelos quais esse significado pode ser linguisticamente instanciado. O modelo teórico de exame é uma articulação entre cognitivismo e funcionalismo, que privilegia a multifuncionalidade dos expedientes linguísticos, a motivação sócio-cognitiva no estabelecimento das significações, e o interfaceamento entre os componentes sintático, semântico e pragmático. A orientação geral vai no sentido de explicitar a interface que os processos e os padrões cognitivos envolvidos nessa instanciação mantêm com a expressão linguística do significado instanciado. O corpus de análise compreende ocorrências de construções de concessividade em diversos gêneros textuais, sem que se fixe como objetivo do trabalho pesquisar especificamente as diferenças na expressão da concessividade nesses tipos de texto. Dentro desse quadro teórico-metodológico, propõe-se, neste trabalho, a distinção de dois grupos de construções de concessividade, no português: um primeiro grupo de construções convencionalizadas (as tradicionais construções complexas adverbiais), e um segundo grupo heterogêneo de construções não convencionalizadas (que abrangem desde construções de base causal até aquelas de base modal). O objetivo geral desta tese é descrever as propriedades sintáticas, semânticas e pragmáticas de construções gramaticais que instanciam o significado concessivo no português brasileiro. Nessa direção está abrigada a hipótese geral, que se confirma, de que as propriedades semânticas das construções de concessividade podem ser explicitadas a partir de domínios experienciais e de sistemas cognitivos esquemáticos, especialmente o “sistema de dinâmica de forças”. O balanço geral dos resultados deste trabalho sugere que: a) o estabelecimento de uma matriz semântica concessiva a partir de noções de dinâmica de forças revela as propriedades conceptuais que configuram essa zona de significações na linguagem; b) as propriedades semânticas ligadas à concessividade – como causa inoperante, condição insuficiente, quebra de expectativa, permanência de um estado – organizam-se e configuram-se a partir das relações que se estabelecem dentro do sistema de dinâmica de forças; c) o significado das construções de concessividade se obtém, afinal, do acionamento de esquemas globais ou parciais da matriz de concessividade.

Palavras-chave: concessividade, dinâmica de forças, construção gramatical; composicionalidade; verbalização da experiência.

CONEGLIAN, André V. Lopes. **The expression of concessive meaning in Brazilian Portuguese: grammatical constructions in interface with cognitive systems and patterns.** PhD Dissertation. Mackenzie Presbyterian University, São Paulo. 2019.

Abstract: This dissertation investigates the expression of concessive meaning in contemporary Brazilian Portuguese, looking at the variety and diversity of means through which such meaning might be construed. The cognitive-functional framework adopted here puts focus on the multi-functionality of grammatical constructions, the socio-cognitive motivation of meaning, and the interface between syntax, semantics and pragmatics. The general orientation of this study is to explicate the interface between cognitive patterns involved in the construction of grammatical meaning. The corpus of analysis is formed of utterance gathered from different sourced of actual language use. Within this broad theoretical-methodological framework, we propose a distinction between two constructional types for expressing concessiveness: a first group of conventionalized constructions (the traditional adverbial constructions), and a second group of non-conventionalized construction, which range in instantiation from causal to modal domains. The main goal of this dissertation is to provide a general description of the syntactic, semantic and pragmatic aspects of concessive constructions in Brazilian Portuguese. In this direction, the main hypothesis, that is confirmed throughout the work, is that the semantic properties of concessive constructions may be explicated in force dynamics terms. The general conclusions are: a) a concessive matrix provides the semantic properties that define the conceptual factors at play in construing concessive meaning; b) semantic properties of concessiveness, such as ineffective cause, insufficient condition, fall under force-dynamics systems; c) the meaning of concessive constructions is achieved by either accessing global or partial schemas of concessivity.

Key words: concessivity; force dynamics; grammatical construction; compositionality; verbalization of experience.

Lista de Figuras

Figura 1.1. Estrutura simbólica de uma construção.	25
Figura 1.2. Níveis de representação do significado.	37
Figura 3.1. A anatomia de uma construção concessiva.	67
Figura 3.2. Alinhamento semântico entre uma construção coordenada adversativa (11) e uma construção adverbial concessiva (11a).	74
Figura 5.1. Relações de composição e de integração em subordinadores complexos. .	101
Figura 5.2. A organização categorial dos subordinadores adverbiais concessivos no português brasileiro.	105

Lista de Quadros

Quadro 1.1. Operações linguísticas construturais, segundo Croft & Cruse (2004).	42
Quadro 2.1. Indicação das siglas dos corpora usados neste trabalho.	52
Quadro 2.2. Especificação na indicação das ocorrências do CDP.	53
Quadro 2.3. Especificação na indicação das ocorrências do CEL.	53
Quadro 2.4. Subordinadores adverbiais concessivos no português brasileiro.	53
Quadro 4.1. Os subordinadores adverbiais concessivos do português brasileiro quanto a sua natureza construcional.	96
Quadro 5.1. A correspondência de polaridade nas bases lexicais dos subordinadores concessivos complexos.	104

Sumário

Introdução

0.1 Linguagem, uso e cognição	13
0.2 Concessividade: o território de análise	14
0.3 Objetivos e hipóteses	16
0.4 Organização da tese	18

Primeira parte

Da conceptualização à verbalização da concessividade

Capítulo 01

A construção gramatical do significado concessivo na verbalização da experiência 21

1.1 Direções gerais para uma investigação da linguagem em uso: a sustentação cognitivo-funcional	21
1.2 As construções gramaticais e a codificação da concessividade: a organização do conhecimento gramatical do falante	25
1.3 Representações mentais, estrutura semântica e estrutura linguística: a construção das significações por meio da linguagem	28
1.4 Operações construturais e construção do significado: a correspondência entre as pontas da linguagem e da cognição	35
1.5 Processos de verbalização da experiência na comunicação: o ponto de encontro entre conceptualização e uso linguístico	44

Capítulo 02

As construções de concessividade no português brasileiro 46

2.1 Construções de concessividade: questões de convencionalidade e de composicionalidade	46
2.2 Distribuição dos padrões gramaticais: o método para a descrição das construções concessivas	49
2.3 Construções de concessividade no português brasileiro: um mapeamento	54
2.4 Relações simbólicas nas construções concessivas	62

Segunda Parte

Os elos simbólicos e as operações construturais nas construções gramaticais de concessividade

Capítulo 03

Os esquemas construcionais dentro do frame de concessividade	65
3.1 A representação semântica e a estrutura linguística da concessividade	65
3.2 O estabelecimento de um <i>frame</i> de concessividade e a anatomia de uma construção concessiva	67
3.3 A distribuição de itens de concessividade: os casos de <i>ainda</i> e de <i>mesmo</i>	71
3.4 A gramatização do <i>frame</i> de concessividade nos subordinadores adverbiais concessivos	76
3.5 A complexidade do <i>frame</i> de concessividade e as construções de concessividade	78

Capítulo 04

As construções gramaticais dentro da matriz semântica de concessividade	80
4.1 A necessidade de estabelecer uma matriz semântica para a concessividade	80
4.2 Uma configuração básica da concessividade pela concepção do sistema de dinâmica de forças: as relações entre concessividade, causalidade e negação	84
4.3 A elaboração da matriz de concessividade a partir da propriedade de <i>persistência</i> : o mapeamento dos elementos de concessividade nas construções adverbiais	90
4.3 A elaboração da matriz de concessividade a partir da propriedade de <i>escalaridade</i> : o ponto de encontro entre concessividade e condicionalidade	93
4.5 A complexidade da matriz concessiva e as construções gramaticais de concessividade	98

Capítulo 05

A categoria dos subordinadores adverbiais concessivos no português brasileiro .	100
5.1 Os subordinadores adverbiais como uma categoria construcional	100
5.2 A funcionalidade dos subordinadores adverbiais, com foco nos concessivos	102
5.3 A composição semântica dos subordinadores (concessivos) complexos no português: uma proposta cognitivista de análise	105
5.4 A organização categorial dos subordinadores concessivos complexos	108
5.5 Da composição semântica à organização categorial	112

Capítulo 06

Conclusões	113
-------------------------	-----

Referências bibliográficas	116
---	-----

Introdução

*... to understand language and the mind more fully
it is essential to recognize that all aspects of language
and all aspects of the mind belong to a complex,
integrated system embracing everything that
makes us human.*
Chafe (1994, p. 21)

0.1 Linguagem, uso e cognição: o conjunto de tudo que faz do homem homem

A experiência humana do mundo é, como diz Benjamin Whorf (1956, p.213, tradução nossa), um “[...] fluxo caleidoscópico de impressões que tem de ser organizado pela mente.”¹ humana. Por mais que a Linguística cognitivo-funcional discorde das ideias (ou, de algumas ideias) de Whorf, há de se reconhecer que essa caracterização é precisa e coerente com as mais atuais concepções a respeito da mente humana e dos sistemas cognitivos humanos. Caracterizações semelhantes são encontradas, por exemplo, em Langacker (2013, p.4) segundo quem a conceptualização “[...] apesar de ser um fenômeno mental, [...] é ancorada na realidade física.”² justamente por estar associada à mente humana, e em Chafe (1994, p.9), para quem é a mente humana que articula “[...] a interação dos seres humanos com o mundo físico.”

A linguagem humana, como diz Deacon (1997, p. 22), não constitui apenas um meio pelo qual os homens se comunicam, mas ela é a própria externalização de um tipo “não usual” de pensamento, a representação simbólica. A linguagem tem papel fundamental na organização da experiência não só porque, por meio dela, os seres humanos categorizam e organizam a sua experiência do mundo, mas também porque, por meio dela, os seres humanos estabelecem, entre si, contratos sociais de interação. A linguagem é, nessa medida, a própria representação (simbólica) da experiência e o próprio instrumento por meio do qual se estabelecem as relações de interação verbal (CHAFE, 1994; CROFT, 2001; LANGACKER, 2013), e a gramática, portanto, se define pela (e surge da) “verbalização da experiência” (CROFT, 2007).

¹ Texto original: “[...] a kaleidoscopic flux of impressions which has to be organized by our minds.” (WHORF, 1956, p.216).

² Texto original: “Though it is a mental phenomenon, conceptualization is anchored in physical reality.” (LANGACKER, 2013, p.4).

Na investigação da inter-relação entre língua (linguagem), cognição e comunicação, as categorias linguísticas e as relações gramaticais se colocam como relevantes para explicitação da estrutura das categorias conceituais, que se revelam (parcialmente) na linguagem (CROFT, 1991, 2001; LAKOF, 1987; LANGACKER, 1987). Desse modo, uma incursão pela língua que parta das funções e da composição das significações, como se faz neste estudo, pode levar a considerações a respeito dos meios pelos quais o conteúdo conceptual (a experiência) é “empacotado” na linguagem, sob a forma de construções (gramática) e de enunciados (texto), bem como pode levar à explicitação das operações construtivas³ (do inglês, *construal operations*) responsáveis por esse “empacotamento”, bem como, em última instância, dos meios pelos quais essas operações interagem entre si.

0.2 Concessividade: o território de análise

Estabelece-se como território linguístico central de investigação deste trabalho o das construções adverbiais concessivas, que são aquelas em que a relação entre um segmento nuclear e outro segmento adverbial é a de concessividade. Essas construções já foram extensivamente descritas dentro de diferentes modelos teóricos (STORTI-GARCIA, 2012; NEVES, 2000, 2002a; STASSI-SÉ, 2012; ZAMPRONEO, 1998, 2014), inclusive dentro modelo teórico cognitivo-funcional aqui adotado (CONEGLIAN, 2015), mas, neste estudo, a proposta vai justamente na direção de correlacionar a natureza conceptual do significado concessivo com a natureza da expressão linguística desse significado no português brasileiro.

A concessividade é geralmente expressa por meio de uma construção adverbial complexa, na qual um segmento concessivo, introduzido por um subordinador adverbial, liga-se a um segmento nuclear, como exemplificam as ocorrências (01), sendo seu significado básico o de contrariedade a uma expectativa (NEVES, 2011 [2000]).

(01)

a. creio que se pode afirmar que atualmente não temos propriamente o que se possa chamar literatura nacional, **embora** haja livros escritos em excelente português por bons poetas e bons prosadores brasileiros.

³ Veja-se seção 1.3, do capítulo 01.

(CDP:19:Fic:Br:Rio:Momento)

b. Eu desejava que ele dissesse uma missa aqui em casa, amanhã, **ainda que** pagasse caro.

(CDP:19:Fic:Br:Rocha:Dusa)

c. A maior ambição de um cineasta é contar a história do próprio país, **nem que** seja um pedacinho dela.

(CDP:19Or:Br:Intrv:ISP)

d. eu vou eu vou me formar em alguma coisa porque eu não suporto mais escrever em algum lugar que a minha profissão é ser doméstica " - **apesar de que** a profissão de doméstica ela é tão bonita e tão válida como qualquer outra...

(CDP:19Or:Br:LF:Recf)

O modelo teórico adotado neste estudo permite que sejam consideradas não apenas essas construções adverbiais que, convencionalizadamente, instanciam o significado concessivo, mas também um corpo de outras construções que, por compartilharem e herdarem os componentes semânticos da concessividade, também instanciam esse significado⁴. São exemplos, no português brasileiro: as construções com o subordinador adverbial condicional *se*, o menos especificado semanticamente, nas quais existe um jogo de polarização (02); as construções com o subordinador adverbial temporal *quando*, o menos especificado semanticamente, por via do qual emerge o significado concessivo (03); as construções com o coordenador adversativo *mas*, nas quais se correlacionam um verbo modal epistêmico e uma partícula escalar (04); e as construções com subordinação não oracional (preposicionada), nas quais se inserem itens instanciadores de concessividade do tipo de *mesmo* (05).

(02) Textos são, se não um objeto principal de trabalho, um instrumento auxiliar para atualização ou comunicação em qualquer esfera profissional ou social.

(CDP:19Ac:Br:Lac:Misc)

(03) Essa mulher procura um trabalho quando centenas de outros abandoam seus trabalhos.

(Neves, 2000 [2011], p.800)

⁴ Veja-se a seção 2.4, do capítulo 02, para uma listagem das construções que são consideradas neste trabalho.

(04) A pesquisa Datafolha publicada ontem mostra que Mário Covas, com 54 % de as intenções de voto, ainda é o favorito em a disputa a o governo de São Paulo. Pode até ganhar mas, moralmente, já perdeu.

(CDP:19N:Br:Folha)

(05) Mesmo com a possibilidade da recuperação de Edmundo, o Bahia ainda ficará desfalcado de Eduardo, que cumpre suspensão pelo terceiro cartão amarelo, e do lateral-esquerdo Vanderlei, entregue ao departamento médico por causa de uma contusão na virilha.

(CDP:19N:Br:Bahia)

0.3 Objetivos e hipóteses

Nesse modo de condução, fixa-se como objetivo geral deste estudo descrever, dentro de uma base teórica cognitivo-funcional, as construções gramaticais por meio das quais o significado concessivo é instanciado. A orientação geral vai no sentido de explicitar a interface que os processos e os padrões cognitivos envolvidos nessa instanciação mantêm com a expressão linguística do significado instanciado. Para tanto, estabelecem-se os seguintes objetivos específicos, que conduzirão ao que se propõe como uma “descrição” do objeto fixado para estudo:

- I. determinar os parâmetros definidores da natureza da categoria concessiva a partir do suporte teórico estabelecido para análise, enfatizando-se sua ancoragem no sistema cognitivo esquemático de dinâmica de forças;
- II. (proposta essa relação) estabelecer uma classificação semântica dos subordinadores adverbiais concessivos da língua portuguesa;
- III. verificar os graus de composicionalidade (SWEETSER, 1999; DANCYGIER & SWEETSER, 2005) das construções de concessividade, considerando que, devido à complexidade cognitiva da categoria concessiva, grande parte do significado dessas construções é instanciado pelas unidades simbólicas (CROFT, 2001; LANGACKER, 1987) que as compõem;
- IV. demonstrar o modo de gerenciamento da focalização de forças (‘dinâmica de forças’) na organização da zona semântica de causalidade-condicionalidade-concessividade (KÖNIG, 1986; NEVES, 2011 [2000], 2012);

- V. explicitar o contraponto entre as construções adverbiais concessivas e as construções coordenadas adversativas, considerando que os dois grupos se alinham semanticamente (TALMY, 2000) e que tal alinhamento resulta em padrões sistemáticos de correspondência das estruturas semânticas;
- VI. Estabelecer os padrões e as correspondências de alternâncias de polarização (positiva e negativa) nas construções concessivas por meio da descrição das estruturas linguísticas usadas para esse fim, considerando que a polarização, como já apontaram König (1988) e Neves (2000), é uma operação básica na configuração do significado concessivo;
- VII. afinal, identificar os traços de prototipia das construções concessivas, considerando que esses traços constituem uma decorrência da organização da categoria das construções de concessividade.

Como se pode observar, os objetivos específicos traçados compõem uma rota de análise por meio da qual se chega ao objetivo geral e à hipótese geral deste trabalho. Os resultados alcançados por meio das investigações em I e em II montam o cenário conceptual dentro do qual são analisadas e explicadas as construções linguísticas por meio das quais se expressa a concessividade no português brasileiro, conforme descrito nos objetivos de III a VII. Por fim, diante desse grande cenário no qual estão delineadas as especificidades das construções de concessividade no português brasileiro, são feitas as devidas generalizações sobre a organização, sobre a natureza e sobre o funcionamento da categoria concessiva a partir do desenho de mapas semânticos.

As hipóteses que subjazem a este trabalho estão organicamente relacionadas aos objetivos apresentados. A hipótese geral, sob a qual estão abrigadas todas as outras que são apresentadas a seguir, é a de que as propriedades semânticas de diferentes construções de concessividade podem ser explicitadas a partir de domínios experienciais e de sistemas cognitivos esquemáticos dos seres humanos, especialmente o “sistema de dinâmica de forças” (TALMY, 2000).

Dessa hipótese geral, decorrem as seguintes hipóteses. Essa hipótese geral se sustenta nas hipóteses mais específicas que se arrolam a seguir:

A primeira hipótese formulada, dando continuidade ao que foi feito em Coneglian (2015) é a de que os componentes semânticos (conceptuais) da concessividade, a saber,

escalaridade e persistência, estão relacionados intimamente com o sistema cognitivo da dinâmica de forças; tais componentes fornecem a estrutura conceptual que organiza aquilo que, neste trabalho, convencionalizou-se chamar de “cenário concessivo”.

A segunda hipótese é a de que a zona semântica de causalidade-condicionalidade-concessividade, já apresentada em König (1986) e Neves (2000, 2012), pode ser explicada, cognitivamente, a partir do jogo de focalização observado na interação das forças dentro da moldura de evento.

A terceira hipótese, relacionada à anterior, é a de que os diferentes valores semânticos e pragmáticos apresentam diferentes graus de composicionalidade, seguindo-se a assunção de base cognitiva de Sweetser (1999) de que também o nível pragmático apresenta variação no grau de composicionalidade, tal como o semântico.

A quarta hipótese, decorrente das duas anteriores, é a de que a especialização de subordinadores adverbiais concessivos para a expressão de valores semânticos e pragmáticos específicos (CONEGLIAN, 2015; ZAMPRONEO, 2014) é decorrente das propriedades composicionais do domínio semântico e do pragmático, o que evidencia a interface entre o plano da forma e o do significado (convencional) na construção das expressões concessivas.

Como se observa, assim como os objetivos se articulam em um roteiro de análise e descrição, as hipóteses aqui levantadas intrinsecamente se relacionam, permitindo que se chegue à hipótese geral do trabalho. A organização das hipóteses, assim como a dos objetivos, contempla a configuração conceptual da categoria concessiva e contempla, também, a configuração das construções linguísticas que expressam o significado concessivo.

0.4 Organização da tese

Esta tese está organizada em duas partes. A primeira parte, que abriga os capítulos 01 e 02, assenta bases teóricas e o objeto de estudo. No capítulo 01, discute-se a questão da construção do significado concessivo por meio da gramática, enfatizando-se, em interface, os aspectos cognitivos e funcionais atuantes na organização gramatical das construções de concessividade. No capítulo 02, faz-se um mapeamento (obviamente não exaustivo) de construções de concessividade no português brasileiro, provendo-se uma

descrição geral dessas construções e, assim, destacando-se os aspectos construcionais comuns partilhados por elas.

A segunda parte, que abriga os capítulos 03 a 05, dedica-se à exploração dos mais variados elos simbólicos que se estabelecem nas construções gramaticais de concessividade. No capítulo 03, o exame centra-se no estabelecimento de um *frame* que capte as regularidades construcionais e semânticas de concessividade. No capítulo 04, desenvolve-se a proposta de uma matriz concessiva com base nas noções de dinâmica de força, argumentando-se que é nessa matriz que as propriedades das construções de concessividade podem ser satisfatoriamente unificadas, de modo a configurar uma categoria construcional. No capítulo 05, examinam-se os subordinadores adverbiais concessivos de natureza conjuncional, propondo-se que eles constituem uma classe construcional, analisando-se, além disso, a composicionalidade desses itens, a fim de chegar a uma proposta de sua organização categorial.

Por fim, no capítulo 06, faz-se uma recolha crítica dos desenvolvimentos desta tese bem como projeções para estudos futuros.

Primeira parte

Da conceptualização à verbalização da concessividade

01 A construção gramatical do significado concessivo na verbalização da experiência

*A escolha da diversidade como pendor epistemológico
(na oscilação constitutiva dos estudos da linguagem)
leva-nos a focar a forma linguística como configuração
antes que como composição fregeana [sic]
de elementos independentes.
Salomão (2005, p. 133)*

1.1 Direções gerais para uma investigação da linguagem em uso: a sustentação cognitivo-funcional

Esta pesquisa sustenta-se sobre duas bases teóricas, complementares: as bases do Funcionalismo e as do Cognitivism linguístico. Considera-se que a opção pelo estabelecimento de uma interface entre esses dois campos de investigação linguística pode conduzir o trabalho de modo que seja possível observar a manifestação mais externa da linguagem, configurada nos usos, em correspondência com a sua manifestação mais interna, configurada nas representações conceituais.

No que diz respeito à assunção de base que governa os estudos funcionalistas, assume-se que fatores extralinguísticos, tais como significados e funções discursivas, devem ser incorporados na explicitação da estrutura linguística. Os princípios mais gerais dessa grande área de estudos são formulados de modo a não abrigar: uma série de concepções da sintaxe e da semântica puramente formais (CROFT, 2009a; GIVÓN, 1995); a completa autonomia da linguagem de outras faculdades cognitivas (CHOMSKY, 1965); a separação modular entre os componentes linguísticos (FODOR, 1983); a abstratização da língua em regras algebraicas (ALLWOOD, ANDERSSON & DAHL, 1977). Adotam-se, pois, princípios que convergem na consideração de que a gramática de uma língua natural “organiza as relações, constrói as significações e define os efeitos pragmáticos”¹ (NEVES, 2006, p.11).

O estudo segue princípios funcionalistas gerais segundo os quais: a) a linguagem é uma atividade sociocultural (HALLIDAY, 1985, 2013; HALLIDAY & MATTHIESSEN,

¹ Nesta definição, a autora resume a inter-relação dos componentes sintático (a organização de relações), semântico (a construção das significações) e pragmático (a definição de efeitos pragmáticos) na organização gramatical da língua.

2004, 2006); b) a estrutura linguística serve a funções cognitivas e comunicativas (GIVÓN, 1995); c) a estrutura linguística é não arbitrária, é amplamente motivada e icônica (HAIMAN, 1984; GIVÓN, 2001); d) o significado é dependente do contexto e não atômico (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004, 2006); e) as categorias não são discretas (GIVÓN, 2005); f) a estrutura é maleável, não rígida (GIVÓN, 1995); g) a língua, como fonte para a produção de sentidos, constitui um sistema, que é o conjunto de alternativas que estão à disposição para escolha do falante (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004, 2006).

Seguem-se, aliadamente, princípios cognitivistas gerais segundo os quais: a) a língua serve à função de “representação”, por meio da qual ela organiza o sistema conceptual humano, assim como à de “comunicação”, por meio da qual ela medeia a interação entre indivíduos que compartilham o mesmo sistema linguístico (TOMASELLO, 2003); b) a língua está organizada em termos de processamento cognitivo (LANGACKER, 1987, 1991a, 1999); c) a estrutura linguística fornece pistas para a organização do sistema conceptual humano (FAUCONNIER 1994, 1999; FAUCONNIER & TURNER, 2002; FAUCONNIER & SWEETSER, 1996; DANCYGIER & SWEETSER, 2005; LAKOFF & JOHNSON, 2003 [1980], 1999; LAKOFF, 1987).

Esses princípios gerais funcionalistas e cognitivistas convergem na direção central de um estudo da língua no qual as estruturas linguísticas são descritas de forma unificada, determinando-se e explicando-se sua “relativa prototipia” (LANGACKER, 1987, p.4).

Mais especificamente, dentro dessa ampla moldura cognitivo-funcional, são consideradas em interface, para o desenvolvimento desta pesquisa, as diretrizes do construcionalismo funcional de Croft (1991, 1995, 2001, 2005, 2007, 2012) e do cognitivismo de Langacker (1987, 1991, 1999, 2008, 2013), da semântica conceptualista de Talmy (1983, 2000, 2006, 2018) e do funcionalismo de orientação cognitivista de Givón (1989, 1995, 2002, 2005, 2010). O “construcionalismo” de Croft (2001, 2012) e a proposta de uma gramática cognitiva de Langacker (1987, 1991a, 2013) explicitam a natureza simbólica da língua por meio da descrição dos pareamentos de forma e significado das construções linguísticas. A proposta de uma semântica cognitiva de Talmy (2000), que assume uma orientação mais explicitamente conceptualista, descreve

sistemas cognitivos esquemáticos responsáveis pela organização da experiência humana e, portanto, da língua. E a proposta funcionalista desenvolvida por Givón (1989, 1995, 2005) oferece os fundamentos de uma visão de língua que privilegia a natureza cognitiva da pragmática, a natureza cognitiva das relações gramaticais na visão do modo como essas relações se sustentam no discurso.

Em interface, essas propostas estabelecem o cenário teórico-analítico a partir do qual se torna possível não apenas descrever as construções gramaticais por meio das quais o significado concessivo é instanciado (sem restrição, necessariamente, às construções adverbiais concessivas) mas também explicitar a relação que os processos cognitivos envolvidos nessa instanciação mantêm com a expressão linguística do significado (o objetivo geral deste trabalho). Nesse modo de condução, ficam inter-relacionados os componentes sintático, semântico e pragmático da língua, tal qual pregam, em geral, as propostas do funcionalismo linguístico, colocadas aqui, no seu conjunto, em uma perspectiva cognitivo-funcional.

Quanto ao território de investigação deste trabalho, entende-se que a zona semântica da concessividade, no português brasileiro, é um território fértil de construções inter-relacionadas, que apresentam diferentes graus de composicionalidade, herdando traços construcionais de forma-sentido de outras construções. Assim, o conjunto de construções gramaticais fixado como universo de análise neste trabalho decorre de uma decisão de pôr-se sob consideração a concessividade em todas as suas formas, não apenas na forma das construções (adverbiais) concessivas².

O estudo da estrutura gramatical da língua angulado em perspectiva funcional-cognitiva, tomando como ponto de partida as funções semânticas e pragmáticas das construções gramaticais, considera que tais funções necessariamente emergem da interação que os falantes têm com o mundo, e têm entre si. Nessa medida, o significado construído por meio da língua não está apenas localizado em mentes individuais, conforme prega o psicologismo abstrato, mas também está localizado, e principalmente, nas interações discursivas das quais ele emerge e nas quais está ancorado (LANGACKER, 2013, p.28). Nessa visão, a gramática de uma língua é aquela que faz a

² Ao longo deste capítulo, são apresentadas as construções que compõem o universo de análise desta tese. No entanto, no capítulo 02, faz-se um mapeamento dessas construções no português brasileiro, mediante uma apresentação sistematizada.

construção das significações, uma vez que, simbólica por natureza, ela governa combinação dos elementos na formação de estruturas linguísticas complexas (LANGACKER, 2013; GIVÓN, 2001). Desse modo, é possível – e é fundamental – determinar a ligação entre a estrutura conceptual da cognição humana expressa por meio das estruturas gramaticais e os processos de verbalização da experiência na comunicação (CROFT, 2007). Para a fundamentação deste trabalho, considera-se, pois, que as estruturas conceptuais e as escolhas linguísticas dos falantes acionadas no processos de verbalização da experiência provêm a unificação entre o objetivo geral e a hipótese geral: a expressão do significado concessivo por meio de construções gramaticais depende amplamente de um conjunto de operações conceptuais (construturais), acionado na verbalização da experiência.

A investigação da expressão da concessividade em diferentes construções gramaticais mostra que é necessário ter em conta, em primeiro lugar, que as formas linguísticas não podem ser tomadas como uma convencionalização direta, termo a termo, desse sentido instanciado. O que elas fazem, na verdade, a partir de combinações simbólicas construcionalmente arranjadas, é incitar as estruturas mentais dos falantes (FAUCONNIER, 1994, 1999) para a obtenção do significado. Há a considerar, também, que na língua não existem limites rígidos e discretos entre as categorias gramaticais e as zonas de significação linguística (NEVES, 2010, 2012), e que é por meio de uma construção coerente das peças linguísticas que se obtêm significações complexas e criativas (DANCYGIER & SWEETSER, 2005). E, ainda – insista-se – é fundamental considerar o enquadre pragmático que governa a construção das significações para fins de verbalização da experiência (CHAFE, 1977, 2005; CROFT, 2007).

O restante deste capítulo é dedicado à explicitação dessas três questões sumarizadas no parágrafo anterior: uma língua organiza-se a partir de construções gramaticais, e são elas as unidades básicas para a sua descrição (seção 1.2); se a unidade básica de organização dos expedientes linguísticos são as construções gramaticais, o significado construído por meio da linguagem é construcional (seções 1.3 e 1.4); e tudo o que se constrói por meio da linguagem é sempre para fins de verbalização da experiência, processo no qual o conteúdo conceptual é construído linguisticamente (seção 1.5).

1.2 As construções gramaticais e a codificação da concessividade: a organização do conhecimento gramatical do falante

Central ao desenvolvimento deste estudo é, exatamente, a noção de **construção gramatical**, que está ligada à natureza simbólica da linguagem e às funções desempenhadas pela língua (vejam-se as seções 1.3 e 1.4). Neste ponto, desenvolve-se essa noção, na tentativa de propor generalizações sobre uma ampla família de estruturas gramaticais relacionadas, as construções que expressam concessividade, a partir das suas propriedades semânticas e pragmáticas.

A visão de uma gramática organizada a partir de construções prevê um sistema de representações por meio do qual sejam contemplados todos os padrões construcionais de uma língua (FILLMORE & KAY, 1999³). Fillmore (1988, p. 36) define uma **construção gramatical** como qualquer padrão (sintaxe) ao qual estão associados um ou mais significados convencionais (semântica) a um ou a mais usos (pragmática). As construções linguísticas são, nessa medida, pareamentos convencionais entre forma linguística e conteúdo conceptual que resultam dos processos de organização mental da experiência humana (GOLDBERG, 2012).

Numa visão cognitivo-funcional, postula-se a determinação conceptual sobre os componentes semântico-pragmáticos e sobre a estrutura sintática, como se mostrou na seção anterior. Essa posição é adotada especialmente por Croft (1991, 2001, 2005) em sua teoria sintática “radical”⁴, segundo a qual as construções são representações sintáticas, e as categorias linguísticas são definidas a partir da função que exercem nas construções. Desse modo, fica possível caracterizar tanto a representação das categorias e das funções na mente do falante (conceptualização) quanto as estruturas linguísticas, que, quando convencionalizadas e estruturadas como um inventário, constituem a gramática da língua. Nesse modo de ver, há uma relação simbólica entre a forma e o significado das construções, e tal relação é interna à própria construção, ficando, portanto, imbricadas a estrutura sintática e o significado instanciado.

³ Esse modelo representa uma reação ao modelo linguístico componencial de organização da gramática, segundo o qual os componentes fonológico, sintático e semântico do léxico constituem componentes autônomos sobre os quais operam as regras de ligação. No modelo componencial, ligam-se as estruturas sintáticas às suas regras semânticas de interpretação e às suas regras de realização fonológica (CROFT, 2001; RADFORD, 1988).

⁴ Do inglês, *Radical Construction Grammar*.

Diz Croft (2001, p.18-21) que, nessa moldura teórica, a descrição das construções deve contemplar o **elo simbólico** entre forma e significado, os **elementos** da estrutura sintática (forma) e os **componentes** da estrutura semântica (significado), entre os quais se sustenta esse elo. Cada elemento sintático e seu correspondente componente semântico constituem uma parte do todo construcional e juntos formam uma **unidade simbólica** (elemento + componente), o que pode ser resumido na indicação de que o todo simbólico é composto de unidades simbólicas. O plano da forma, do qual fazem parte os elementos sintáticos, apresenta, além de propriedades sintáticas, também propriedades morfológicas e fonológicas; o plano do significado (convencional), do qual fazem parte os componentes semânticos, apresenta, além de propriedades semânticas, também propriedades pragmáticas e funcional-discursivas.

A estrutura simbólica de uma construção pode ser ilustrada no esquema que vem apresentado na Figura 1.1.

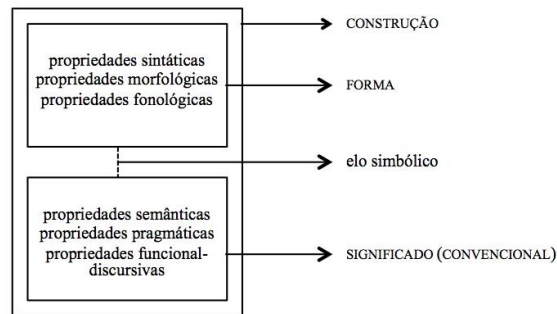


Figura 1.1. Estrutura simbólica de uma CONSTRUÇÃO.
(Adaptado de Croft, 2001, p.18)

Nesse modo de ver, assume-se a existência de ligações convencionalizadas entre propriedades semântico-pragmáticas e construções, não apenas no nível da morfologia (interno à palavra) mas também no nível da sintaxe. Essas ligações representam os traços de “composicionalidade construcional” (DANCYGIER & SWEETSER, 2005, p.9), que se definem tanto pelo significado linguístico convencionalizado quanto pelo significado contextualmente determinado.

Conforme está apresentado nos objetivos e nas hipóteses oferecidas na Introdução deste trabalho, essa noção de composicionalidade construcional é especialmente relevante para o estudo do significado concessivo. Ora, considerando-se que o significado de uma

construção é tanto convencionalmente quanto contextualmente determinado, a análise não pode restringir-se ao território de análise das construções adverbiais que tradicionalmente se analisam como concessivas (o significado linguístico convencionalizado). Cabe ampliar esse território de modo a abrigar outras construções que herdaram os componentes semânticos da concessividade e que, com recursos lexicogramaticais de outros domínios semânticos, também expressam o significado concessivo.

Nesse modo de condução, não são as relações sintáticas a representação básica gramatical; pelo contrário, as unidades gramaticais de análise são as construções, que, como mostra Langacker (1987, p.73), estão organizadas como um inventário estruturado de unidades linguísticas convencionais, no qual determinadas unidades funcionam como componentes de outras. Esse grande inventário de unidades, estruturadas e hierarquizadas com sobreposições (funcionais) e com zonas de intersecção, é representado como uma rede taxonômica de construções, na qual cada construção constitui um nó (CROFT, 2001, p.25).

Considerando-se essa configuração teórica assim discutida, pode-se resumir o tratamento construcional da gramática em três pontos mais gerais (CROFT, 2005): (i) o conhecimento gramatical do falante de uma língua está organizado por meio de construções, que são unidades simbólicas de diferentes complexidades – a mais complexa e mais esquemática são as construções sintáticas (por exemplo, construções de estrutura argumental), ao passo que as mais atômicas e mais substantivas são as construções lexicais (por exemplo, demonstrativos e adjetivos); (ii) as unidades básicas da representação gramatical são unidades simbólicas, o que implica abandonar traços e propriedades que são verificáveis na sintaxe e no léxico, e considerar que construções gramaticais especificam tanto a forma (propriedades sintáticas) quanto o sentido (propriedades semânticas e pragmáticas); (iii) as construções de uma língua formam o inventário estruturado do conhecimento do falante a respeito das convenções da sua língua, inventário esse estruturado na forma de uma rede taxonômica.

Para este trabalho são, ainda, considerados outros dois pontos teóricos da Gramática de Construções Radical de Croft (2001, 2005), que não são compartilhados por nenhuma outra vertente da gramática de construções. O primeiro ponto refere-se ao

fato de que as construções de uma língua são os elementos primitivos para sua representação sintática e, portanto, as categorias gramaticais da língua são definíveis a partir de sua ocorrência, ou não ocorrência, nas construções. O segundo ponto é que a representação formal de uma construção consiste apenas de uma construção complexa e de suas partes componentes, o que significa dizer não apenas que existe uma relação metonímica entre as partes de uma construção mas ainda que o significado de uma construção é composicionalmente construído a partir das partes da construção, daí a composicionalidade construcional, referida nesta seção.

Dada a colocação do foco de investigação nas construções gramaticais e no modo pelo qual o seu significado é estabelecido, cumpre explicitar os mecanismos por meio dos quais o componente semântico e o pragmático da linguagem se configuram. Para tanto, a seguir, se faz uma incursão nas operações semânticas (seção 1.3) e na projeção de estrutura conceptual na estrutura linguística (seção 1.4), para chegar-se, então, ao processo de verbalização da experiência (seção 1.5).

1.3 Representações mentais, estrutura semântica e estrutura linguística: a construção das significações por meio da linguagem

Conforme indicado na seção anterior, as bases funcionais e cognitivas gerais deste estudo preveem a existência de uma inter-relação entre os componentes sintático, semântico e pragmático da linguagem (DANCYGIER & SWEETSER, 2005; NEVES, 2006). A natureza funcionalista deste estudo permite a explicitação desse interfaceamento na descrição das construções que instanciam concessividade no português brasileiro, e a natureza cognitivista permite a explicitação dos arranjos mentais que organizam, sistematizam e motivam a rede de construções de concessividade (NIKIFORIDOU, 1990).

1.3.1 O componente semântico como angulador das incursões

A ênfase de uma investigação de base cognitivista é o domínio linguístico da semântica. É própria a esse tipo de investigação a verificação da maneira pela qual o significado é construído na linguagem a partir de experiências sócio-físico-culturais. Esse tipo de tratamento do significado difere de tratamentos formalistas (como o da semântica

lógica), nos quais o significado de uma proposição é representado a partir do cálculo de alguma propriedade semântica, por exemplo a verifuncionalidade de conectivos determinada por regras que governam a sua aplicação na proposição (HUMBERSTONE, 2011). No caso da explicitação do significado concessivo, o cálculo é geralmente feito a partir da implicação lógica (representada por \rightarrow) com a adição de um modificador do tipo “normalmente” (KÖNIG, 1985, 1986). Em (01), a seguir, tem-se a fórmula da implicação lógica do significado, e, em (02), a regra de interpretação da concessividade a partir da fórmula da implicação.

(01) Implicação lógica

Se $p \rightarrow q$

Se chover, não vou ao jogo.

(02) Implicação concessiva

Se $p \rightarrow$ normalmente $\sim q$

Embora chova, vou ao jogo.

(Se chove, eu normalmente não vou ao jogo.)

As fórmulas para o cálculo lógico captam algumas regularidades do significado construído por meio da linguagem, e enrijecem as categorias linguísticas e discretizam o potencial de criação de significados por meio da língua. Se um tratamento fundamentado em fórmulas para o cálculo de sentido das expressões linguísticas não dá conta de explicar plausivelmente o potencial significativo da língua, deve-se voltar a atenção aos processos que motivam, organizam e restringem esse potencial. Daí a necessidade de um tratamento que não enrijeça as significações criadas por meio da linguagem, mas, sim, que considere a determinação da interação verbal e dos padrões cognitivos atuantes na configuração dessas significações.

1.3.2 A construção da significação por meio da linguagem e os bastidores cognitivos

Na perspectiva cognitivista, o significado é visto como “fenômeno mental que eventualmente deve ser descrito fazendo-se referência ao processamento cognitivo”

(LANGACKER, 1987, p.97) ⁵ da experiência, e há a observar que essa definição constitui um ponto comum a praticamente todos os cognitivistas, no que diz respeito à construção do significado na mente humana ⁶. Langacker (1987) aponta para a necessidade de fazer referência ao polo semântico das estruturas simbólicas da linguagem, na descrição de construções gramaticais. O polo semântico de uma expressão linguística compreende a estrutura conceptual, organizada em termos de uma estrutura semântica que é “moldada” para propósitos simbólicos de acordo com as convenções linguísticas. Para o autor, a estrutura semântica, formada na mente do ser humano ⁷, é uma “conceptualização talhada para a especificações das convenções linguísticas” ⁸ (LANGACKER, 1987, p.99).

Os mecanismos cognitivos que viabilizam a percepção física constituem o mesmo aparato responsável pela organização do sistema conceptual humano e de todas as capacidades de raciocinar ⁹ (em inglês, *to reason*) dos indivíduos. Por isso, na ciência cognitivista (LAKOFF; JOHNSON, 1999), descarta-se a ideia de que a mente humana seja modular, nos termos de Chomsky (1965) e de Fodor (1983), e defende-se que ela é corporificada (em inglês, *embodied*), pois, conforme explicam Lakoff e Johnson (1999,

⁵ Langacker (1987), com base em Chafe (1970), assinala que essa definição adota uma perspectiva “ideacional”, ou “conceptual”. Texto original: “... a mental phenomenon that must eventually be described with reference to cognitive processing”.

⁶ Esse entendimento é partilhado por alguns funcionalistas que incorporaram o cognitivismo em sua investigação linguística, como é o caso de Chafe (1994) e Givón (2011). O funcionalismo de Halliday, que é essencialmente uma teoria sociocultural sobre a linguagem, mais tardiamente, também mostrou preocupação com o “componente” cognitivo da linguagem humana. Para Halliday e Matthiessen (1999, p.1), a construção da experiência é o que constitui o componente significativo da linguagem, contudo seu centro de investigação é a própria linguagem, não as experiências mentais ou os processamentos cognitivos, visto que é por meio da linguagem que os indivíduos armazenam e trocam experiências.

⁷ A caracterização da estrutura semântica como um fenômeno essencialmente mental e dependente das noções de “mente”, “pensamento” e “evento” é compatível com avanços recentes na ciência cognitiva, principalmente no ramo da Neuroteoria da Linguagem (FELDMAN, 2006; LAKOFF; JOHNSON, 1999, apêndice). Essa teoria é construída com base em duas premissas: a primeira é a de que o pensamento é uma atividade neural estruturada; a segundo é a de que a linguagem está imbricada no pensamento e na experiência (FELDMAN, 2006, p.3).

⁸ Tradução deste autor. Texto original: “Semantic structure is conceptualization tailored to the specifications of linguistic convention”.

⁹ O termo **razoar** será utilizado aqui conforme as acepções de Lakoff e Johnson (1999, p.3-4, tradução nossa), segundo os quais o termo abrange “não apenas a nossa capacidade de inferências lógicas, mas também nossa habilidade de conduzir uma investigação, de resolver problemas, de avaliar, de criticar, de deliberar sobre o modo como devemos agir, de chegar a um entendimento sobre nós mesmos, sobre outros e sobre o mundo” Texto original: “[Reason includes] not only our capacity for logical inference, but also our ability to conduct inquiry, to solve problems, to evaluate, to criticize, to deliberate about how we should act, and to reach an understanding of ourselves, other people, and the world”.

p.16), a arquitetura da estrutura neuronal dos indivíduos determina os conceitos que serão formados e o tipo de arrazoamento que os indivíduos poderão fazer.

A questão que surge diante desses fatos é a existência de uma relação entre linguagem e cognição, ou, mais especificamente, entre gramática e cognição – relação essa discutida nesta pesquisa. Para Talmy (2000, p. 21), a gramática de uma língua determina a maior parte das estruturas de representações cognitivas, o “esqueleto” para o material conceptual (conteúdo) especificado pelo léxico. Ressalta Fauconnier (1994, p. xviii) que a gramática é o elo visível entre os “misteriosos bastidores” da cognição (ou o sistema conceptual) e o comportamento linguístico dos seres humanos. O que isso significa é que a gramática da língua funciona como uma ponte que liga os expedientes linguísticos aos elementos conceptuais. Nessa medida, as regras gramaticais são definidas como padrões recorrentes de uso linguístico (LANGACKER, 2008, p.24). E, visto que constituem padrões recorrentes do uso na combinação de elementos simbólicos da linguagem, as regras são em si mesmas simbólicas e esquemáticas. O conhecimento desses padrões reside, portanto, em um amplo conjunto de entidades simbólicas, que variam em seu grau de complexidade e de esquematicidade.

1.3.3 Um tratamento não reducionista das categorias linguísticas: a construção de “um ‘mesmo’ significado, o concessivo, a partir de diferentes peças”¹⁰

Na investigação da codificação do significado por meio da língua em direção funcional-cognitiva, uma preocupação são as representações mentais das estruturas linguísticas por meio das quais se constitui a significação, o que leva a assumir que a evidência linguística determina o modelo de representação mental (CROFT, 1998). Tais evidências são frequentemente buscadas introspectivamente, um tipo de exame que não conduz à realidade cognitivo-interacional do significado construído por meio da linguagem e que enrijece as categorias da língua. Para esta pesquisa, a imprecisão de limites categoriais põe-se como um fenômeno básico na investigação dos fatos linguísticos, uma vez que categorias linguísticas e categorias conceptuais organizam-se de tal modo que seus limites são, por vezes, fluidos e difusos, e seus membros frequentemente se sobrepõem, como mostra extensivamente Neves (2012).

¹⁰ Expressão de Sweetser (2006, p. 23).

A esse respeito, afirma Langacker (1987, p.370) que “os fatos da língua operam com um tratamento não-reducionista da categorização”¹¹. Ora, na perspectiva de que a língua é tanto uma estrutura simbólica (por meio da qual as estruturas conceptuais humanas se organizam) quanto um instrumento de comunicação de experiências conceptualizadas, fica implicado o não discretismo e a gradiência das categorias de que a língua dispõe, e ainda a gradiência de pertencimento dos itens linguísticos e gramaticais a essas categorias.

Como aponta Bybee (2010), esse caráter gradiente das categorias linguísticas e a presença da variação na língua não são argumentos contra o estudo e a descrição dos padrões linguísticos que emergem no uso; pelo contrário, a descrição das generalizações, a partir de semelhanças e de traços comuns encontrados nos membros das categorias, é essencial ao estudo gramatical, visto que a “categorização estabelecida faz parte do conhecimento do falante sobre as convenções linguísticas”¹² (LANGACKER, 1987, p.370).

Essa visão de que a linguagem compreende categorias fluidas não exclui uma sistematização da organização categorial na gramática da língua; exclui, apenas, a premissa de que o significado linguisticamente construído reside em um “*check-list*” de propriedades submetidas a valor de verdade (FILLMORE, 1975). Defende Lakoff (1987) que, na visão cognitivista, a gramática como “pura forma” é incompatível com a própria realidade cognitiva e com a comunicativa, pois o significado produzido na linguagem a partir da gramática – isto é, a propriedade semântica da gramática – emerge justamente do componente experiencial e imaginativo da cognição humana, componentes que determinam a formação e a organização de categorias conceptuais.

A esse respeito, as assunções de base no cognitivismo são que a língua (ou, ainda, mais amplamente, a linguagem) é parte integrante do sistema cognitivo humano, e que, como tal, sua estrutura tem de ser descrita considerando-se aquilo que se sabe a respeito dos processos mais gerais que regem o funcionamento desse sistema (LANGACKER,

¹¹Tradução deste autor. Texto original: “The facts of language [...] dedicate a nonreductive approach to categorization”.

¹²Tradução deste autor. Texto original: “[...] established categorization is part of a speaker’s knowledge of linguistic conventions”.

1987)¹³. Na sua função semiológica, a língua expressa significados ancorados não só na conceptualização da experiência como também na interação entre os indivíduos que a utilizam. Duas questões que surgem diante dessas considerações são a natureza da construção dos significados por meio da linguagem e o papel da gramática na construção desse significado. Nessa medida, a gramática é indissociável da produção do significado¹⁴, e os componentes sintático e semântico da língua não estão particionados, antes estão conjungidos de forma a constituir um inventário estruturado de unidades simbólicas convencionais.

No que diz respeito ao objeto específico de estudo deste trabalho, que é o significado concessivo, ele pode ser expresso em português brasileiro por meio das tradicionalmente classificadas como construções adverbiais concessivas (03), nas quais um subordinador adverbial explicita a relação de concessividade entre dois segmentos.

(03) Sabia, por exemplo , que ela ia discutir o caso dele, Delfino, com padre Estêvão, **ainda que** o mundo viesse abaixo.

(CDP:19Fic:Br:Callado:Madona)

Esse significado pode ser expresso, ainda, por uma variedade de outras construções que não necessariamente as adverbiais marcadas por um subordinador concessivo, por exemplo:

– por meio de uma construção comparativa com o item *como* e duas instâncias do verbo *ser* (04);

(04) E sem juro, note bem, sem juro! **Fosse como fosse**, a verdade era que todos os comerciantes do lugar disputavam a freguesia daquelas famílias abastadas

(CEL-TV-R)

¹³ A mesma assunção de que a língua faz parte do sistema cognitivo humano é considerada **em** teorias formais, como o gerativismo. O caminho pelo qual os formalistas chegam às explicações para a estrutura da língua, no entanto, difere radicalmente do dos cognitivistas, principalmente porque aqueles consideram que, apesar de fazer parte do sistema cognitivo, a língua é um módulo separado dos outros módulos que compõem esse sistema, sem que haja interação entre eles (Fodor, 1983).

¹⁴ Basta verificar que até mesmo as teorias formalistas, que assumiam essa dissociação *ad hoc*, passaram, gradativamente, a assumir tal associação.

– ou por meio de uma construção coordenada sindética em que um dos termos coordenados é uma oração com a expressão fixa *não importa o* seguida de uma oração relativa (05);

(05) **Não importa o** que você diga, eu não acreditarei.

(CDP:19Ac:Br:Enc)

– ou, ainda, por meio de uma construção condicional em que se verifica um jogo de polaridades (o positivo e o negativo) (06).

(06) **Se não** o matei, desejei ardentemente matá-lo.

(CEL-OC-R)

Neste trabalho, verifica-se o modo pelo qual um “mesmo” significado, o de concessividade, é expresso no português por meio de diferentes construções gramaticais. Ainda assim, mantém-se, aqui, a posição de que um “mesmo” significado jamais poderá ser composto na língua por meio de diferentes “peças”, isso porque duas construções gramaticais, dois itens lexicais, dois morfemas nunca são completamente sinônimos (SWEETSER, 2006a), nunca são absolutamente substituíveis um pelo outro nos enunciados.

Essa possibilidade implica uma discussão a respeito do quão composicional é uma construção gramatical que instancia concessividade. De um lado, estão construções adverbiais concessivas, como a que vem exemplificada em (03), cujo significado concessivo pode, de fato, ser computado a partir das partes componentes da construção; de outro lado, estão construções como a condicional polar negativa, em (06), cujo significado concessivo se obtém apenas globalmente, sem que seja possível atribuir esse significado à soma das partes componentes da construção (SZABÓ, 2007; DANCYGIER, 2004; KAY & MICHAELIS, 2012). Por ora, reserva-se a discussão mais aprofundada a respeito dos graus de composicionalidade das construções gramaticais que instanciam concessividade para os capítulos da segunda parte desta tese, nos quais se argumenta a favor de que a composição do significado concessivo seja vista em termos de contínuo de composicionalidade.

A possibilidade de um “mesmo” significado ser codificado por meio de diferentes construções é decorrente do princípio cognitivo mais geral de que é próprio da cognição humana a habilidade de conceptualizar uma mesma experiência de diferentes maneiras (LANGACKER, 1987). A implicação disso para o trabalho de descrição linguística é verificar quais as propriedades semânticas dos eventos relevantes para a sua codificação linguística (CROFT, 2012). No caso da concessividade, o que se hipotetiza, neste trabalho, é que tal codificação encontra sua ancoragem cognitiva em sistemas cognitivos mais genéricos, como o de dinâmica de forças e o de atenção. Ou seja, a configuração da concessividade na linguagem reside em uma série de operações construturais, como se discute a seguir.

1.4 Operações construturais e construção do significado: a correspondência entre as pontas da linguagem e da cognição

No balizamento das incursões semânticas que se fazem ao longo deste capítulo, tem-se procurado mostrar a necessidade de considerar a experiência como âncora para qualquer atividade linguística – desde a categorização até a verbalização. Defende-se, pois, a importância de pôr em questão o modo pelo qual os aspectos experienciais se ligam à linguagem na verbalização da experiência. Assim, nesta seção, vêm considerados o modo pelo qual os falantes organizam o conhecimento de mundo (experiência), a partir de *frames* semânticos, e o modo pelo qual sistemas cognitivos gerais são acionados na forma de operações construturais, para a instanciação linguística da experiência.

1.4.1 Uma semântica orientada para o conhecimento de mundo dos falantes: os *frames* semânticos

Frames são “representações esquemáticas de estruturas conceptuais e de padrões de crenças, de práticas, de instituições, de imagens, etc. que provêm a base para a interação significativa em uma dada comunidade de fala”¹⁵ (FILLMORE et. al., 2003, p. 235). A proposta de *frames* semânticos saiu do modelo da Gramática de casos de Fillmore (1968), segundo a qual os papéis temáticos observáveis na sintaxe decorrem de atributos comuns

¹⁵ Tradução deste autor. Texto original: “...schematic representations of the conceptual structures and patterns of beliefs, practices, institutions, images, etc. that provide a foundation for meaningful interaction in a given speech community”

no nível conceptual, que surgem da experiência rotineira e compartilhada, do conhecimento enciclopédico, de representações mais abstratas e esquemáticas de participantes semânticos, e das interações entre os interlocutores na comunicação.

A linguagem em si – tanto o léxico quanto a gramática – representa categorizações da experiência, sendo essas categorias motivadas por, e formadas a partir de, experiências de fundo (*background*). Como explica Fillmore (1976, p. 25), palavras, expressões linguísticas e fórmulas gramaticais estão associadas a *frames* particulares de tal modo que uma forma linguística (seja ela de que complexidade for), usada em um determinado contexto, ativa na mente dos falantes *frames* a ela associados.

Considere-se, por exemplo, o acionamento de *frames* na linguagem por meio de verbos. Itens como **doar** e **receber** evocam, respectivamente, os *frames* CENÁRIO DE DOAÇÃO e CENÁRIO DE RECEBIMENTO, do qual fazem parte elementos tais como DOADOR, RECEPTOR, TEMA, etc. Esses itens, ainda que evoquem o mesmo *frame*, impõem perspectivas diferentes na construção linguística do evento: o verbo **doar** perfila a perspectiva do doador, ao passo que **receber** perfila a perspectiva do receptor, e a alternância de perfilamento de perspectiva implica diferença no mapeamento sintático dos elementos desse *frame*, como se vê esquematizado em (07) e (08)¹⁶, a seguir.

(07) Empreiteira *doou* R\$ 975 mil ao Instituto FHC, aponta laudo.

DOADOR		TEMA	RECEPTOR
Empreiteira	doou	R\$ 975 mil	ao Instituto FHC
<i>sujeito</i>		<i>objeto direto</i>	<i>objeto indireto</i>

(08) Lula *recebeu* quase R\$ 4 milhões da Odebrecht, diz PF.

RECEPTOR		TEMA	DOADOR
Lula	recebeu	quase R\$ 4 milhões	da Odebrecht
<i>sujeito</i>		<i>objeto direto</i>	<i>objeto indireto</i>

Quanto ao objeto de estudo desta tese, o que se tem são os subordinadores adverbiais concessivos que, como se desenvolverá no capítulo 05, evocam *frames*. Se

¹⁶ As ocorrências (07) e (08) são manchetes retiradas do jornal *O Estado de São Paulo*, n. 44580, 07 de novembro de 2015. Seção política, p. A6.

considerados como construções gramaticais, esses subordinadores apresentam essa relação simbólica estabelecida entre o polo semântico e o polo formal. Mais especificamente, os subordinadores formados a partir de uma base lexical e uma partícula subordinativa evocam, por um lado, o *frame* da base lexical, que traz consigo propriedades semânticas e gramaticais, e, por outro lado, o *frame* da própria partícula subordinativa, que vem com sua especificação já determinada pelo contexto construcional em que ocorre. Isso significa que a construção em si determina e especifica quais propriedades do *frame* de cada item podem ser evocadas. A especificação das propriedades do item lexical da base se dá por meio de operações cognitivas: ou de ordem metafórica, como é o caso de *se bem que*, ou de ordem metonímica, como é o caso de *ainda que*.¹⁷

1.4.2 A representação semântica como decorrente de estruturas conceptuais: a questão da construtura linguística

Nas seções anteriores, ficaram assentadas duas questões básicas: a) o significado é um fenômeno mental de base experiencial e seu estudo exige que se faça referência aos processos cognitivos envolvidos na conceptualização da experiência (LANGACKER, 1987); b) uma unidade linguística, como a palavra, evoca um *frame*, que é a própria ligação entre essa unidade e as experiências armazenadas na memória, experiências essas que foram selecionadas, filtradas e generalizadas (FILLMORE, 1976; CHAFE, 1977). Nesse modo de condução, é pertinente considerar que o significado das unidades simbólicas da língua diz respeito apenas à experiência conceptualizada codificada em material linguístico. No entanto, o significado de uma expressão linguística diz respeito não apenas à experiência que ela evoca, mas principalmente ao modo pelo qual essa experiência é construída com a linguagem, daí a noção de **construtura** (do inglês, *construal*) (LANGACKER, 1987, 2013; CROFT & CRUSE, 2004, entre outros), que será discutida nesta seção.

Nessa medida, existem dois níveis de representação do significado, os quais devem permanecer distinguidos um do outro: um nível correspondente à representação conceptual, que serve como *input* para as operações construturais, e um nível de

¹⁷ Veja-se o capítulo 05.

representação linguística, que é o *output* dessas operações (CROFT & WOOD, 2000). Essa distinção entre os níveis é esquematizada na Figura 1.4, a seguir.

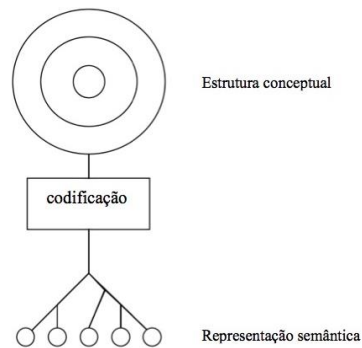


Figura 1.2. Níveis de representação do significado.
(Adaptado de Langacker, 1976, p.323)

Na Figura 1.2, aparecem distinguidos o nível da estrutura conceitual e o da representação semântica, este pertinente ao campo da língua e aquele, ao da cognição. Os dois níveis devem ser distinguidos no plano das análises, pois, no processo de codificação de uma estrutura conceitual em representação semântica, o falante deve selecionar quais aspectos relevantes da experiência são mais apropriadamente empacotados na forma linguística (LANGACKER, 1976; CHAFE, 1994; CROFT, 2007). A ideia está representada nessa Figura, com os círculos correspondendo a estruturas conceituais, e as árvores esquemáticas correspondendo à representação semântica de uma expressão linguística.

Se a estrutura conceitual é configurada a partir de princípios cognitivos mais gerais (e não simplesmente de regras da gramática), então é perfeitamente possível que estrutura conceitual e representação semântica linguística difiram em sua caracterização, sendo necessária a integração do plano da semântica linguística ao plano da cognição humana geral (LANGACKER, 1976, p. 320). Nessa condução, a tarefa é, portanto, a de incluir na descrição do significado linguístico a conceptualização da experiência verbalizada. No caso da zona de investigação deste trabalho, que é a do significado concessivo, é possível considerar a inclusão da conceptualização da experiência considerando-se os

arrazoamentos subjacentes a esse significado, que são os arrazoamentos causal e condicional.

A tensão entre o nível da estrutura conceptual e o da representação semântica está no centro da investigação desta tese. Ora, uma vez que a hipótese do trabalho diz respeito à subjacência de sistemas cognitivos gerais na configuração da concessividade, a tarefa é justamente explicitar aqueles aspectos relevantes para a verbalização da concessividade, de todo modo considerando a necessidade de, nesse percurso, considerar o cenário geral da concessividade.

Tome-se como exemplo o parâmetro aqui reiterado como central da concessividade: a sua relação com as zonas semânticas da causalidade e da condicionalidade. Toda construção adverbial concessiva convencionalizada, composta de um segmento principal e de um segmento adverbial concessivo, liga-se tanto a uma pressuposição (que se liga à zona causal) quanto a uma implicação (que se liga à zona condicional). Assim, uma ocorrência como (09), a seguir, (negativamente, como se discutirá adiante) a de que “**porque** os quatro produtores têm muita afinidade, seu estilo de trabalho é similar”, e também evoca (negativamente, como se discutirá adiante) a implicação de que “**se** os produtores têm muita afinidade, seu estilo de trabalho é similar”.

(09) ... a gente discutiu todas as músicas na pré-produção, cada um escolheu as faixas que mais interessava produzir. Foi um disco com várias caras. **Apesar de** ter tido um estilo de trabalho diferente, os quatro produtores têm muita afinidade.

(CDP: 19Or:Br:Intrv:Com)

Ora, tanto a causalidade (por via da pressuposição) quanto a condicionalidade (por via da implicação) devem ser negadas para que a concessividade seja configurada de fato – e aí está uma característica básica da concessividade: a existência de um jogo polar, entre positivo e negativo. No caso de (09), tanto o segmento adverbial quanto o segmento nuclear apresentam polaridade positiva, ou seja, são afirmativos. No entanto, o jogo polar se estabelece lexicalmente pela oposição entre “muita afinidade”, no segmento principal, e “trabalho diferente”, no segmento concessivo. O adjetivo “diferente” é, semanticamente, portador de polaridade negativa. Nesse modo de condução, a ocorrência

(09) pode ser reescrita em (09a) a seguir, de tal modo que fique marcado construcionalmente o jogo entre o positivo e o negativo nos segmentos adverbial e nuclear.

(09a) **Apesar de não** ter tido um estilo de trabalho parecido/semelhante, os quatro produtores têm muita afinidade.

(CDP:19Or:Br:Intrv:Com)

A negação, como operação básica da concessividade (NEVES, 2011 [2000]; ZAMPRONEO, 1998), é verificada como um traço configurador de muitas outras construções que expressam concessividade, como exemplificam as ocorrências (10) e (11), a seguir.

(10) "Quero dizer", atenuou sem muito jeito, "que **não** se deve empregar um certo tempero ou modo de cozer **só porque** se aprendeu assim.

(CEL-ACM-R)

(11) Algumas revistas, **se não** a maioria, têm como objetivo principal a divulgação dos trabalhos dos pesquisadores da própria instituição.

(CEL-PRC-T)

Nessas duas ocorrências, a negação interage com a causalidade, em (10), e com a condicionalidade em (11): em (10), a negação aparece no segmento nuclear (não no adverbial), e a conjunção causal **porque** aparece angulada pela partícula de foco **só**; em (11), a negação aparece no próprio segmento condicional, resultando, dessa composição, uma interpretação de restrição. As ocorrências (10) e (11) apresentam uma interpretação equivalente ao que vem em (10a) e (11a), a seguir, devendo-se observar que a proposição negativa permanece em (10b), mas não em (11b).

(10a) Quero dizer que não se deve empregar um certo tempero ou modo de cozer, **embora** tenha se aprendido assim.

(11a) Algumas revistas têm como objetivo principal a divulgação dos trabalhos dos pesquisadores da própria instituição, **se bem que** a maioria [tem].

As construções exemplificadas em (10) e (11) representam possibilidades de compor o significado concessivo a partir de peças linguísticas que não expressam convencionalizadamente esse significado. Ora, como será mostrado mais adiante nesta tese (vejam-se os capítulos da segunda parte), uma vez que se chega à configuração de uma determinada zona conceptual, neste caso a da concessividade, é pertinente verificar os expedientes linguísticos que são cooptados para expressão desse significado. Como está na hipótese central deste trabalho, a expressão do significado concessivo depende de operações construturais que se ligam a sistemas cognitivos mais gerais, como o sistema de dinâmica de forças e o sistema de atenção. A discussão desses sistemas e das operações construturais é feita a seguir.

1.4.3 As operações construturais como meio de importação de conteúdo conceptual na estrutura linguística

Na discussão da estrutura simbólica das construções linguísticas, um dos pontos a ser investigados é o da natureza do elo simbólico que une o plano da forma (com suas propriedades morfossintáticas e fonológicas) ao plano do conteúdo (com suas propriedades semânticas, pragmáticas e discursivo-funcionais). Esse tratamento conferido à gramática e à significação desafia propostas que, inseridas no campo da lógica, defendem, para verificação do significado na língua, a existência de condições de verdade, cujo cálculo só pode ser estabelecido a partir da soma das partes de uma expressão linguística.

Nesse sentido, a investigação considera, necessariamente, as operações linguísticas construturais (*construal operations*) como instâncias de operações cognitivas mais gerais que impõem sua estrutura sobre as construções da língua. Construtura se define como a estrutura semântica de uma experiência¹⁸, ficando assumido como principal característica dessa operação o fato de que a mesma experiência pode ser conceptualizada de diferentes maneiras (Croft, 2012). As ocorrências (10) e (11), discutidas na seção anterior, são exemplos de que a experiência concessiva pode ser construída linguisticamente de modos alternativos.

¹⁸ Conforme discutido na seção 1.3, “experiência” diz respeito a qualquer aspecto do mundo real que seja apreensível à cognição humana, e “significado” e “estrutura semântica” dizem respeito ao modo de compreensão dessa experiência que é relevante para a sua formulação linguística (CROFT, 2012).

Obviamente, não é necessário recorrer a construções diferentes para verificar essa possibilidade. O fato de uma língua (como a portuguesa) dispor de um conjunto de subordinadores adverbiais concessivos é uma forte indicação de que, ainda que eles expressem o significado básico de concessividade na relação entre o segmento adverbial e o segmento nuclear, há aspectos diferentes da conceptualização desse significado ativados pelos subordinadores (CONEGLIAN, 2015). Essa não é uma particularidade dos subordinadores adverbiais concessivos, ela se aplica a todos os subordinadores das zonas de causalidade, condicionalidade e concessividade. Considerem-se as ocorrências a seguir específicas das zonas de causalidade e de concessividade.

- (12) O fato de Monje querer ele mesmo ser o líder da revolução, **ainda que** recusando-se a ir para o lugar onde se travava a luta principal, é questão de pormenor.

(CDP:19Or:Br:Intrv:Com)

- (13) Isso tudo mostra que as cotas funcionam, **mesmo que** alguns partidos não as tenham preenchido.

(CDP:19Or:Br:Intrv:Cid)

- (14) **Já que** não há dinheiro no bolso, as financeiras optaram pelo prazo, captando recursos com juros baratos de 6% ao ano e aplicando na praça dos 8% de juros ao mês, ganhando bruto 96% em um ano.

(CDP:19Or:Br:Intrv:Com)

- (15) Ele observa, porém, que trabalha apenas com carros que não dão trabalho, **uma vez que** faz uma inspeção rigorosa antes de coloca-los à venda.

(CDP:19N:Br:PA)

- (16) Em face das peculiaridades do local, o sítio fora escolhido para abrigar a escola da comunidade, sem qualquer objeção da parte de Nonô, **visto que** ele mesmo tinha oito filhos, todos em idade escolar e ansiosos para beber os ensinamentos ministrados pelos paulistas.

(CDP:19:Fic:Br:Cabral:Xamboia)

Pode-se verificar, em todas as ocorrências de concessividade, que: (i) a relação de concessividade é particularizada segundo as noções semânticas da base componente do subordinador que explicita essa relação; (ii) portanto, a semântica da base lexical impõe uma estrutura semântica específica à experiência verbalizada. No caso dos subordinadores causais, isso é alcançado, nas ocorrências apresentadas, a partir das

noções de temporalidade (*uma vez que*), aspectualidade (*já que*) e evidencialidade (*visto que*) e, no caso dos subordinadores concessivos, a partir das noções de persistência (*ainda que*), escalaridade (*mesmo que*) e avaliação (*se bem que*) (CONEGLIAN, 2015). A ideia de que esses subordinadores adverbiais de natureza morfossemântica complexa especificam a natureza da relação entre o segmento nuclear e o segmento adverbial (expressando, assim, uma relação muito mais específica e restrita entre esses segmentos) não é ausente dos estudos linguísticos (HALLIDAY, 1994 [1985]; MONTOLÍO, 2000; NEVES, 2006), entretanto não está disponível uma investigação que busque verificar a importação conceptual trazida por esses itens para a estrutura semântica das construções adverbiais, como mostra Coneglian (2018).

Operações construturais de diferentes ordens estão identificadas em diferentes vertentes do cognitivismo. Está em Croft e Cruse (2004, cap. 3) uma classificação generalizada e sistemática dos tipos de operações construturais, sem a pretensão de propor uma lista exaustiva e encerrada. Os autores argumentam que existe uma relação muito próxima entre as operações propostas por linguistas e os processos psicológicos propostos por psicólogos cognitivistas e estudiosos da fenomenologia. Afirmam Croft e Cruse (2004) que isso não poderia ser diferente, uma vez que a hipótese de base do cognitivismo é a de que a linguagem é uma instância de habilidades cognitivas mais gerais.

O Quadro 1.1 resume as operações mais gerais identificadas por Croft e Cruse (2004). No quadro, aparecem quatro classes de operações construturais, cada uma correspondente a diferentes habilidades cognitivas gerais do sistema conceptual humano: I. Atenção/saliência; II. Julgamento/comparação; III. Perspectiva/situacionalidade; IV. Construção/Gestalt.

<p>I. Atenção/saliência</p> <p>A. <u>Seleção</u> Perfilamento; Metonímia;</p> <p>B. <u>Escopo (domínio)</u> Escopo da predicação; Domínios de busca; Acessibilidade;</p> <p>C. <u>Ajustamento escalar</u> Quantitativo; Qualitativo;</p> <p>D. <u>Dinâmica</u> Movimento fictivo; Escaneamento</p>	<p>III. Perspectiva/situacionalidade</p> <p>A. <u>Ponto de vista</u> Ponto de vantagem; Orientação</p> <p>B. <u>Deixis</u> Espáciotemporal; Epistêmica (<i>common ground</i>); Empatia</p> <p>C. <u>Subjetividade/objetividade</u></p>
---	---

sequencial	
II. Julgamento/comparação A. <u>Categorização (<i>framing</i>)</u> B. <u>Metáfora</u> C. <u>Figura/fundo</u>	IV. Construção/Gestalt A. <u>Esquematização estrutural</u> Individuação; Esquematização topológica; Escala B. <u>Dinâmica de forças</u> C. <u>Relacionalidade (entidade)</u>

Quadro 1.1. Operações linguísticas construturais, segundo Croft & Cruse (2004, p.46).

Com base na relação de codependência entre estrutura linguística e estrutura conceptual, que se tem tentado mostrar até aqui, é necessário fazer a ressalva de que, se estudada isolada do contexto de uso, essa relação de codependência reflete apenas aquilo que há de psicológico na natureza da linguagem, das categorias semânticas e das estruturas linguísticas. Portanto, visto pelo ângulo da interação verbal, todo conteúdo conceptual é transformado em material linguístico para propósitos de verbalização da experiência (CHAFE, 1975; 1977; 1994; 2005). Disso trata a próxima seção, em que se mostra que é no processo de verbalização da experiência que as pontas do uso linguístico e da estrutura conceptual se amarram.

1.5 Processos de verbalização da experiência na comunicação: o ponto de encontro entre conceptualização e uso linguístico

A comunicação é a própria interação verbal entre indivíduos de uma mesma comunidade linguística, por meio de símbolos linguísticos convencionais construídos intersubjetivamente. Dik (1997) define o processo comunicativo, a que chama de **interação verbal**, como um processo estruturado no qual os falantes da língua mutuamente constroem e reconstroem suas informações pragmáticas e seu conhecimento de mundo: ou seja, é um processo no qual os *frames* do falante e do ouvinte se põem em constante negociação.

No processo comunicativo, os símbolos linguísticos se associam, formando padrões regulares de combinação. Esses padrões linguísticos constituem construções gramaticais que instanciam um significado formado, em parte, pelos próprios componentes lexicais e, em parte, pelo resultado da combinação entre esses componentes. Como pareamento

entre uma forma linguística e um significado¹⁹, as construções gramaticais codificam não apenas o significado conceptual (informação conceptual) mas também os “efeitos de condições funcionais do contexto comunicativo”, os quais estão relacionados às determinações contextuais da interação verbal, ou seja, da língua em uso (NUYTS, 2002, p.437).

No uso da linguagem, os falantes não verbalizam diretamente suas conceptualizações da experiência. A verbalização é um processo que exige que a experiência se conforme às formas linguísticas. Nessa medida, a estrutura gramatical da língua não codifica diretamente quem fez o quê a quem, quando e como; antes, a estrutura gramatical serve à codificação da função e do significado, e as construções gramaticais da língua desempenham a principal função de “empacotar a informação” para fins comunicativos (LANGACKER, 1976; CROFT, no prelo). Aí está, pois, o “atar as pontas”: a verbalização da experiência (a ponta sociointerativa) e a conceptualização (a ponta cognitiva) estão interligadas por meio da língua.

O empacotamento da informação diz respeito às operações construturais, discutidas na seção 4.3. Para Croft (no prelo, p.15-20), esse processo de empacotamento da informação para fins comunicativos segue três princípios básicos: o primeiro é o de que qualquer conceito pode ser empacotado (ou, mais amplamente, construído), de modo a satisfazer aos objetivos conjuntos dos interlocutores (CROFT, 1991; LANGACKER, 1987; TALMY, 2000); o segundo princípio é o de que a natureza da realidade (isto é, as propriedades semânticas de classes semânticas) favorece ou desfavorece certos tipos de operações construturais (LANGACKER, 2013); o terceiro princípio é o de que a relação entre forma e significado, que diz respeito ao tipo de construção em que podem ocorrer as unidades linguísticas com um significado particular, é uma questão de convenção cultural, na verdade, de convenções linguísticas de uma determinada comunidade (CROFT, 2000).

Afinal, esses princípios convergem na ideia central do cognitivismo-funcionalismo de que a gramática da língua serve como meio de comunicação entre os usuários da língua. Assim, se o que os falantes comunicam é a experiência coerentemente construída

¹⁹ Na visão Fauconnier e Turner (2002, p.5-6), a **forma** em si não apresenta **significado**, mas ela “seleciona” as regularidades do processo significativo. Assim, o que a forma faz é suscitar significados, e por trás dela está o “poder humano” de construir significações.

(GIVÓN, 1995), então os elementos mais gramaticais são aqueles que servem à função de recuperar blocos de experiências, rotinizadas e entrincheiradas no sistema conceptual humano. E é dentro desse amplo quadro teórico que se propõe uma investigação dos meios pelos quais o significado concessivo é expresso no português brasileiro, pondo-se sob consideração o interfaceamento de três aspectos da linguagem: (i) a linguagem se organiza por meio de construções gramaticais (seção 1.2); (ii) as construções gramaticais expressam a combinação particular de uma estrutura semântica (seções 1.3 e 1.4) e a função de empacotamento da informação (seções 1.4 e 1.5); e (iii) essa combinação particular só é devidamente verificada no processo de verbalização da experiência, que é a configuração da interação verbal (seção 1.5).

02 As construções de concessividade no português brasileiro

I take the special task of linguistics to be that of discovering and displaying the principles which underlie such knowledge.
Fillmore (1997 [1971], p. 05)

2.1 Construções de concessividade: questões de convencionalidade e de composicionalidade

Ao longo da Introdução e do capítulo anterior, foram apresentadas construções de concessividade que gramaticalmente se configuram a partir de peças (aparentemente) não ligadas ao domínio da concessividade, mas, ainda assim, a essas construções é possível atribuir uma interpretação global de concessividade. Também foram apresentadas, e mais destacadamente, as construções que instanciam concessividade a partir de peças convencionais, como é o caso das tradicionais construções adverbiais concessivas. É necessário, portanto, elaborar a distinção entre esses dois meios de expressão do significado concessivo, esse que é linguisticamente convencionalizado (ilustrado em 01), e aquele meio não convencionalizado que é o caso de construções cujo significado global é o de concessividade, mas que se constrói com componentes dos domínios causal (em 02), condicional (em 03) e modal (em 04).

Basicamente, tem-se que em (01) é possível especificar qual a peça construcional que marca a concessividade – o subordinador **por mais que** –, ao passo que em (02) a (04) não é possível apontar especificamente a peça que traz esse significado, uma vez que o sentido de concessividade emerge do todo construcional, não de uma parte.

(01) Teve um ano que eu fiquei com sete comerciais no vídeo. Acabava um começava outro. Só dava eu. Então, achei que não era legal. **Por mais que** eu adore fazer isso, achei que não era uma coisa justa comigo, com o cliente e nem com o público, que começa a tomar um porre de você.

(CDP:19Or:Br:Intrv:Cid)

(02) Mas o Comercial **nunca** deixou de aceitar um homem decente **só porque** tivesse a pele um pouco escura.

(CEL-TV-R)

(03) Dentre estes, grande parte dos que haviam lutado para ter o partido, a organização, **se não** o têm mais, **tampouco** o desejam.

(CEL-PUS-T)

(04) Você **pode até** me achar cruel, **mas** eu preferiria te ver morto a te ver nos braços de outra.

(CEL-OM-D)

A distinção entre o que é linguisticamente convencionalizado e o que é não convencionalizado está especialmente em Grice (1975). Para ele, as unidades linguísticas podem expressar significados convencionais, também considerados “significados naturais”, bem como significados não convencionais, ou “não naturais”, cuja configuração depende de inferências, por parte do falante, provindas de um conjunto de suposições a respeito dos objetivos e dos propósitos dos falantes na interação verbal (LEVINSON, 2000). Nesse modo de condução, pode-se dizer que significados convencionais são aqueles que emergem de valores verifuncionais e de uma composição direta¹ das partes de uma expressão linguística² (BARKER & JACOBSON, 2007; SZABÓ, 2007). Em contraponto, o significado não convencional de uma expressão linguística não resulta – nem pode resultar, conforme propõe Goldberg (2016) – da composição direta das partes constituintes da expressão.

A tensão entre o que é convencional e o que não convencional resolve-se, na verdade, na questão do mapeamento entre forma e significado (CROFT, 2000, especialmente o capítulo 04). Dentro da orientação cognitivo-funcional desta tese, e sobretudo com a suposição da construção gramatical como unidade básica da linguagem, é possível verificar até que ponto o significado de uma construção concessiva é composicional (ou convencional), e a partir de que ponto é necessário atribuir esse

¹ De acordo com a hipótese da composicionalidade direta (BARKER, JACOBSON, 2007), os componentes sintático e semântico das expressões linguísticas ‘co-laboram’ na configuração do significado dessa expressão. Essa hipótese liga-se diretamente ao princípio composicional de que o significado de uma expressão complexa deriva das funções de suas partes constituintes (DOWTY, 2006; SZABÓ, 2007).

² O capítulo 04 desta tese é dedicado à análise da composicionalidade (construcional) dos subordinadores adverbiais concessivos. Nele são desenvolvidas reflexões mais aprofundadas a respeito da composicionalidade das construções linguísticas. Por ora, basta traçar um paralelo geral entre significado convencional e composicionalidade.

significado à construção como um todo. Nessa direção, o que se defende nesta tese é que o papel desempenhado pelas formas linguísticas das construções de concessividade é justamente o de evocar partes de *frames*, ancorados em sistemas cognitivos, que se ligam, afinal, à concessividade.

A fim de explicitar o modo pelo qual se sustentam esses mapeamentos entre forma e significado na construção do significado concessivo, este capítulo traz um mapeamento de construções que instanciam concessividade no português brasileiro, delimitando os aspectos relevantes para a descrição dessas construções. Entretanto, montar uma descrição minuciosa de cada construção apresentada neste capítulo está além do objetivo desta tese, e o que se propõe não vai além da descrição de traços gerais dessas construções descrever a fim de que seja possível captar parâmetros definidores da categoria concessiva. E para proceder a esse mapeamento, considera-se imprescindível discutir a adequação do método que serve a esse tipo de investigação.

2.2 Distribuição dos padrões gramaticais: o método para a descrição das construções concessivas

Dado o objetivo geral deste trabalho, que é o de descrever aspectos morfossintáticos e funcionais das construções que expressam concessividade no português brasileiro, a metodologia de descrição deve ser rigorosa o suficiente para que os mapeamentos entre forma e função sejam captados de acordo com o que se verifica, nesse campo, na realidade da língua em uso. Nessa direção, a preservação do rigor metodológico na descrição de fatos construcionais da língua exige não apenas a consideração das relações forma-função, mas também a ampla verificação de diversidade de padrões construcionais (CROFT, 2009c). No que diz respeito à consideração do mapeamento entre forma-função, a análise distribucional é o caminho pelo qual se pode chegar com bom êxito a esses elos simbólicos, no exame das construções linguísticas (seção 2.2.1). E, no que diz respeito à verificação de uma diversidade de padrões construcionais, é necessário que o exame se conduza a partir de dados reais da linguagem em uso provenientes de *córpus* (seção 2.2.2).

2.2.1 O papel da análise distribucional na descrição das construções de concessividade

A Linguística é uma ciência empírica (DIXON, 2010) e, como tal, os resultados obtidos a partir das investigações devem ser condizentes com os fatos das línguas humanas (CROFT, 2001, 2010a). No Funcionalismo, acredita-se que os princípios que governam a sintaxe não estão fechados em si mesmos, antes têm de ser postuladas regras “comportamentais”³ que regulam a codificação dos significados por meio das estruturas gramaticais (CROFT, 1991). Desse modo, são necessários métodos por meio dos quais seja possível o registro dos usos gramaticais a partir da distribuição da gramática no texto (GIVÓN, 1995, cap.7), e, nesse contexto, cabe considerar os métodos empregados e o material linguístico de que se dispõe.

No que diz respeito ao método, alguns linguistas – como Dixon (2010) e Aikhenvald (2015) – defendem que aquele a ser seguido, prevalentemente, na investigação linguística, é o indutivo, que é aquele por meio do qual se descobrem regras gerais a partir de uma amostra linguística representativa. Por outro lado, linguistas como Givón (1989, 1995) e Croft (1991, 1998, 2013), assumem a conjugação de uma variedade de métodos para a formulação de hipóteses a respeito das estruturas gramaticais da língua em função, bem como para a sua descrição, justamente por considerarem que a exclusividade do método indutivo pode levar a formulações e descrições imprecisas.

Dentro do amplo objetivo funcionalista de registrar os usos comunicativos da gramática, defende Givón (1989, 1995) que, para o estudo da distribuição da gramática do texto, não só o método indutivo deve ser empregado, mas também os métodos dedutivo (por meio do qual são feitas inferências a partir de uma regra geral) e o abdução-analógico (por meio do qual se chega a um contexto mais amplo, considerando-se hipóteses fundamentadas por regras gerais). Própria desse tipo de investigação que conjuga os três métodos é a análise distribucional (vejam-se as seções 2.2.2 e 2.2.3), pela qual se pode chegar à organização, na mente do falante, do conhecimento gramatical⁴ (CROFT, 1991, 2001; GIVÓN, 1995, 2011).

³ Do termo em inglês *behavioral*, usado por Croft (1991, p.25).

⁴ Diz Croft (2001, p.9) que as teorias sintáticas, sejam elas ontologicamente funcionais sejam formais, preocupam-se com a seguinte pergunta: “qual a natureza do conhecimento gramatical na mente do falante/ouvinte, e como esse conhecimento deve ser representado?”.

No que diz respeito ao material de pesquisa, funcionalistas e cognitivistas diferem radicalmente. Se, por um lado, para explicar os fenômenos gramaticais da língua, a Linguística funcional se vale de um “material textual autêntico”⁵ (que, como caracterizam Halliday e Matthiessen, 2013, p.3, nada mais é senão linguagem contextualizada em função), por outro lado a Linguística cognitiva, na sua forma mais tradicional, vale-se de sentenças inventadas para determinar o empacotamento conceptual na linguagem⁶. No entanto, estudos cognitivistas mais recentes⁷ têm se valido de material textual autêntico, admitindo a importância do contexto interacional para a determinação do significado conceptual na linguagem⁸.

Este estudo, alinhado à tradição funcionalista e aos mais recentes estudos cognitivistas, lida com “material textual autêntico” a fim de alcançar os objetivos traçados. Nessa medida, vale-se de ocorrências coletadas em diferentes corpúsculos, submetendo-as a uma análise distribucional, de modo que seja possível chegar às propriedades morfosintáticas e semântico-pragmáticas das construções que instanciam o significado concessivo em português brasileiro. Como propõe Langacker (1987), a escolha do método resulta, obviamente, da visão de linguagem esposada pelo analista e daquilo que o analista espera encontrar na linguagem (LANGACKER, 1987).

Um método para o estudo da estrutura gramatical da língua geralmente empregado nas várias versões de Estruturalismo, de Formalismo e de Funcionalismo, é a análise distribucional. Por meio dessa condução de análise, determinam-se as regularidades na relação distribucional de um determinado conjunto de propriedades do discurso, o que significa verificar as ocorrências dessas propriedades umas em relação às outras (HARRIS, 1951). Nessa medida, tal método é o principal meio de identificação das unidades gramaticais básicas a partir das quais os enunciados são construídos (CROFT, 2001).

⁵ Butler (2003, p. XVIII).

⁶ Alerta Givón (2001, p.18-19) que seria errôneo descartar completamente o uso de frases inventadas e isoladas de um contexto por meio das quais são testados padrões aceitáveis (e inaceitáveis) de construções gramaticais. O autor destaca duas vantagens desse método: em primeiro lugar, é um bom meio para se adquirir familiaridade com estruturas morfológicas e oracionais; em segundo lugar, é um bom território para manipular uma única variável e registrar os efeitos semânticos dessa mudança.

⁷ São exemplos: o estudo de Dancygier e Sweetser (2005) sobre construções condicionais no inglês, o estudo de Dancygier (2004) sobre o genitivo no polonês; o estudo de Grondelaers, Geeraerts e Speelman (2006) sobre as construções existenciais com *er* no holandês; entre muitos outros.

⁸ A esse respeito, vejam-se, principalmente, Croft (2009) e Talmy (2006).

Givón (2001) considera que, para uma condução funcionalista desse tipo de análise, o estudo das funções comunicativas das estruturas da língua deve estar centrado, necessariamente, em um exame da gramática dentro de seu contexto comunicativo natural. Com a mesma visão, esta tese parte de enunciados produzidos no discurso, considerando, com Croft (2013), que por aí se chega à representação gramatical dos enunciados da língua.

2.2.2 A delimitação do universo de investigação: a respeito do material de análise

Dada a natureza singular do objetivo geral desta pesquisa, que é prover uma descrição geral das propriedades sintáticas, semânticas e pragmáticas de construções gramaticais que expressam concessividade no português brasileiro, faz-se necessário o exame cuidadoso de um conjunto grande de ocorrências dessas construções. A principal vantagem desse tipo de exame é a possibilidade de observar diversidade e variação nas convenções linguísticas, isto é, nas convenções gramaticais de uma comunidade de falantes, bem como observar a grande variedade existente na distribuição das construções gramaticais nos textos, um tipo de variação que é inerente ao sistema linguístico e ao uso da linguagem (CROFT & POOLE, 2008; SANDERS, STUKKER & VERHAGEN, 2009).

Considerando-se a relevância do trabalho com um grande número de dados para exame, as ocorrências, nesta pesquisa, são provenientes de diferentes *corpuses* e de uma variedade de tipos textuais. As fontes das ocorrências são: (i) o *Corpus do Português*; (ii) o *Corpus* de língua escrita do Centro de Estudos Lexicográficos (CEL) da Faculdade de Ciências e Letras (FCL) da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), *câmpus* de Araraquara; (iii) o *corpuse* de língua escrita do Núcleo Institucional de Linguística Computacional (NILC) do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação (ICMC) da Universidade de São Paulo, *câmpus* São Carlos; (iv) um *corpuse* recolhido no Google Notícias⁹.

⁹ No projeto inicial submetido à FAPESP, estava previsto o uso apenas do *Corpus do Português* para coleta de ocorrências, no entanto esse banco de dados, para algumas construções em análise neste estudo, apresentou um número pequeno de dados. Por isso, optou-se pela recolha em outras fontes.

O banco de dados do *Corpus do Português*¹⁰ tem mais de 45 milhões de palavras e é composto de textos de diferentes registros e modalidades (oral, ficcional, jornalístico e acadêmico), de diferentes sincronias (séc. XVI a XX), e de diferentes variedades (português europeu e português brasileiro), mas neste trabalho foram consideradas apenas as ocorrências de textos do português brasileiro do século XX, independentemente da modalidade textual.

O banco de dados do cópús do Centro de Estudos Lexicográficos da Unesp de Araraquara tem mais de 200 milhões de palavras e também é formado de uma variedade de textos de diferentes sincronias (séc. XVI a XX). Para este trabalho, foi considerado o arquivo CP2 (cópús principal 2), do qual fazem parte textos do século XX de literatura romanesca, dramática, técnica, oratória e jornalística.

O banco de dados do cópús de língua escrita do Núcleo Institucional de Linguística Computacional da USP, câmpus de São Carlos, é formado de textos jornalísticos da Folha de São Paulo. A busca de ocorrências nesse banco de dados, bem como no Google Notícias, foi feita apenas quando se considerou que o número de ocorrências provenientes dos outros bancos de dados mais regularmente preparados não era o suficiente para a condução da pesquisa.

Ao longo deste estudo, todas as ocorrências apresentadas se seguem da indicação de sua fonte por meio de siglas, segundo mostra o Quadro 2.1.

Sigla	Descrição
CDP	<i>Corpus do Português</i>
CEL	Cópús do Centro de Estudos de Lexicografia da Unesp, Araraquara
NILC	Cópús do Núcleo Institucional de Linguística Computacional
GN	Google Notícias

Quadro 2.1. Indicação das siglas dos corpora usados neste trabalho.

Para as ocorrências do CDP e do CEL, devido às especificidades da natureza tipológica dos textos, são feitas ainda outras indicações, segundo mostram os Quadros 2.2 e 2.3.

¹⁰ Disponível *online* em <<www.corpusdoportugues.org>>.

Sigla	Descrição
Or	Textos orais
Fic	Textos ficcionais
N	Textos jornalísticos
Ac	Textos acadêmicos

Quadro 2.2. Especificação na indicação das ocorrências do CDP.

Sigla	Descrição
R	Literatura Romanesca
D	Literatura Dramática
T	Literatura Técnica
O	Literatura Oratória

Quadro 2.3. Especificação na indicação das ocorrências do CEL.

2.3 Construções de concessividade no português brasileiro: um mapeamento

2.3.1 As construções convencionalizadas: construções adverbiais concessivas

As construções que convencionalmente expressam concessividade são as tradicionais construções adverbiais concessivas introduzidas por subordinadores adverbiais que explicitam essa relação entre o segmento adverbial e o segmento principal. Na *Gramática de usos do português* (NEVES, 2011 [2000]) uma gramática de referência da língua portuguesa do Brasil, encontram-se documentados os subordinadores adverbiais que explicitam as relações de concessividade, como sistematiza o quadro a seguir.

Subordinadores adverbiais concessivos
embora, conquanto;
mesmo que, ainda que, nem que, posto que; apesar (de) que, se bem que;
por mais que, por muito que, por menos que;

Quadro 2.4. Subordinadores adverbiais concessivos no português brasileiro.
Com base em Neves (2011 [2000], p. 862-3).

São exemplos de ocorrências colhidos dos corpúscos:

- (05) Na economia, **embora** o plano não esteja totalmente solidificado, não há a menor possibilidade de retrocesso.

(CDP:19Or:Br:Intrv:Com)

(06) A inflação ponta a ponta em julho deverá ser pequena, **ainda que** haja um resíduo em a média.

(CDP:19N:Br:Folha)

(07) Os integrantes da comissão, na opinião dele, terão de ter grandeza e isenção suficientes para levar adiante as apurações **mesmo que** elas se voltem para dentro da própria Casa.

(CDP:19N:Br:Cur)

(08) todo mundo vive período de de: - festa de natal de fim de ano de ano por exemplo - mas fim de ano não é só natal pra quem é católico - é: pra quem é protestante é pra quem bate bombo bom - é pra toda essa série de pessoas - **se bem que** uns - vivem mais aquele período -outros menos

(CDP:19Or:Br:Lf:Recf)

(05) Então, cada computador tem que ter sua impressora, **nem que** seja simples, matricial, proporcionando a exclusividade e a inviolabilidade.

(CDP:19Or:Intrv:Cid)

(09) **Por mais que** sejam vistas por muitos como a grande solução, 'rápida', ou um atalho, para a resolução de questões de natureza sócio-cultural-comportamental não respondidas pelos inquéritos epidemiológicos, cuidados fazem-se necessários.

(CEL-HCS-T)

(10) **Por menos que** estivesse disposta a isto no princípio, eu já havia amado antes e julgava saber como lidar com a situação.

(CEL-MRP-R)

(11) ... **por muito que** isto fira a tua vaidade, lamento contradizer-te. é a mim que Creonte deseja.

(CEL-TEG-D)

(12) Gosto de fitas de vaqueiros: correrias, tinos, fitas inocentes, enfim. **Apesar de que** minha paixão pelo cinema não comporta preferências por este ou aquele gênero.

(CDP:19:Fic:Br:Peixoto:Chamada)

Uma descrição gramatical completa de construções adverbiais (complexas) prevê o exame de uma série de fatos construcionais, por exemplo, a questão da ordem, da correspondência entre tempo e modo verbal dos segmentos, etc. No entanto, verificar

essas questões está além do objetivo desta tese¹¹, uma vez que o que se põe em questão são justamente aqueles aspectos da estrutura conceptual relevantes para a configuração da categoria concessiva. Desse modo, nos capítulos da segunda parte desta tese, em que serão explorados com mais detalhes os elos simbólicos entre forma e função das construções de concessividade, o aspecto relevante a ser considerado nas construções adverbiais é justamente a relação de subordinação que, entre os segmentos adverbial e principal, sustenta-se como o mecanismo gramatical que constrói um ‘desbalanço’ entre o que vem em cada um dos segmentos (NEVES & CONEGLIAN, 2018).

Um componente essencial das construções adverbiais concessivas é o subordinador que explicita a relação de concessividade entre os segmentos adverbial e nuclear. Ora, nesta tese considera-se que esses subordinadores constituem uma categoria construcional, que, portanto, apresenta particularidades quanto ao mapeamento entre forma e significado. Essa relação simbólica entre forma e significado é mais bem explorada no capítulo 05, no qual é explicitado o funcionamento desses itens bem como a sua configuração categorial.

A direção cognitivo-funcional assumida nesta tese permite que sejam consideradas não apenas as construções adverbiais de expressão concessiva, a mas também um conjunto de outras construções de também instanciam concessividade. Estas últimas construções, neste estudo tomadas como não convencionalizadas para a expressão da concessividade, não apresentam uma peça linguística explícita de concessividade, no entanto é da sua totalidade que emerge o significado concessivo. A seguir, faz-se um mapeamento e uma descrição dessas construções não convencionalizadamente concessivas, explicitando-se as propriedades sintáticas, semânticas e pragmáticas que elas compartilham.

2.3.2 As construções não convencionalizadas: diversidade e variação

Dentro da perspectiva cognitivo-funcional deste estudo, as construções de concessividade apresentam-se como um bom terreno de verificação do modo pelo qual diferentes sistemas cognitivos e zonas semânticas são acessados e acionados para a

¹¹ Para as construções adverbiais concessivas, os trabalhos de Zamproneo (1998), de Neves (2002) e de Storti-Garcia (2010) exaustivamente consideraram esses fatos, sob diferentes perspectivas.

configuração gramatical da concessividade. Considera-se, aqui, especialmente, que uma análise de construções que não convencionalizadamente expressam concessividade permite ir mais longe na verificação dos sistemas cognitivos e das zonas semânticas envolvidas na construção gramatical da concessividade.

Em primeiro lugar, mencionem-se as construções das zonas de causalidade e de condicionalidade. Essas duas zonas semânticas são vizinhas da concessividade (KÖNIG, 1986, 1991a; NEVES, 2012, VERHAGEN, 2000) e, como se discutirá no capítulo 04, essas três zonas estabelecem um contínuo semântico, verificando-se, muito especialmente que construções de causalidade e construções de condicionalidade podem expressar concessividade. Considerem-se os exemplos (13), (14) e (15):

(13) *só porque X... não Y*

O país **não** ganha respeitabilidade interacional **só porque** se acerta com os agentes funerários das finanças mundiais.

(CEL-EMB-CR)

(14) *se não X, Y*

Textos são, **se não** um objeto principal de trabalho, um instrumento auxiliar para atualização ou comunicação em qualquer esfera profissional ou social.

(CDP:19Ac:Br:Lac:Misc)

(15) *se não (senão) X... pelo menos Y*

Em seguida, considere que o nosso sangue seria o vinho da nossa vida; e que, se este fosse preservado, **se não** desse vida longa, **pelo menos** protegeria de muitas doenças relacionadas à corrupção.

(CEL-QUN-T)

Nessas ocorrências observam-se construções de causalidade (13) e de condicionalidade (14) e (15), contudo nos três casos se observa a correspondência entre o segmento adverbial e a negação. No caso de (13), a negação não é componente do segmento adverbial causal, uma vez que esse segmento está focalizado pela partícula **só**, que opera como um “angulador” (KÖNIG, 1991b). Por outro lado, tanto em (14) quanto em (15), a negação deve ocorrer no segmento condicional. A força concessiva dessas três construções está justamente no fato de vir negada a suficiência de uma condição (por isso

a negação ocorre no segmento adverbial) e no fato de vir negada a operacionalidade de uma causa (razão pela qual a negação ocorre no segmento principal).

Se em (14) e em (15), construções com o subordinador condicional, vem instanciada a insuficiência de uma condição, essa insuficiência é perfilada (em termos da estrutura da construção, conforme discutido na seção 1.3, do capítulo anterior) diferentemente em cada um dos casos. A interpretação de **se não (senão) X** em ambos os casos é equivalente à de **embora não X** (MORAES, 1988), e a diferença consiste na marcação em (15) por meio de **pelo menos Y** do mínimo que pode ser resolvido apesar de **X**.

Essas três construções são analisadas com mais detalhes nos capítulos 03 e 04, a seguir. E o argumento principal que se defende a respeito dessas três construções é que elas instanciam aspectos específicos do arazoamento concessivo, seja a inoperância de uma causa (13), seja a insuficiência de uma condição (14) e (15). Assim, o significado concessivo dessas construções não pode ser depreendido exclusivamente do cálculo da função de cada parte constituinte, mas tem de provir da totalidade da construção. Esse fato aponta para a direção de que o princípio em questão, na configuração da concessividade, não é o da composicionalidade direta, mas o da composicionalidade construcional (DANCYGIER, 2004; DANCYGIER & SWEETSER, 2005; SWEETSER, 2006a).

Em outra direção de análise, verifica-se que o parentesco da zona adversativa com a concessiva (RUDOLPH, 1996) também permite que construções adversativas instanciem significados concessivos, como é o caso em (16), a seguir.

(16) *pode (até) X, mas Y*

A pesquisa Datafolha publicada ontem mostra que Mário Covas, com 54% de as intenções de voto, ainda é o favorito em a disputa a o governo de São Paulo.

Pode até ganhar **mas**, moralmente, já perdeu.

(CDP:19N:Br:Folha)

Note-se que a construção em (16) põe em correlação o verbo modal **poder** com a conjunção adversativa **mas**. O argumento é que, se o contraste é um dos componentes de concessividade, sua relação com a modalidade é o que configura a força concessiva da construção, em (16). Assim, a questão que se põe para o exame dessa construção é

justamente a natureza do verbo modal **poder**. Há a considerar-se, em primeiro lugar, que esse verbo está ligado ao domínio conceptual da dinâmica de forças e pode expressar tanto possibilidade (o epistêmico) quanto permissão (o deôntico) (KRATZER, 2012; NEVES, 2006). Ocorre que, nesse caso, o modal não serve nem à expressão de um conhecimento (que se liga ao domínio epistêmico) nem à expressão de uma necessidade ou obrigação (ligado ao domínio deôntico), mas configura um movimento porque se situa na camada superior do um ato de fala (SWEETSER, 1990; KAY, 1990). Ora, o segmento com o modal **poder** expressa justamente a admissão de uma proposição que vem refutada no segmento introduzido pela conjunção adversativa **mas**.

No cópús desta pesquisa, verificaram-se variações, no esquema construcional ilustrado em (16). O verbo modal **poder** pode aparecer tanto na forma do presente do indicativo (**pode**) quanto na forma de futuro do pretérito do indicativo (**poderia**), como está em (17).

- (17) **Poderia até** ser de menos de cinquenta por cento. **Mas** ele trabalhou no lugar onde o conteúdo das rochas era muito mais rico.

(CEL-CG-TR)

No segmento da construção em que vem a conjunção adversativa **mas**, pode aparecer um outro conector adversativo, como **no entanto** (18) e **só que** (19), em que opera uma partícula de focalização, ou, também, apenas a partícula **só** (20). E, ainda, esse segmento pode vir sem qualquer marcação de contraste, como se vê em (21).

- (18) Caçador dizer que viu no mato uma capivara de uns oitenta quilos **pode até** passar por mentiroso, **no entanto**, essa capivara na foto está beirando os cem quilos e não é surpresa nenhuma.

(CEL-GL-T)

- (19) "**Pode até** ser. **Só que** eu falei em imagem desejada, de si mesmo", respondeu ele rindo.

(CEL-ACM-R)

- (20) – Desde que não me encha o saco, fique a distância. **Pode até** alugar uma casa vizinha, **só** não pule o muro. Fique na tua!

(CEL-GD-R)

(21) Ele **pode até** virar imperador. Ø Pra mim, vai continuar sendo o sujinho...
(CEL-PD-D)

Com base nas construções (16) a (21), verifica-se que o domínio da modalização pode ser também um domínio semântico que serve de fonte para construções de concessividade no português. Tem-se, também, que, além de construções com o verbo **poder**, construções com o verbo **querer**, sem valor desiderativo ligado a um sujeito, podem instanciar concessividade. Vejam-se as construções (22) a (24), a seguir.

(22) *como quer que X, Y*
Como quer que se chamassem, esses comerciantes muçulmanos recebiam, nas praias do deserto, os bens trazidos pelas cáfilas.
(CEL-MAL-R)

(23) *onde quer que X, Y*
Se usar pedras calcárias, preencha os vãos com alta proporção de turfa **onde quer que** você resolva ter plantas calcífugas.
(CEL-JP-T)

(24) *quem quer que X, Y*
Pelo sistema atual, o segurado procura, diretamente, **quem quer que** seja na estrutura assistencial para se receitar.
(CEL-JL-O)

O que se observa é que as construções em (22) a (24) são instanciações de um esquema abstrato, representado pela posição à esquerda do verbo **querer** na construção com um pronome interrogativo, como se ilustra em (25).

(25) [pronome interrogativo] quer que X, Y

Disso decorre que, como se pode perceber pelos exemplos em (22) a (25), que a construção [**pronome interrogativo**] **quer que X** pode ocupar, na estrutura argumental da sentença, uma posição que vem especificada pelo pronome que encabeça a construção. Semelhante é o caso da construção em (26), a seguir.

(26) *seja quem for que X Y*

Seja quem for que vença, pegará um Brasil extremamente dividido.

(GN)

O outro domínio semântico do qual procedem construções de concessividade no português é o domínio da comparação¹². Observe-se (27), a seguir.

(27) *ser como ser, X*

a. Quem quer um passarinho na gaiola, quem quer ouvir seu canto todo dia, tem de prendê-lo, **seja como for**. As coisas são ariscas, não caem em nossa mão.

(CEL-GCC-D)

b. Houve cabeças quebradas e outros ferimentos corporais, leves uns, graves outros; morte, porém, nenhuma. **Fosse como fosse**, o Império havia caído e os Vacarianos não tiveram outro remédio senão resignar-se.

(CEL-INC-R)

Esse tipo de construção comparativa apresenta duas instâncias do verbo **ser** ligadas pela partícula comparativa **como**, e o que ela expressa é total desconsideração de um determinado estado de coisas (ver 27b). Essa desconsideração pode vir marcada, ainda, pelo advérbio **independentemente**, como se vê em (28) – aí está o valor concessivo: a exclusão total.

(28) *independentemente de como X, Y*

Independentemente de como se chegou a esse estado de coisas, cedo ou tarde a reforma terá de ser feita.

(CEL-FSP)

Construções como (27) e (28) carregam também uma força modal, assim como a construção (16), apresentada anteriormente. A comparação, assim como a modalização, é um processo linguístico que está na zona intervalar da polaridade instaurada entre o polo positivo (do ‘sim’) e o negativo (do ‘não’) (NEVES, 2018a). Ocorre que, em (22),

¹² Lembre-se que o domínio da comparação é observado também na base lexical dos subordinadores concessivos **por mais que** (09) e **por menos que** (10).

(23) e (28), o desprezo de um estado de coisas implica justamente o desprezo do ‘sim’ e do ‘não’ – a interpretação é justamente de irrelevância do ‘sim’ e do ‘não’.¹³

2.4 Relações simbólicas nas construções concessivas

Tendo sido feita uma descrição geral das construções de concessividade, é pertinente explicitar dois aspectos dessas construções, cuja estrutura interna não foi explorada a fundo. O primeiro aspecto a ser apontado está no fato de que todas as construções descritas na seção anterior encaixam-se dentro de dois esquemas: o esquema de polaridade e o esquema de alternatividade.

No esquema de polaridade, verifica-se que existe um jogo entre o polo positivo e o negativo: construções configuradas a partir desse esquema perfilam a incompatibilidade (própria da concessividade) entre os eventos conceptualizados. As construções de concessividade organizadas a partir desse esquema são justamente as que vêm da zona de causalidade (13) e da zona de condicionalidade (14) e (15). No caso específico das construções da zona de condicionalidade, o item negativo **não**, associado ao subordinador **se**, resolve a alternatividade evocada por essa conjunção. No esquema de alternatividade, verifica-se que a construção não evoca nenhum dos polos (nem o positivo nem o negativo), mas instancia a zona intervalar entre esses polos. Daí as construções modais e comparativas discutidas acima (NEVES, 2018a).

A segunda questão diz respeito à natureza das relações simbólicas que se estabelecem em construções de concessividade. Ora, se na língua existem construções de concessividade configuradas sem nenhuma ‘peça’ de explícita concessividade, a questão que surge é justamente o modo pelo qual peças de outros domínios podem, afinal, expressar concessividade. Ocorre que as peças linguísticas de uma construção evocam seus *frames*, que se arranjam de modo a configurar um novo *frame* complexo, neste caso, o *frame* de concessividade. Por esse motivo argumentou-se, ao longo deste capítulo e do anterior, que o significado concessivo das construções gramaticais descritas em 2.3.2 emerge da totalidade da construção e não especificamente de uma ou outra peça marcadamente ligada ao domínio da concessividade. O significado concessivo dessas

¹³ Ao final desta seção, deve-se deixar claro que o conjunto de construções aqui apresentado não pretende esgotar os meios de expressão de concessividade no português brasileiro, mas esse conjunto pode oferecer um vislumbre dos diversos meios pelos quais esse significado pode ser expresso no português.

construções é, nessa medida, construcionalmente composicional, e não diretamente composicional (SWEETSER, 1999, 2006a).

Na segunda parte desta tese a questão dos elos simbólicos de concessividade é explicitada e elaborada. No capítulo 03, discute-se a concessividade a partir do estabelecimento de um *frame* concessivo.

No capítulo 04, a partir do estabelecimento da categoria concessiva como decorrente do sistema de dinâmica de forças, as relações simbólicas são estabelecidas nas construções de concessividade. E, no capítulo 05, examinam-se os subordinadores adverbiais concessivos com a proposta de que eles constituem uma categoria construcional organizada radialmente (LAKOFF, 1987).

Segunda parte

Os elos simbólicos e as operações construturais nas
construções gramaticais de concessividade

03 Os esquemas construcionais dentro do *frame* de concessividade

It remains to be determined whether there are relatively general conceptual factors or cognitive principles that govern which clusterings of conceptual material are felt to constitute coherent event frames of particular types.
Talmy (2000, p. 260)

3.1 A representação semântica e a construtura linguística da concessividade

No capítulo anterior apresenta-se um mapeamento dos meios de expressão da concessividade, revelando-se a variedade e a diversidade dessas construções no português. Até aqui, tem-se argumentado, tratando do português brasileiro, na direção de que as diferentes construções gramaticais que expressam concessividade decorrem dos diferentes meios pelos quais os falantes podem conceptualizar a experiência da concessividade. Essa variedade nos modos de expressão gramatical da concessividade está ligada à habilidade cognitiva de **construtura** (*construal*), que permite a concepção de uma mesma cena (ou uma mesma experiência) de diferentes modos. Assim, o significado de uma expressão linguística – neste caso, o significado das construções de concessividade – não é¹ apenas o conteúdo conceptual que ela evoca, mas é também o modo pelo qual esse conteúdo é evocado. Assim, o modo pelo qual se configura a expressão linguística do conteúdo conceptual evocado é tão importante quando o próprio conteúdo que é evocado por uma expressão (CROFT & CRUSE, 2004; LANGACKER, 2008).

Se se toma uma construção gramatical como a unidade básica para a descrição de um determinado fenômeno gramatical, como faz esta tese, um dos aspectos mais importantes da representação construcional está na contraparte da interpretação semântica de tal construção (CROFT, 2001; no prelo). Isso decorre do fato de que uma construção gramatical constitui uma unidade simbólica, na qual a estrutura morfossintática é pareada

¹ Aqui está pressuposta a noção cognitivista de que o significado de uma expressão linguística é equivalente à conceptualização evocada pela expressão (LANGACKER, 1987). Vejam-se as seções 1.3 e 1.4 do capítulo 01 para uma discussão a respeito do significado linguístico como conceptualização.

com uma estrutura semântica (veja-se a seção 1.2, no capítulo 01), um pareamento estabelecido por meio de **elos simbólicos** que unem estrutura sintática e componente semântico² (CROFT, 2001; CROFT & CRUSE, 2004; LANGACKER, 2008).

Os capítulos anteriores trataram as construções de concessividade sem que se assumissem explicitamente as propriedades de sua estrutura interna (ou seja, da sua “anatomia construcional”³). É nos capítulos dessa segunda parte da tese que está em foco a exploração da estrutura interna dessas construções, especialmente dos elos simbólicos que se estabelecem entre a estrutura sintática e o componente semântico.

No que diz respeito às construções de concessividade, a importante distinção estabelecida no capítulo anterior entre os meios convencionais e os não convencionais de expressão dessa categoria traz uma implicação diretamente ligada à hipótese desta tese, para o exercício de descrição desses meios de expressão. O mapeamento dos diversos elos simbólicos que se sustentam entre os planos da forma e do significado nas construções de concessividade é o meio pelo qual se pode chegar a uma explicação unificada dessas construções.

Nesse modo de condução, os elos simbólicos e a estrutura das construções de concessividade dependem amplamente das operações construturais acionadas na configuração desse significado. As operações construturais representam, na verdade, ativações de *frames* e de sistemas cognitivos (imagéticos) que tanto motivam quanto determinam a conceptualização da experiência. Entretanto, essas ativações mentais são sempre para propósitos de verbalização da experiência, como se discutiu anteriormente (veja-se principalmente o capítulo 01), portanto elas são conformadas e ajustadas à linguagem (CHAFE, 2005; CROFT, 2007).

Neste capítulo, em particular, desenvolve-se a hipótese de que o modo pelo qual a experiência vem enquadrada (*framed*) depende amplamente do modo pelo qual o falante conceptualiza uma determinada experiência para fins da sua verbalização. O exame centra-se no estabelecimento de um *frame* de concessividade (seção 3.2), a partir do qual podem ser explicitados, para as construções que convencionalizadamente expressam concessividade, os elos simbólicos que nelas se sustentam.

² Veja-se a Figura 1.1 para a representação esquemática de uma construção gramatical. Neste capítulo, esse esquema vem especificamente elaborado de modo a explicitar os elos simbólicos de concessividade.

³ O termo é de Kay & Michaelis (2012).

3.2 O estabelecimento de um *frame* de concessividade e a anatomia de uma construção concessiva

Uma proposta de descrição do *frame* de CONCESSIVIDADE vem apresentada pelo projeto FrameNet de Berkeley (doravante, FN). Segundo o que vem proposto, o *frame* de concessividade é definido como aquele em que “um falante marca um ESTADO DE COISAS CONCEDIDO⁴ como contrário a uma ASSERÇÃO PRINCIPAL” (FN⁵). E especifica-se a seguir:

Algumas das ULs [unidades lexicais] especificam a ASSERÇÃO PRINCIPAL, outras, o ESTADO DE COISAS CONCEDIDO, fazendo referência a uma parte precedente do discurso (por exemplo, omissão definida), enquanto outras são conjunções que combinam ambos⁶. (FN)

A definição é proposta a partir da especificação de dois elementos centrais desse *frame*: o ESTADO DE COISAS CONCEDIDO e a ASSERÇÃO PRINCIPAL. Especifica-se a coocorrência de unidades lexicais que evocam cada elemento desse *frame* (A ASSERÇÃO PRINCIPAL ou o ESTADO DE COISAS CONCEDIDO), assim como o papel desempenhado por “conjunções” que combinam esses dois elementos do *frame*.

É possível depreender, dessa definição do *frame* de concessividade, um esquema geral para as construções dessa categoria. Cada elemento do *frame* concessivo, mapeado no elemento morfossintático, representa uma unidade simbólica dentro da construção concessiva, como mostra o esquema, a seguir, na Figura 3.1.

⁴ Os elementos do *frame* de concessividade aparecem sempre em VERSALETE.

⁵ Disponível em FrameNet << <https://framenet2.icsi.berkeley.edu/fnReports/data/frame/Concessive.xml>>>, último acesso em 29 de junho de 2017, às 16h29.

⁶ Tradução deste autor. Texto original: “A *speaker* marks a *Conceding_state_of_affairs* as being or implying a contradiction to the *Main_assertion*. Some *LUs* specify the *Main_assertion*, others the *Conceding_state_of_affairs*, as referring to the preceding discourse (i.e. *DNI* [*Definite Null Instantiation*]), while yet others are conjunctions joining the two.”

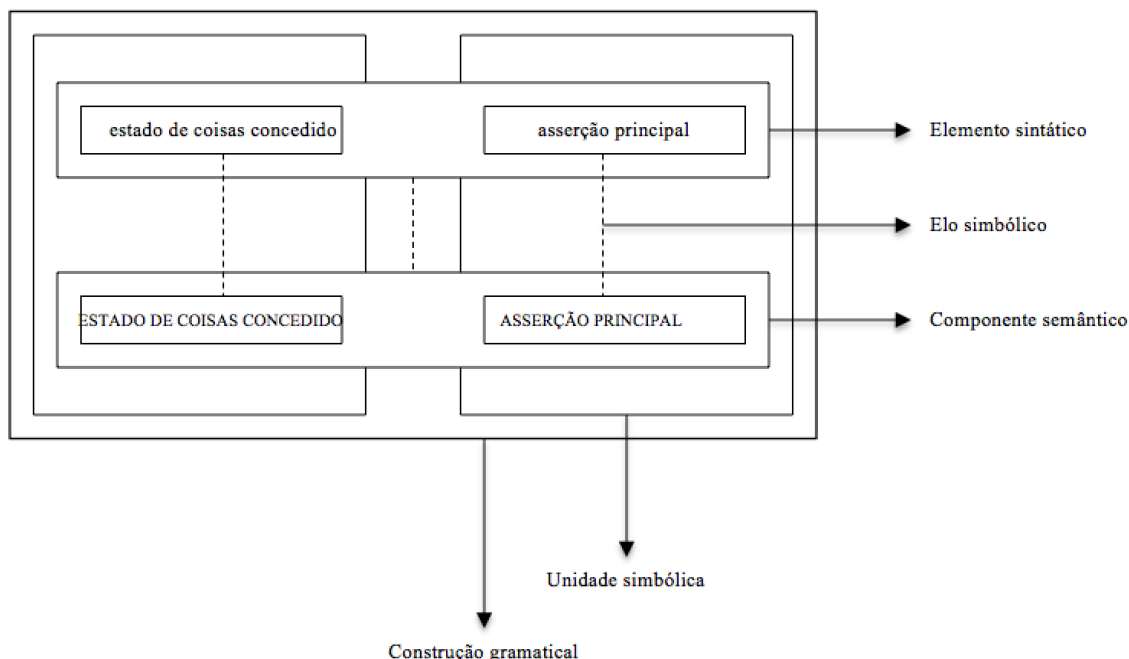


Figura 3.1. A anatomia de uma construção concessiva.⁷

Fonte: Elaboração própria.

É importante notar dois aspectos dos elos simbólicos que se estabelecem no mapeamento do componente semântico na estrutura sintática. O primeiro a destacar refere-se ao fato de que, como vem mostrado no esquema, esses elos são estabelecidos dentro de uma unidade simbólica. A relevância disso, como apontam Croft (2001) e Goldberg (2006) com base em Langacker (1987, 1991), está no fato de que cada mapeamento é específico de cada construção gramatical. E o segundo ponto é justamente que o estabelecimento de elos simbólicos se dá tanto entre as próprias unidades simbólicas quanto entre a estrutura sintática e o componente semântico da construção⁸. Ora, disso decorre o fato de que a composição do significado de uma construção

⁷ Este esquema pressupõe a representação de uma construção gramatical conforme apresentada na seção 1.2, do capítulo 01.

⁸ Esse segundo ponto difere radicalmente do que se faz tradicionalmente nos estudos de semântica de *frames* (veja-se, por exemplo, Fillmore, 2008), na medida em que, nesse modelo não fica assumida a mediação de um elo simbólico entre a estrutura sintática e o componente semântico. Antes, dentro desse modelo – e do modelo irmão formalista de gramática de construções adotado para a descrição dos *frames* – estabelecem-se propriedades (*features*) a partir das quais se descrevem os itens (lexicais ou gramaticais) da língua (FILLMORE & KAY, 1993; MICHAELIS, 2009).

gramatical⁹ se estabelece não apenas a partir dos esquemas evocados por cada unidade simbólica, mas também a partir do que esses esquemas globalmente representam, como já discutido no capítulo 02.

Conforme o esquema da Figura 01, uma construção concessiva é aquela que consiste de duas unidades simbólicas, sendo uma delas o ESTADO DE COISAS CONCEDIDO e a outra, a ASSERÇÃO PRINCIPAL. Esse esquema construcional da concessividade capta o esquema das construções concessivas convencionais, as tradicionalmente rotuladas de construções adverbiais concessivas.

Na ocorrência (01), a seguir, tem-se o segmento principal, “Brizola não se afastou do partido”, mapeado no elemento ASSERÇÃO PRINCIPAL, e o segmento adverbial, “**embora** já não tenha mais um projeto de candidato a qualquer cargo político à vista”, mapeado no elemento ESTADO DE COISAS CONCEDIDO. O subordinador concessivo *embora* é a unidade lexical que evoca o *frame* de concessividade¹⁰.

(01) Brizola não se afastou do Partido, **embora** já não tenha mais um projeto de candidato a qualquer cargo político à vista.

(CDP:19Or:Br:Intrv:Pov)

Os subordinadores adverbiais concessivos desempenham um papel fundamental na evocação e na marcação dos elementos do *frame* de concessividade, nas construções gramaticais. O papel desses subordinadores será discutido mais adiante, na seção 3.4, na qual serão propostas algumas generalizações para os subordinadores adverbiais **apesar (de) que** e **se bem que**. No entanto, antes de proceder à explicitação do papel dos subordinadores na instanciação gramatical do *frame* de concessividade, duas questões ainda devem ser consideradas: (i) a das construções de concessividade não convencionalizadas; (ii) a das construções lexicais de concessividade.

No diz respeito à diferença entre as construções convencionalizadas e as não convencionalizadas na expressão da concessividade, o modelo de *frame* discutido e

⁹ Esse último aspecto está ligado à noção de composicionalidade construcional, que foi discutida no capítulo anterior e a que se dedica inteiramente o capítulo 05 desta tese. No capítulo 05, faz-se uma análise da categoria dos subordinadores adverbiais concessivos a fim de mostrar o modo pelo qual emerge o significado construcional dessa categoria.

¹⁰ Para o inglês, língua de base para as pesquisas do FN, arrolam-se como unidades lexicais principalmente conjunções, tais como *although*, *if* e *but*, preposições, como *despite*, e advérbios, como *to be fair*, *nevertheless*, *however*.

elaborado nesta seção é um bom modelo para a verificação dos elos simbólicos que são estabelecidos em construções concessivas convencionalizadas (as tradicionais construções adverbiais concessivas). No entanto, a estrutura do *frame* de concessividade elaborada aqui não dá conta de explicitar os elos simbólicos que se estabelecem nas não convencionalizadas. Considerem-se as ocorrências (02) a (04), a seguir.

(02) O país **não** ganha respeitabilidade internacional **só porque** se acerta com os agentes funerários das finanças mundiais.

(CEL-EMB-CR)

(03) Com Otávio, **se** não havia amor, **pelo menos** não havia repugnância.

(CEL-BB-R)

(04) O brasileiro **pode** ser feio, pobre e doente. **Pode até** morar longe. **Mas** tem um anjo só para ele. Mendigo ou empresário. Branco ou negro.

(CEL-BPN-CR)

Cada uma das construções em (02), (03) e (04) evoca um *frame* diferente. No caso de (02), evocam-se os *frames* de causalidade e de negação; em (03), de condição negativa e de escalaridade; em (04), de modalidade e de adversidade. Nenhuma das partes dessas construções mapeia-se nos elementos de *frame* de concessividade apresentado aqui. Antes, os *frames* evocados nessas construções não se ligam aparentemente ao domínio da concessividade, e, ainda assim, o sentido global de cada construção é concessivo. Isso só é possível porque, conforme discutido anteriormente nesta seção, os elos simbólicos de uma construção se estabelecem tanto entre uma unidade simbólica e outra quanto entre a estrutura sintática e o componente semântico da construção. Ou seja, o significado construcional é visto tanto a partir das partes construcionais (as unidades simbólicas) quanto na totalidade da construção.

Para que seja possível dar conta das unidades e dos elos simbólicos estabelecidos em construções como as apresentadas em (02) a (04), é necessário considerar outras operações construturais que atuam na configuração do significado concessivo. No próximo capítulo, propõe-se um modelo de concessividade baseado no sistema cognitivo de dinâmica de forças (TALMY, 1988, 2000, 2018), acreditando-se que uma visão de

concessividade angulada pela interação das forças (e eventos) permite que sejam unificadas as operações de construtura linguística da concessividade.

3.3 A distribuição de itens de concessividade: os casos de *ainda* e de *mesmo*

Uma das assunções de base das teorias funcionalistas e cognitivistas é a existência de uma continuidade entre léxico e gramática (CROFT, 2001; GIVÓN, 2001; GOLDBERG, 1995; LANGACKER, 1987), e essa continuidade está no fato de que itens lexicais podem constituir construções gramaticais (KAY & MICHAELIS, 2018). Isso significa que também em itens lexicais se estabelece um mapeamento entre forma e significado, podendo esses itens, individualmente, evocar esquemas construcionais, que tanto licenciam quanto restringem a sua ocorrência dentro de uma construção mais complexa, no sentido de preservar coerência construcional (CROFT, no prelo; MICHAELIS, 2013).

No português, dois itens lexicais de natureza adverbial que marcam concessividade são **ainda** e **mesmo**, e a distribuição deles pode revelar a especialização de cada um para a marcação de cada elemento do *frame* de concessividade. Considere-se a ocorrência (05), a seguir:

(05) 1[**Mesmo** com a possibilidade da recuperação de Edmundo], 2[o Bahia **ainda** ficará desfalcado de Eduardo], que cumpre suspensão pelo terceiro cartão amarelo, e do lateral-esquerdo Vanderlei, entregue ao departamento médico por causa de uma contusão na virilha.

(CDP:19N:Br:Bahia)

A ocorrência (05) apresenta dois segmentos, o primeiro marcado pelo item **mesmo**, e o segundo, pelo item **ainda**. Considerados os elementos do *frame* de concessividade, o que se verifica é que é que a unidade lexical **mesmo** especifica o ESTADO DE COISAS CONCEDIDO, enquanto a unidade lexical **ainda** especifica a ASSERÇÃO PRINCIPAL. A interpretação concessiva, no contexto dessa ocorrência, deve-se, principalmente, à oposição que emerge do fato de ficar mantida a configuração do estado de coisas asseverado no segmento [1] e de permanecer um estado de coisas asseverado no segmento [2]. Isto é, a possibilidade de recuperação de Edmundo seria suficiente para que

o time não ficasse desfalcado desse jogador, contudo o time continuará desfalcado apesar da possibilidade de recuperação do jogador.

No que diz respeito à atribuição de unidades lexicais a elementos de um *frame*, é importante considerar que algumas unidades que marcam concessividade podem especificar tanto um quanto outro elemento do *frame*, ao passo que outras unidades lexicais podem especificar apenas um dos elementos. Tome-se ainda a ocorrência em (05). Nela, a unidade lexical **ainda** tanto pode especificar a ASSERÇÃO PRINCIPAL, como é o caso em (05), quanto pode especificar o ESTADO DE COISAS CONCEDIDO preservando a construtura concessiva, como se vê em (05a). Essa possibilidade de dupla distribuição não vale para a unidade **mesmo**, que especifica apenas o ESTADO DE COISAS CONCEDIDO (05), não a ASSERÇÃO PRINCIPAL, como se ilustra em (05b).

(05a) **Ainda** com a possibilidade da recuperação de Edmundo, o Bahia ficará desfalcado de Eduardo], [...]

(05b) ?Com a possibilidade da recuperação de Edmundo, **mesmo** Bahia ficará desfalcado de Eduardo [...]

O licenciamento e a restrição quanto à ocorrência de unidades lexicais dentro de determinados elementos do *frame* semântico provê informações a respeito da estrutura do *frame* (CROFT, 2009b). No caso da distribuição de **mesmo**, tem-se que, em uma construção, esse item invariavelmente marca o elemento ASSERÇÃO PRINCIPAL. Isso se deve ao fato de que, por ser um advérbio modificador (NEVES, 2018b), mesmo nunca é ‘advérbio de oração’. Considere-se a ocorrência (06), a seguir, na qual também se verifica a coocorrência de **mesmo** e **ainda**.

(06) **Mesmo** em municípios onde houve avanços, **ainda** é muito parcial o atendimento, ficando muitas vezes os pacientes sem acesso a recursos diagnósticos, terapêuticos e de especialidades.

(CEL-FSP)

Tanto na ocorrência (05) quanto na ocorrência (06), o item **mesmo** tem como âmbito de incidência uma expressão de natureza adverbial: em (05), o âmbito de

incidência é a expressão “com a possibilidade da recuperação de Edmundo”, em (06), “em municípios onde houve avanços”. Esse item, dada sua natureza de partícula de foco (KÖNIG, 1991B), estabelece uma escala pragmática em que a proposição sobre a qual ele incide é enquadrada (*framed*) como mais informativa (ou, mais “forte”) do que outra proposição presente no contexto (KAY, 2002, p. 57). O item lexical **ainda**, por outro lado, dada a natureza adverbial (de circunstância) temporal, não estabelece uma escala pragmática, mas instancia a continuidade de um estado de coisas que vem expresso no segmento sobre o qual incide.

A “força” do item **mesmo** pode transformar uma proposição sobre a qual ele incida em um adjunto de concessividade. Isso se explica com base no fato de que esse item nunca incide sobre uma oração propriamente, mas incide sobre porções que em si são adverbiais, como se vê em (07) e (08).

(07) **Mesmo** nas duas outras prioridades (educação e segurança), em que o realizado mais se aproximou do prometido, as carências continuam sendo enormes.

(CEL-FSP)

(08) **Mesmo** sem haver estatísticas, há um consenso de que os cultos afro-brasileiros existem em maior número na zona sul de São Paulo.

(CEL-FSP)

O valor focal de **mesmo** – o que faz dele um item de inclusão (KÖNIG, 1991) – permite que ele se combine com o subordinador adverbial condicional **se**, estabelecendo uma interpretação concessiva para o segmento sobre o qual incide. Considerem-se as ocorrências (09), a seguir.

(09) A confiança dos palacianos na aprovação da emenda é cada dia maior. Eles afirmam ter mais do que o número suficiente de votos (308 dos 513 deputados) na Câmara e sustentam que, **mesmo se** fosse convocado o plebiscito, FHC sairia vencedor.

(CEL-FSP)

É o próprio valor focal de **mesmo** que resolve a alternatividade do subordinador **se**, criando uma zona intermediária entre concessividade e condicionalidade, a zona

condicional-concessiva¹¹ (KÖNIG, 1986; NEVES, 2000 [2011]). É interessante notar que a combinação do item lexical **ainda** com o subordinador condicional **se** não é possível¹², justamente porque existe uma incompatibilidade semântica entre a continuidade de **ainda** e a alternatividade de **se**.

Não é incomum, no entanto, que o item lexical **ainda** coocorra com a conjunção adversativa **mas**. Considerem-se as ocorrências (11) e (12).

(11) Robson Mendes, gerente, diz que as vendas neste mês foram 20% maiores do que as de dezembro de 1995, **mas** a loja **ainda** tem produto em estoque e sua estratégia é sempre fazer promoção.

(CEL-FSP)

(12) O Mozarteum e a Sociedade de Cultura Artística já fecharam as listas de intérpretes estrangeiros, **mas ainda** negociam o repertório.

(CEL-FSP)

Se nas construções com o item lexical **mesmo** – como se vê nas ocorrências (07) a (10) – o que se verifica é que esse item por si traz a força concessiva da construção, nas construções com o item lexical **ainda** se verifica exatamente o contrário. O item **ainda**, por si só, não tem força concessiva, ele apenas lexicaliza o traço semântico de continuidade. No entanto, quando esse item coocorre com a conjunção adversativa **mas**, como nas ocorrências (11) e (12), tem-se um “empacotamento” semântico a partir do *frame* que esses dois expedientes linguísticos evocam, configurando uma “unidade” semântica para a expressão da concessividade (TALMY, 2000, p. 346).

Verifica-se um alinhamento semântico entre construções como aquelas em (11) e (12), com as suas contrapartes em (11a) e (12a), a seguir.

(11a) **Embora** as vendas neste mês foram 20% maiores do que as de dezembro de 1995, a loja tem produto em estoque e sua estratégia é sempre fazer promoção.

(12a) **Embora** o Mozarteum e a Sociedade de Cultura Artística já fecharam/tenham fechado as listas de intérpretes estrangeiros, eles negociam o repertório.

¹¹ Veja-se a seção 4.4, do capítulo 04.

¹² Foram conduzidas buscas pela expressão **ainda se** em todos os *corpus* com os quais se trabalha nesta tese. Deve-se mencionar que em nenhum deles surgiu uma ocorrência sequer da combinação do item lexical **ainda** e o subordinador adverbial condicional **se**.

O alinhamento semântico verificado nessas ocorrências depende amplamente do modo pelo qual elas são gramaticalmente construídas. Verifica-se a seguinte correspondência: o segmento adverbial de (11a, 12a) corresponde ao primeiro segmento de (11, 12), e o segmento principal de (11a, 12a) corresponde ao segmento coordenado de (11, 12). Esquemáticamente, tem-se a seguinte representação para o alinhamento semântico entre (11) e (11a) na Figura 3.2.

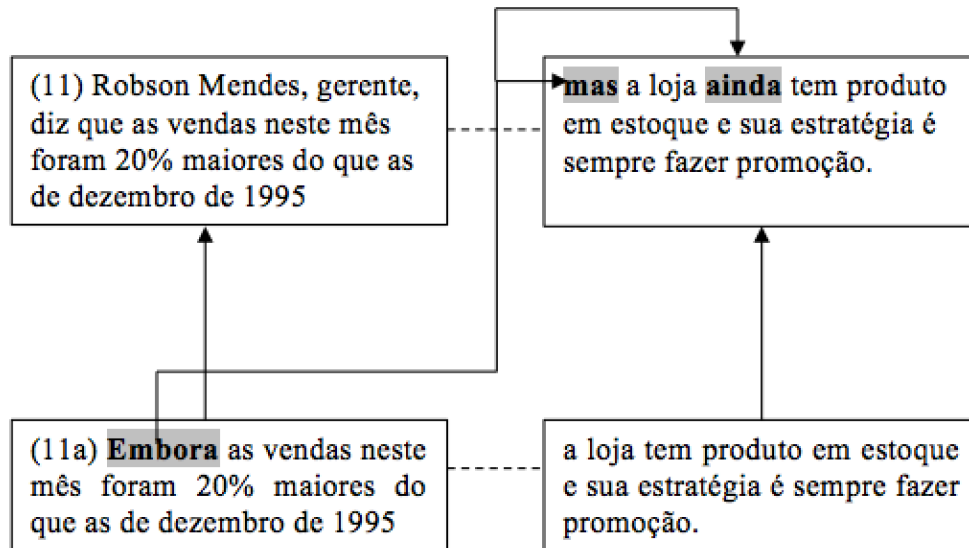


Figura 3.2. Alinhamento semântico entre uma construção coordenada adversativa (11) e uma construção adverbial concessiva (11a).

No que diz respeito às construções em (11, 12) e em (11a, 12a), o esquema coordenativo em (11, 12) perfila a construtura de dois eventos conceptualizados como figura, configurando uma construção de “figura complexa” (CROFT, 2001), ao passo que o esquema em (11a, 12a) perfila a construtura de dois eventos são assimétricos, um configura fundo (o segmento adverbial) e o outro, figura (o segmento principal), configurando uma construção de “figura e fundo” (CROFT, 2001; NEVES & CONEGLIAN, 2018; TALMY, 1975, 2000). Nesse sentido, o alinhamento semântico verificado entre uma construção adverbial concessiva e uma construção coordenada adversativa, que evocam dois esquemas construcionais completamente diferentes, é evidência para a hipótese que se desenvolve nesta tese de que o estabelecimento do

significado na linguagem depende amplamente das operações construturais que verbalizam a experiência.

Outro aspecto que desempenha um papel fundamental no alinhamento semântico entre essas construções é a correspondência entre o subordinador concessivo **embora**, como em (11a) e (12a) e a conjunção adversativa **mas** e o item lexical **ainda**, como em (11) e (12). Ocorre que o subordinador concessivo **embora** lexicaliza tanto o traço semântico da conjunção adversativa **mas** quanto o traço semântico (de continuidade) do item lexical **ainda**.

A seguir, são analisados dois subordinadores concessivos, **apesar (de) que** e **se bem que**, a fim de mostrar a sua especificação semântica dentro do *frame* de concessividade. O fato relevante, em todas essas questões, é que o subordinador concessivo desempenha um papel essencial na expressão da concessividade

3.4 A gramatização do *frame* de concessividade nos subordinadores adverbiais concessivos

O *frame* concessividade, conforme apresentado pelo FN, relaciona-se com o *frame* CIRCUNSTÂNCIA CONTRÁRIA. No *frame* CIRCUNSTÂNCIA CONTRÁRIA, “um EVENTO acontece apesar da existência de uma ADVERSIDADE que levaria à ocorrência de CIRCUNSTÂNCIAS ou RESULTADOS CONTRÁRIOS”¹³ (FN). Fazem parte desse *frame* os elementos EVENTO, ADVERSIDADE e CIRCUNSTÂNCIA CONTRÁRIA. Em (13), a seguir, “ter tido um estilo de trabalho diferente” mapeia-se no elemento ADVERSIDADE, e “os quatro produtores têm muita afinidade”, no elemento EVENTO.

(13) **Apesar de** ter tido um estilo de trabalho diferente, os quatro produtores têm muita afinidade.

(CDP:19Or:Br:Intrv:Com)

O elemento de *frame* CIRCUNSTÂNCIA CONTRÁRIA é definido como “circunstâncias que normalmente ocorreriam diante da ADVERSIDADE”. Esse elemento é marcado, na análise do FN, como periférico, enquanto os outros dois são elementos principais. Dentre

¹³ Tradução deste autor. Texto original: “An EVENT takes place despite the existence of an ADVERSITY that would otherwise support CONTRARY CIRCUMSTANCES or RESULTS”.

as sentenças anotadas pelo FN, em nenhuma foi verificada a presença do elemento CIRCUNSTÂNCIA CONTRÁRIA, o que indica que não necessariamente um elemento do *frame* precisa aparecer instanciado linguisticamente, ele pode ser apenas pressuposto pela estrutura semântica (conceptual) do *frame*.

O que se verifica, no caso do português brasileiro, é que a língua disponibiliza aos falantes um subordinador adverbial concessivo específico, por meio do qual vem marcada a CIRCUNSTÂNCIA CONTRÁRIA, como é caso de **apesar de**. As ocorrências que seguem, em (14) a (17) , apresentam, no seguimento encabeçado pela locução conjuntiva, justamente o elemento CIRCUNSTÂNCIA CONTRÁRIA.

(14) Que devo pensar de tudo isso, senão que, **apesar de** tudo estar correndo bem, há sombras, muitas sombras, ao meu redor?

(CEL-A-R)

(15) [**Apesar de** ter tido um estilo de trabalho diferente, os quatro produtores têm muita afinidade.

(CDP:19Or:Br:Intrv:Com)

(16) **Apesar de** não representar mais do que 15% das fontes de divisas do Estado, a perda destes ingressos vem se somar à asfixia financeira do país, iniciada com a progressiva perda do ouro, dos diamantes e dos produtos agrícolas.

(CDP:19N:Br:PA)

(17) Mas, **apesar de** tudo isso, das ameaças e das pressões recebidas, para que não subvertêssemos a ordem nem disseminássemos a inquietude no Estado, em nada modificamos nosso comportamento político-administrativo, nem o modificaremos.

(CEL-AR-O)

Note-se, contudo, que nem todos os subordinadores concessivos exibem o mesmo tipo de marcação dos elementos do *frame* concessividade. Tome-se o caso da locução **se bem que**, a qual, em direção oposta à da locução **apesar (de) que**, marca positivamente o ESTADO DE COISAS CONCEDIDO, como é possível verificar em (18) a (20), a seguir.

- (18) – E que tal é o relacionamento com eles? - perguntou Gil.
– Ah, são todos jovens , alegres e divertidos. O relacionamento é ótimo - disse Kiner.
– **Se bem que** eles são um pouco folgados pro meu gosto - acrescentou Padilha, mordaz.

(CDP:19:Fic:Br:Cabral:Xamboia)

- (19) Mas se os maus passos eram da tradição, também era costumeiro as mães ralharem e surrarem as filhas erradas. Se bem que Maizé não chegou a apanhar da mãe.

(CEL-CT-CR)

- (20) numa tribo o cara sabe que usa - caça tanto - ou usa - - sei lá - colar de dente de não sei o quê - também tem um certo valor todo mundo olha ele meio assim - **se bem que** ai acho que é mais - mais espontâneo porque é mais primitivo né?

(CDP:19Or:Br:LF:SP)

Se comparados os subordinadores concessivos **apesar (de) que**, marcador de uma circunstância contrária, e **se bem que**, marcador do estado de coisas concedido, o que se verifica, afinal, é que a base lexical que compõe essas duas locuções conjuntivas é que faz o enquadre (*framing*) dos elementos do *frame*. O mesmo se verifica para subordinadores concessivos, mas a isso se dedica, especificamente, o capítulo 05.

3.5 A complexidade do *frame* de concessividade e as construções de concessividade

Neste capítulo, a partir de um exame das construções adverbiais concessivas e das construções lexicais de concessividade, mostra-se que, a partir do estabelecimento de um *frame* de concessividade, é possível explicar a distribuição, o licenciamento e a restrição de expedientes gramaticais que expressam concessividade. Isso se sustenta tanto para o caso dos subordinadores adverbiais concessivos quanto para o caso de outros itens lexicais de concessividade, como é o caso de *ainda* e de *mesmo*.

Conforme discutido ao longo do capítulo, o estabelecimento do *frame* de concessividade (sobretudo no modelo que vem proposto pelo FN) está ancorado em categorias específicas de concessividade que dão conta de explicar (embora parcialmente) as construções de concessividade convencionalizadas. As construções que se montam a partir de peças que não são marcadamente de concessividade não podem ser explicadas

de modo satisfatório dentro desse enquadre justamente porque é muito alto¹⁴ o nível de especificidade dos elementos do *frame* estabelecido. É necessário, portanto, apelar para outras operações de construtura linguística que expliquem o estabelecimento da concessividade tanto em construções convencionalizadas quanto em construções não convencionalizadas.

Nesse modo de condução, é necessário chegar a uma representação esquemática para que seja possível dar conta da diversidade e da variedade das construções de concessividade, no português brasileiro. Assim, no próximo capítulo se desenvolve a proposta de que a expressão gramatical da concessividade depende de operações de construtura linguística ligadas ao domínio do sistema de dinâmica de forças (TALMY, 1998; 2000, 2018).

¹⁴ No capítulo 01, seção 1.4, explicou-se a constituição de *frames* e de domínios semânticos no que diz respeito aos seus níveis de especificidade e de esquematicidade.

04 As construções gramaticais dentro da matriz semântica da concessividade

... the conceptualization of experience found in grammar is relevant for communication, but not necessarily relevant for other cognitive activities.
Croft & Cruse (2004, p. 73)

Does grammar mirror cognition? Paradoxically, yes and no, depending on which feature of grammar one considers.
Givón (1991, p. 120)

4.1 A necessidade de estabelecer uma matriz semântica para a concessividade

Na visão cognitivo-funcional, o significado de uma expressão linguística depende tanto do conteúdo conceptual que ela evoca quanto da construtura que o falante impõe sobre o conteúdo. O conteúdo conceptual evocado representa, na verdade, um domínio semântico cognitivamente estabelecido. Nessa medida, uma expressão linguística evoca domínios cognitivos que constituem a base do significado que ela expressa, ou seja, do próprio conteúdo linguisticamente construído (LANGACKER, 2008, p. 55). Explica Langacker (2008) que o conjunto de domínios evocados por uma expressão linguística forma uma **matriz** semântica que, na maioria dos casos, é complexa, por constituir-se de diversos domínios.

O significado concessivo pode configurar uma matriz semântica, na medida em que envolve a ativação de diferentes domínios conceptuais. Discernir e esclarecer quais sejam esses domínios constituintes da matriz concessiva é uma tarefa imprescindível se se deseja explicar a diversidade e a variedade de meios pelos quais a concessividade pode ser construída linguisticamente.

Um dos caminhos para chegar ao estabelecimento da matriz concessiva é a proposição de um *frame* que capte os elementos semânticos expressos por uma construção concessiva. No entanto, conforme discutido no capítulo anterior, o *frame* de

concessividade permite que apenas sejam captadas as regularidades observadas nas construções que convencionalizadamente trazem essa expressão.

O estabelecimento de um domínio semântico para a concessividade depende da identificação dos conceitos e das noções que as construções que instanciam concessividade instanciam. Sugere Croft (1993) que o primeiro passo na direção do estabelecimento de qualquer domínio semântico é a descrição do que uma construção gramatical simboliza – o seu **perfil** (o foco) e a sua **base** (o plano de fundo). Considere-se a construção adverbial em (01):

(01) **Ainda que** o chefe de governo fosse o mais idôneo e o mais sábio dos homens, a sua permanência no poder [...] seria a negação da democracia.

(CDP:19Or:Br:Intrv:Tar)

Nessa ocorrência, está em jogo uma quebra de expectativa: a continuidade do chefe de governo no poder nega a democracia, em que pese o fato de ele ser o mais idôneo e sábio dos homens. A quebra de expectativa reside no que vem implicado nessa ocorrência: **se** um chefe de governo é o mais idôneo e sábio dos homens, espera-se que, democraticamente, ele permaneça no poder. Essa implicação é o plano de fundo sobre o qual a expectativa é frustrada. Por aí, pode-se observar que a matriz concessiva perfila a quebra de expectativa com base na implicação negada (construída condicionalmente).

Considere-se, ainda, outra ocorrência concessiva, (02), na qual também se verifica uma causa inoperante.

(02) Há um novo garganta profunda em Washington. A Casa Branca “funciona não porque Donald Trump é presidente, mas **apesar de** ele o ser”.

(GN)

Nessa ocorrência, o segmento concessivo “apesar de ele o ser” evoca a mesma quebra de expectativa que se verifica em (01), mas, nesse caso, está na base um raciocínio causal, que vem expresso discursivamente: “a Casa Branca não funciona porque Donald Trump é presidente”. Nesse sentido, da matriz de concessividade também faz parte uma causalidade negada.

Considerando-se os vários meios de expressão da concessividade no português, observa-se que noções que constituem apenas uma parte da base da matriz concessiva podem também evocar toda a matriz, como é o caso de (03) e (04), a seguir.

(03) O país **não** ganha respeitabilidade internacional **só porque** se acerta com os agentes funerários das finanças mundiais.

(CEL-EMB-CR)

(04) Esses pensamentos, **se não** se formulavam precisamente em seu cérebro, envolviam-no como na tristeza de uma noite enorme.

(CEL-NO-TR)

Em (03), verifica-se a negação da consequência de uma causalidade. A causa “só porque se acerta com os agentes funerários das finanças mundiais” levaria à consequência “o país ganha respeitabilidade internacional”. No entanto, “o acordo com os agentes funerários” é construído como causa inoperante para chegar à “respeitabilidade do país”. Nesse sentido, uma construção **só porque X... não Y**, como em (03), aciona um esquema de inoperância da causa, revelando uma possível construtura linguística de um dos aspectos da base da matriz concessiva. De modo semelhante, em (04) é o esquema de implicação (condicional) negada que a construção **se não X, Y** evoca.

O estabelecimento do significado concessivo por meio de uma construção gramatical que aciona esquemas de causa inoperante (03) ou de implicação (condicional) negada (04) só é possível porque, na verdade, esses esquemas constituem a base (plano de fundo) da matriz de concessividade, sendo tão salientes que podem, por si, evocar toda a matriz concessiva (DANCYGIER & SWEETSER, 2014). O perfil da matriz concessiva é justamente o de “quebra de expectativa” (PARAZUELOS, 1993)¹, que se constrói a partir de noções como a de negação de implicação e a de inoperância causal (NEVES, 2011 [2000], 2002a; ZAMPRONEO, 2014).

O fato de as noções basilares da matriz concessiva encontrarem expressão gramatical decorre do fato de que, como explicam Dancygier & Sweetser (2014), uma noção relevante de um domínio pode evocar todo o domínio. Assim, construções como

¹ Zamproneo (1998) faz um levantamento das noções por meio das quais a concessividade é definida nas gramáticas.

(03) e (04) são interpretadas dentro de uma matriz concessiva justamente porque fica estabelecida uma unidade conceptual entre a matriz concessiva e as noções de base que a constituem. Explica Croft (1993), com base em Langacker (1987), que a seleção de uma noção relevante dentro de uma matriz é uma operação de ajuste focal, por meio da qual um mesmo domínio conceptual (da experiência humana) pode construir-se de diferentes formas, a depender da construtura que o falante deseja impor sobre o domínio.

Nesse ponto é relevante retomar a proposta, apresentada no início desta seção, de que o significado de uma expressão linguística depende tanto do conteúdo conceptual que ela evoca quanto da construtura que o falante impõe sobre o conteúdo. Como vem posto na primeira epígrafe que abre este capítulo, as diferentes construturas linguísticas de um domínio semântico só são relevantes na medida em que cumprem os objetivos conjuntos dos falantes na interação verbal (CLARK, 1996; CROFT, no prelo). Assim, expressar a concessividade por meio de uma construção que ponha em foco a inoperância da causalidade, como em (03), obtém um efeito comunicativo diferente do que obtém uma construção gramatical que ponha em foco a insuficiência de uma condição, como em (04). Chega-se, então, aos aspectos pragmáticos que governam a construtura linguística da concessividade. O aspecto pragmático da concessividade é, talvez, mais verificável em construções como (05) e (06), a seguir.

(05) A romantização do morro continua, um pouco, nas apreciações pseudo-acadêmicas do Carnaval, **se bem que** a maior conquista do Carnaval – a preservação da ideia da nobreza popular apesar de tudo -- é do próprio povo, não é literatura (...)

(NILC)

(06) O frete **pode até** ser um pouco mais caro, **mas** no final, o produto que chega mantém a qualidade

(CEL-FSP)

Na ocorrência (05), em que se verifica uma construção adverbial concessiva com **se bem que**, o segmento concessivo faz uma ressalva sem descartar o que é asseverado no segmento principal. Em (06), o segmento introduzido por **pode até** é um movimento de assunção de uma proposição, e o segmento introduzido por **mas** faz a ressalva. Essas duas construções servem à mesma função, a de expressar uma ressalva, no entanto elas

chegam a essa expressão por vias diferentes (construtura), e com efeitos comunicativos diferentes. Na construção **pode até X, mas Y**, fica explicitamente marcado o engajamento intersubjetivo entre os ouvintes – tem-se aí a concessividade (semântica) transformada em concessão (pragmática)

Nessa linha, este capítulo propõe, afinal, que a unidade conceptual da matriz concessiva reside no sistema cognitivo de dinâmica de forças, uma vez que ele provê as propriedades básicas para a configuração dessa matriz. A partir do estabelecimento da concessividade como decorrente do sistema de dinâmica de forças, podem ser examinadas algumas propriedades da concessividade, como sua concepção lógico-semântica, dentro dessa matriz semântica, de modo a explicitar o modo pelo qual o significado concessivo é alcançado construcionalmente.

4.2 Uma configuração básica da concessividade pela concepção do sistema de dinâmica de forças: as relações entre concessividade, causalidade e negação

Indispensável ao tratamento cognitivo da concessividade é a categoria semântico-conceptual da dinâmica de forças², proposta por Talmy (1988, 2000, 2018). Essa categoria diz respeito à maneira pela qual entidades interagem em relação a um dinamismo de forças³. A interação entre essas entidades pode ser conceptualizada tanto no domínio físico quanto, por extensão metafórica, nos domínios do conhecimento, da ação social, etc. Assim, interações de força não se verificam no domínio do conteúdo, mas estendem-se ao domínio epistêmico e ao de ato de fala.

A organização básica da categoria prevê que estejam presentes duas entidades (ou forças) em interação. Uma delas é tida como o foco de atenção, podendo mostrar tendência à manifestação do seu potencial de força ou à sua superação por outra entidade, chamada **agonista** (ago). A segunda entidade – chamada **antagonista** (ant) – é

² Segundo o autor, a noção de dinâmica de forças poderia ser genericamente entendida por meio da noção linguística de construção causativa. Na literatura da Linguística Cognitiva é vasta a aplicação dessa noção na descrição de construções gramaticais: a) a construção *movimento-causado*, em Goldberg (1995); b) os verbos modais, em Achard (1996), Sweetser (1982, 1990); c) os adjetivos, em Langacker (1999), entre outros.

³ A dinâmica de forças está dissolvida na linguagem e participa ativamente na constituição semântica de itens lexicais (como adjetivos e advérbios), de itens gramaticais (como conjunções e preposições), assim como na constituição semântica do processo da modalização, seja a deôntica, seja a epistêmica. Essa categoria opera, ainda, na estruturação do discurso, principalmente na construção argumentativa, traçando o caminho para as expectativas e para as contraexpectativas geradas pelo processo argumentativo.

considerada a partir do efeito sobre a primeira força, a qual pode ser neutralizada, sobrepujada ou, ainda, vencida. Os regimes de interação que se estabelecem entre as entidades de força podem ser causal (*because*) ou concessivo (*despite*). Considerem-se os exemplos de Talmy (2000, p. 43-46), a seguir.

- | | |
|--|-------|
| (07) The ball kept rolling | (ago) |
| <i>because</i> of the wind blowing on it. ⁴ | (ant) |
| (08) The log kept lying on the incline | (ago) |
| <i>because</i> of the ridge there. | (ant) |
| (09) The ball kept rolling | (ago) |
| <i>despite</i> the stiff grass. | (ant) |
| (10) The shed kept standing | (ago) |
| <i>despite</i> the gale wind blowing against it. | (ant) |

Nas situações retratadas em (07) e (08), o antagonista é mais forte que o agonista. Nesses casos, o agonista mostra ou tendência ao descanso, como é o caso em (07), ou tendência à ação, como é o caso em (08), mas o estado resultante da interação entre as entidades é contrário à tendência original do agonista. Em (07), a tendência do agonista era ao descanso, mas, devido ao vento, ele continuou rolando; em (08), a tendência da viga no plano inclinado era à ação, mas, devido ao sulco no plano, ela permaneceu estática. Nas situações retratadas em (09) e (10) percebe-se, pois, um padrão de interação diverso daquele mostrado em (07) e (08); nele, o agonista é mais forte que o antagonista, ficando permitida, dessa forma, a preservação de sua tendência natural. Em (09), o agonista tem sua tendência à ação preservada apesar da força exercida pelo antagonista. O mesmo pode ser dito de (10), em que se observa que a tendência ao descanso permanece, apesar da força exercida pelo antagonista⁵. Como se vê, o padrão concessivo

⁴ (07) A bola continuou rolando *porque* o vento soprava nela.

(08) A viga continuou em repouso no plano inclinado *porque* lá havia um sulco.

(09) A bola continuou rolando *apesar da* grama grossa.

(10) O barracão continuou de pé *apesar do* forte vento soprando contra. (tradução deste autor)

⁵ Vale notar que a categoria semântica da dinâmica de forças traz implicações também para a organização do fluxo de informação no discurso, relacionando-se às noções de figura e fundo. Na tradição dos estudos do discurso, tomando-se Matthiessen e Thompson (1988) como medida, as orações principais são sempre figura e as orações subordinadas, sempre fundo. Note-se, nos exemplos de (05) a (08), que a oração principal, tida como figura, perfila o agonista, ao passo que a oração subordinada, tida como fundo, perfila o antagonista.

marcado pela preposição inglesa *despite* pode ser explicitado como *not-because* – o “anticausal” (HERMODSON, 1994).

O sistema de dinâmica de forças permite que sejam tratadas as interações causais e concessivas de modo unificado. A relação entre o padrão de interação causal e o concessivo é de contraposição, e o que diferencia esses padrões é a persistência do agonista em manter sua tendência original, característica própria da interação concessiva. Nessa medida, o padrão concessivo de interação das forças constitui a própria negação do esquema causal (*not-because*). Considere-se novamente a ocorrência (02), apresentada no início deste capítulo.

(02) Há um novo garganta profunda em Washington. A Casa Branca “funciona não porque Donald Trump é presidente, mas **apesar de** ele o ser”.

(GN)

Nessa ocorrência a direção é do positivo para o negativo, ou seja, o padrão de interação concessivo vem afirmado (A Casa Branca funciona apesar de Donald Trump ser o presidente) e o padrão causal vem negado (A Casa Branca não funciona porque Donald Trump é presidente). Se a direção fosse inversa (do negativo para o positivo), todas as relações teriam de ser reconfiguradas, como se vê em (11) abaixo:

(11) A Casa Branca funciona porque Donald Trump é Presidente, não apesar de ele o ser.

Com a inversão da direção de polaridade, a conjunção adversativa **mas**, que aparece em (02), é desprezada, pois não fica estabelecido um contraste entre os eventos conceptualizados. Pela comparação de (02) e (11), vê-se que em (02) é fortemente marcada a implicação da causalidade negada, uma vez que ela ‘anuncia’ a direção da concessividade, daí a marcação com a conjunção adversativa **mas**. A causalidade afirmada que está em (11) aciona um esquema que condiciona a necessidade de mudança de direção. Essa diferença nos esquemas evocados provém do fato de que a negação tanto marca um evento não ocorrido quanto evoca a contraparte positiva não realizada (TALMY, 2000). Explica Sweetser (2006) que uma sentença como *O João não saiu do trabalho às 18h* evoca um espaço mental em que o *João sai do trabalho às 18h*. Nessa

medida, a negação oferece automaticamente dois espaços mentais: o espaço negado, e o espaço da sua contraparte positiva.

Dentro do esquema básico de dinâmica de forças que se tem elaborado, nesta seção, para a concessividade, fica explícito o papel que a negação desempenha na configuração do regime concessivo. Dentro desse esquema, a concessividade só se define como negação da causalidade. Ora, esse fato ligado à conceptualização da concessividade certamente tem suas implicações para a instanciação gramatical da concessividade. Como nota Neves (2002a), se se conceber a concessividade como uma relação de incompatibilidade entre eventos, “facilmente se pensa na existência de polaridade entre tais orações como uma das maneiras de incompatibilidade, aliás a mais extrema delas” (NEVES, 2002a, p.575).

Entretanto, nem sempre é verificável, nas construções adverbiais concessivas, o jogo das polaridades que está claramente visível nas construções **só porque X... não Y** e **se não X... (pelo menos) Y**. A partir de uma análise geral das ocorrências dessas construções adverbiais concessivas no corpus de pesquisa, verificam-se quatro padrões de organização das relações de polarização⁶, organizados no Quadro 4.1, a seguir.

Existência de relação polar	Inexistência de relação polar
<p style="text-align: center;"><u>PADRÃO I</u></p> <p style="text-align: center;">segmento concessivo afirmativo + segmento principal negativo</p> <p>(12) Pessoas de costumes antigos, coitados, os pais nunca iriam entender seus problemas, e, mesmo que os entendessem, não lhe dariam apoio... (CDP:19:Fic:Br:Gattai:Cronica)</p>	<p style="text-align: center;"><u>PADRÃO III</u></p> <p style="text-align: center;">segmento concessivo afirmativo + segmento principal afirmativo</p> <p>(14) Embora estivesse mais equilibrado sobre o ringue, Vilória apelava para golpes irregulares. (CDP:19N:Br:Folha)</p>
<p style="text-align: center;"><u>PADRÃO II</u></p> <p style="text-align: center;">segmento concessivo negativo + segmento principal afirmativo</p> <p>(13) ... a apresentação não empolga, ainda que o alto-astral das manifestações populares nordestinas seja inegável. (CDP:19N:Br:SP)</p>	<p style="text-align: center;"><u>PADRÃO IV</u></p> <p style="text-align: center;">segmento concessivo negativo + segmento principal negativo</p> <p>(15) Uma única decisão não irá proporcionar-lhe momentos muito significativos, embora você não os entenda por agora. (CDP:19N:Br:PA)</p>

Quadro 4.1. As relações polares em construções adverbiais concessivas no português brasileiro.

⁶ Esses dados são consoantes com os dados descritos por Neves (2002a) e Zamproneo (1998).

É interessante notar que, no exame das ocorrências do *cópus* desta tese, verifica-se que o padrão IV (apontado no Quadro 4.1) é infrequente. A ocorrência (15) configura um ato de fala do tipo conselho, em que o falante procura fazer o seu leitor ver que é necessário tomar mais de uma decisão para viver momentos significativos. Nesse sentido, a negação no segmento principal, “uma única decisão **não** irá proporcionar-lhe momentos muito significativos”, evoca um espaço em que o estado mental do ouvinte era o de crença, na contraparte positiva. Essa negação no segmento principal representa o próprio engajamento intersubjetivo do falante com seu ouvinte na interação, uma vez que, ao negar, ele evoca um espaço com a contraparte positiva da crença do ouvinte (DANCYGIER, 2012; VERHAGEN, 2005).

Se nas construções adverbiais concessivas a existência de relação polar é opcional, nas construções **só porque X... não Y** e **se não X... (pelo menos) Y**, ocorre o oposto, sendo a relação polar uma condição básica para a configuração do significado concessivo.

Considere-se a seguinte ocorrência da construções **só porque X... não Y**.

(16) O senhor **não** pode falar assim **só porque** eu disse uma tolice. (CEL-OSA-D)

O que se verifica em (16) é que a negação aparece no termo consequente, não, propriamente, na causa. Na sua contraparte positiva, a relação entre causa e consequência é explicitada pelo advérbio conclusivo **então**, “Eu disse uma tolice, **então** você pode falar assim comigo”. A relação causal que se estabelece nessas construções não é uma relação de “causa efetiva” (NEVES, 2002b) – ou uma relação entre conteúdos (SWEETSER, 1990) –, mas é estabelecida entre um argumento e uma conclusão, sustentando-se no domínio dos atos de fala (SWEETSER, 1990, HILPERT, 2007), e por isso mesmo é de conclusão, não de consequência. Em (17), a seguir, verifica-se que a força concessiva dessa ocorrência reside justamente no ato de fala que o falante realiza.

(17) **Não** me venha agora inventando moda! **Só porque** você tá... incapacitado, já esqueceu como os homens são? (CEL-PD-D)

Como construção de concessividade, **só porque X... não Y** apresenta um mapeamento bastante direto nas entidades do sistema de dinâmica de forças. Para essa construção, tem-se que o segmento “não Y” instancia o agonista e o segmento “só porque X”, o antagonista. Isso significa que a força do antagonista “só porque X” não é suficiente para que “não Y” não se realize. No entanto, essas forças não pertencem ao domínio sócio-físico, mas sim ao domínio dos atos de fala, regulando a interação e revelando os contratos intersubjetivos que se sustentam entre falante e ouvinte (CROFT, 2011). A força concessiva que se instaura no domínio dos atos de fala será discutida ao final deste capítulo, mostrando que a concessividade, nesse domínio, é a própria concessão que o falante faz em relação a alguma coisa (HERMODSON, 1994).

No encaminhamento de uma proposta geral para o estabelecimento da matriz semântica da concessividade a partir do sistema de dinâmica de forças, verifica-se, em primeiro lugar, que os componentes de causa e de negação são indispensáveis à configuração desse domínio, uma vez que causalidade e negação são os estritos reguladores da concessividade. Ademais, a força da negação nos esquemas de concessividade reside justamente no fato de ela ser a própria manifestação do engajamento intersubjetivo, uma vez que o uso que o falante faz da negação visa a marcar uma perspectiva contrária a alguma coisa.

O raciocínio se fecha com a indicação de que, se, por um lado, a concessividade pode ser vista a partir dos elementos reguladores desse tipo de interação de forças, por outro lado, ela pode ser vista a partir das propriedades que as entidades em interação (agonista e antagonista) apresentam, que são, principalmente, **persistência** (seção 4.3) e **escalaridade** (seção 4.4). Ambas as propriedades dizem respeito à natureza das forças em interação, a diferença entre elas reside no fato de que persistência se liga ao produto final da interação (ou seja, à continuidade da força do agonista a despeito da força exercida pelo antagonista), ao passo que a escalaridade é uma propriedade intrínseca das forças. Um exame dessas propriedades conduz às especificações do domínio semântico da concessividade, e, como se mostrará adiante, tanto persistência quanto a escalaridade encontram expressão gramatical nas construções de concessividade.

4.3 A elaboração da matriz de concessividade a partir da propriedade de *persistência*: o mapeamento dos elementos de concessividade nas construções adverbiais

O traço da **persistência** liga-se à natureza da força. Na interação concessiva, a força do agonista – manifestada na forma de tendência ao movimento ou de continuidade de repouso – permanece, apesar a força exercida pelo antagonista para a mudança de tendência do agonista. Considerem-se, novamente, os exemplos (09) e (10) apresentados por Talmy (2018, p.45-46).

- | | |
|---|----------------|
| (09) The ball kept rolling
<i>despite</i> the stiff grass. | (ago)
(ant) |
| (10) The shed kept standing
<i>despite</i> the gale wind blowing against it. | (ago)
(ant) |

Esses dois exemplos tipificam os dois padrões possíveis de interação concessiva entre as forças. No exemplo (09), tem-se o padrão em que um agonista, a bola, apresenta tendência intrínseca ao movimento, tendência que se manifesta apesar da resistência imposta por um antagonista, a grama grossa. Nesse caso, explica Talmy (2018), a força exercida pelo antagonista é força de resistência ou de inibição, que, no entanto, é ineficiente contra a realização da tendência natural do agonista. No padrão em (10), tem-se um agonista, o barracão, cuja tendência intrínseca é o repouso (a permanência de um estado), o qual se mantém apesar da força aplicada para a mudança do estado natural do agonista. Nesse caso, a força também é ineficiente, mas não é força de resistência ou de inibição, é força de propulsão. Em ambos os casos, pois, a tendência natural do agonista se mantém, seja em direção ao movimento, seja para o repouso. Na tradição gramatical e na tradição linguística esses dois padrões de interação concessiva vêm, geralmente, embutidos nas definições de **concessividade**, destacando-se especialmente o padrão em que a força do antagonista é força de inibição ou de resistência.

O termo **concessivo** vem regularmente definido nas gramáticas a partir de noções de “impedimento” e de “obstáculo”. Em Cunha e Cintra (2008 [1990]) e Rocha Lima (1973), por exemplo, uma oração concessiva é aquela que expressa um fato real ou hipotético que serve de “barreira” para a realização do fato expresso na oração principal.

Na mesma direção Bechara (2009, p.496) propõe que uma oração subordinada adverbial concessiva é aquela que expressa um “obstáculo” real ou imaginário que não impede a realização do evento da oração principal. Semelhantemente, Gilly y Gaya (1980, p. 311) enfatiza a noção de “obstáculo” na sua definição para as orações concessivas, afirmando que o obstáculo expresso nessa oração adverbial é insuficiente para impedir a realização do fato expresso na oração principal. Ilustrando essas definições, figuram quase sempre, como padrão, exemplos do tipo *Embora chova, vou ao parque*. São sentenças em que, claramente, a tendência ao movimento do agonista (ir ao parque) não se altera apesar da força obstrutiva do antagonista (a chuva).

De um modo geral, as construções adverbiais concessivas que se verificam no uso linguístico não são tão “óbvias” quanto esses exemplos tradicionais, porque, no uso efetivo, o que elas expressam, em geral, não são relações de força entre estados de coisa no mundo, mas são, prioritariamente, relações de concessividade entre argumentos e entre atos de fala (CREVELS, 2000; STORTI-GARCIA, 2010; SWEETSER, 1990).

No exame das ocorrências do cópuz desta pesquisa, verifica-se que, no padrão concessivo, existe uma tendência do antagonista para o repouso, não para o movimento. Por exemplo, considere-se uma construção concessiva como em (18), a seguir, na qual o segmento principal é o agonista, e o subordinado, introduzido pelo subordinador **embora**, é o antagonista.

(18) **Embora** acredite que só uma fatalidade eliminaria o Brasil do Mundial, ele [Taffarel] teme o ataque holandês, com três jogadores.

(CDP:19:N:Br:Folha)

Nessa ocorrência, as forças atuantes não estão no domínio físico, mas no domínio psicológico: a crença de que apenas uma fatalidade seria capaz de eliminar o Brasil seria suficiente para desfazer o temor de Taffarel contra o ataque holandês; no entanto, apesar (da força) da crença, Taffarel ainda teme o ataque holandês. O esquema concessivo que se verifica nessa ocorrência é semelhante ao de (09), na medida em que, em ambos os casos, tem-se um agonista que mantém sua tendência natural ao repouso, apesar da força antagonista aplicada sobre ele.

O mesmo padrão de interação acontece nas ocorrências (19) e (20), a seguir, em

que o segmento concessivo é introduzido pelos subordinadores **ainda que** e **mesmo que**, respectivamente.

(19) Mas, **ainda que** o filme se passe no passado, na congada final você vê que tem Volkswagen na praça, tem o presente na praça.

(CDP:19Or:Br:Intrv:ISP)

(20) **Mesmo que** metam as mãos nos bolsos de vocês, duvido que possam encontrar alguma coisa.

(CDP:19:Fic:Br:Louzeiro:Pixote)

A construção dos eventos codificados nas ocorrências (19) e (20) está ligada diretamente ao modo pelo qual a relação entre os eventos é conceptualizada. Ora, os eventos seguem um “curso normal” no mundo físico, mas é necessária uma mente (ou um “sujeito de consciência”, nos termos de Langacker, 1991b), para que esses eventos sejam conceptualizados como relacionados entre si, e relacionados concessivamente. Isso diz respeito, propriamente, à conceptualização, tal como ela vem instanciada linguisticamente.

A relevância de considerar a conceptualização tal como ela vem construída na linguagem (a construtura) está justamente no fato de que podem ser identificadas as preferências dos falantes por uma ou outra conceptualização. No que diz respeito à concessividade, dentro do sistema conceptual de dinâmica de forças, existem pelo menos duas conceptualizações possíveis entre antagonista e agonista, no entanto, a verificação da linguagem em uso revela a preferência pelo esquema conceptual em que o agonista preserva sua tendência ao repouso, não ao movimento.

No português brasileiro, dentro do quadro de subordinadores adverbiais que expressam concessividade, o subordinador **ainda que** é especialmente a gramatização do traço de persistência. O advérbio **ainda**, que está na base do subordinador, é um dos itens que melhor instanciam o significado de persistência. A relação entre o significado de persistência e o concessivo de **ainda** é evidência para a “forte relação entre ‘continuidade’ e ‘concessividade’⁷” (TRAUGOTT & KÖNIG, 1982), uma vez que o esquema geral da concessividade é a continuidade de uma configuração de um estado de

⁷ Texto original: “*strong relationship between ‘continuation’ and ‘concessiveness’*”.

coisas apesar de, contextualmente, haver uma situação “militante” contra a continuidade dessa configuração (MICHAELIS, 1996).

Dentre o conjunto de subordinadores do português, **ainda que** talvez seja o mais representativo no que diz respeito à instanciação do padrão em que o agonista preserva sua tendência ao repouso, por dois motivos. O exame do córpus desta tese revela, em primeiro lugar, que esse subordinador é aquele que marca mais fortemente a relação de concessividade entre estados de coisa no mundo, e, em segundo lugar, que segmentos concessivos introduzidos por esse subordinador geralmente são construídos com participios verbais ou adjetivos.

O traço de **persistência** está ligado, pois, à natureza das forças envolvidas, e diz respeito à continuidade dessas entidades em interação. Esse traço, que também encontra expressão gramatical no subordinador **ainda que**, manifesta-se, na linguagem em uso, na instanciação do padrão de concessividade em que o agonista preserva sua tendência natural ao repouso.

Nesse modo de condução (como apontam Croft & Cruse (2004) na primeira epígrafe que abre este capítulo), a conceptualização da experiência, tal como revelada na linguagem, é relevante apenas para os propósitos comunicativos que os falantes buscam alcançar conjuntamente na interação – e não, necessariamente, para outros sistemas cognitivos.

Dado que a natureza conceptual dos eventos no esquema concessivo é a de dinâmica de forças, as entidades envolvidas além de exibirem um valor de **persistência**, exibem também um valor **escalar**, que diz respeito ao balanço dessas forças, e que está na base da configuração de um conjunto de esquemas construcionais, como se discute a seguir.

4.3 A elaboração da matriz de concessividade a partir da propriedade de *escalaridade*: o ponto de encontro entre concessividade e condicionalidade

A noção de escalaridade deve ser entendida dentro de uma moldura pragmática. Explica Israel (2011) que uma “escala pragmática” é um conjunto ordenado de elementos associado a um esquema proposicional, que licencia inferências a respeito do modo pelo qual os elementos se associam e a escala se organiza. Por exemplo, em uma escala

numérica crescente, fica licenciada a inferência de que o número seguinte a x deve apresentar um valor maior que o de x . De acordo com Langacker (1987, p.132), o estabelecimento de modelos escalares não é um fenômeno linguístico, e a criação de escalas a partir de arazoamentos só é possível devido à habilidade cognitiva básica de *abstração*, a qual está relacionada à noção de *esquematicidade*, mencionada na primeira parte deste capítulo. Segundo explica o autor, a abstração diz respeito ao nível de especificidade na qual uma situação é representada.

Na linguagem, operadores escalares estão associados, geralmente à noção de “violação de expectativa” (KAY, 2002; MCCAWLEY, 1993 [1981]; MICHAELIS, 1993), associação que é crucial para a expressão da concessividade. Explicam Kay (2002) e Michaelis (1993) que a violação (ou quebra) de expectativa surge da violação de uma implicatura associada à máxima de quantidade (GRICE, 1975; LEVINSON, 1983, 2000). Seguindo-se a máxima de quantidade, dois princípios devem ser respeitados por parte do falante: (i) sua contribuição para a conversa deve ser tão informativa quanto seja necessário; (ii) sua contribuição para a conversa não deve ser mais informativa que o necessário. A implicatura surge da assunção de que a máxima está sendo preservada, e o que um operador escalar, do tipo de *mesmo*, faz é justamente violar a implicatura gerada por essa máxima. Assim, em uma ocorrência como (21), a seguir, o operador escalar *mesmo* viola a implicatura gerada de que somente a porta-voz disse que estava doente com os incidentes.

- (21) **Mesmo** a porta-voz da maior organização anti-aborto do Estado, Teresa Donovan, da Massachusetts Citizens for Life, disse que estava doente com os incidentes: Quem fez isso não faz parte do nosso grupo.

(CEL-FSP)

Por outro lado, o item *mesmo*, em contextos escalares, como (21), gera a implicatura de que, dentre as pessoas com a possibilidade de ficar doentes com os incidentes, a porta-voz da maior organização antiaborto seria a candidata menos provável. Essa implicatura é gerada precisamente porque a proposição em foco tem como plano de fundo um esquema proposicional escalar (ISRAEL, 2011; FILLMORE, KAY & O’CONNOR, 1988).

Como apontam Haspelmath & König (1998), nas línguas do mundo é comum que partículas escalares se tornem marcadores de concessividade (KÖNIG, 1985; HASPELMATH & KÖNIG, 1998)⁸. No português brasileiro, algumas partículas escalares servem de base para a composição de itens juntivos complexos que expressam concessividade, como é o caso de **mesmo** em **mesmo que** e em **mesmo se**, ou o caso de **nem** em **nem que**.

O item **nem** marca uma relação de adição entre termos coordenados, mas faz isso por via da negação ou da privação (NEVES, 2011 [2000]). O significado escalar de *nem* é verificado em expressões minimizadoras, do tipo “nem um pouco”, como mostra o exemplo (22), a seguir. E o subordinador concessivo **nem que** introduz segmentos de polaridade negativa, e implica um modelo escalar em que se negocia com a polaridade dos segmentos da construção (MIRANDA, 2008), como se observa na ocorrência (23).

(22) Lidava com pessoas esquisitas, que viviam me dando cantadas, cheias de más intenções, e eu não era **nem um pouco** política.

(CDP:19Or:Br:Intrv:WEB)

(23) A maior ambição de um cineasta é contar a história do próprio país, **nem que** seja um pedacinho dela.

(CDP:19Or:Br:Intrv:ISP)

Conforme já apontado, o traço de escalaridade está associado a uma violação de expectativa, que surge da violação de uma implicatura associada à máxima de quantidade. Aponta Schwenter (1999) que essa é a via pela qual se interligam escalaridade e condicionalidade.

Itens escalares frequentemente se combinam com itens condicionais de modo a configurar uma expressão condicional-concessiva (KÖNIG, 1986), como é o caso de **mesmo se**, no português. Considere-se a ocorrência (24), a seguir.

⁸ Por exemplo, a partícula **cūng**, da língua vietnamita, tanto pode ter o significado análogo ao do advérbio *still*, em inglês, quanto pode ter o significado de **even**, no inglês, dependendo de fatores contextuais (MICHAELIS, 1994). Outro exemplo são as partículas **-mo**, do japonês, e a **-to**, do coreano, que expressam escala numérica, mas que, dado fatores contextuais, podem ser usadas como marcadores (não canônicos) de concessividade (LEE, 2004).

(24) O banqueiro Roberto Setúbal, do Itaú, disse não ter mais certeza de que comprar o Banerj seja um negócio tão bom. Ele não confirma a participação do Itaú no leilão do Banerj, adiado novamente. **Mesmo se** o Congresso aprovar o empréstimo da CEF, o presidente do Itaú não se sente seguro do ponto de vista jurídico. Ele quer ter mais garantias de que, no futuro, o banco que comprar o Banerj não terá de pagar passivos trabalhistas.

(CDP:19N:Br:SCat)

Na ocorrência (23), entende-se que “com ou sem a aprovação do congresso, o presidente do Itaú não se sente seguro”. Fica estabelecida, assim, a implicação de uma cadeia causal “normal”, na qual, a partir da situação do segmento concessivo-condicional, espera-se a contraparte negativa, que está no segmento nuclear. Construções concessivo-condicionais são escalares por natureza, e a escala estabelecida nessas construções forma-se de uma série de condições, cujo ponto máximo escalar é aquele apresentado no segmento concessivo-condicional. Nessa medida, tanto a cadeia de causalidades quanto a escalaridade de condições são propriedades semântico-pragmáticas dessas construções que configuram a construtura do significado concessivo na linguagem.

As construções de concessividade configuradas a partir de esquemas escalares (e condicionais) geralmente se montam a partir de peças linguísticas que evocam alternatividade (veja-se o capítulo 02), diferentemente do que ocorre em construções de concessividade configuradas a partir de esquemas causais, nas quais se verifica, obrigatoriamente, a polaridade negativa.

A escalaridade pode ser construída linguisticamente a partir da instanciação de um ponto máximo da escala, como é o caso de construções com **mesmo se**, as quais, por implicação, evocam o resto da escala. Mas também ela pode ser construída de modo que fique marcado o completo ‘desprezo’ pela escala evocada, como é o caso das construções em (25) a (27), a seguir.

(25) **Onde quer que o homem pusesse seus pés**, havia sempre um vestígio da Tradição do Sol.

(CEL-BRI-R)

(26) **Como quer que seja**, foi preciso contar com essa migração certa do talento nacional, com esse tributo que ele pagou sempre a Paris.

(CEL-DHB-O)

(27) **Qualquer que seja a diferença de idade cronológica no aparecimento da puberdade**, [...], o indivíduo deixa de ser uma coisa da família para ganhar personalidade.

(CEL-AE-T)

As construções de concessividade em que se verifica um esquema escalar discutidas até este ponto estão geralmente associadas o modo pelo qual os falantes conceptualizam as relações entre os eventos no mundo. No entanto, um caso particular de construção de concessividade é **pode até X, mas Y**, que não perfila eventos no mundo, mas representa a própria invocação de um ato de fala de concessão. Considere-se (28), a seguir.

(28) A pesquisa Datafolha publicada ontem mostra que Mário Covas, com 54 % de as intenções de voto, ainda é o favorito em a disputa a o governo de São Paulo. **Pode até ganhar, mas**, moralmente, já perdeu.

(CDP:19N:Br:Folha)

No capítulo 02, ficou sugerido que o verbo modal **poder**, em construções como (28), não instancia nem sentido epistêmico (ligado às possibilidades), nem sentido deôntico (ligado às permissões). Se o modal estivesse ligado a um desses sentidos, interpretações como as que vêm em (28a) e (28b) seriam licenciadas.

(28a) É possível que Mário Covas ganhe, mas, moralmente, já perdeu.

(28b) Ele pode ganhar, mas, moralmente, já perdeu.

Nos casos de (28a) e (28b), vem afirmado que Mário Covas pode ganhar, mas em (28), o que o modal **poder** faz é conceder a vitória de Mário Covas. Assim, na construção **pode até X, mas Y**, o verbo modal é interpretado como realizando um ato de concessão por parte do falante.

4.5 A complexidade da matriz concessiva e as construções gramaticais de concessividade no português

Ao longo deste capítulo, apresenta-se uma descrição geral da zona conceptual da concessividade a partir da configuração da dinâmica de forças, mostrando-se que o padrão de interação concessivo das forças emerge quando a força de um antagonista (a entidade “causadora”) não é suficiente para mudar a tendência ao repouso ou ao movimento de um agonista (a entidade “causada”), em casos em que a expectativa é a de que a força do antagonista mude o agonista. A proposta que, aqui, se apresenta é apenas uma descrição geral, justamente porque a configuração do sistema de dinâmica de forças, tal como proposta e desenvolvida por Talmy (1988, 2000, 2018), é esquemática por natureza, uma vez que delinea apenas seus aspectos configuradores abstratos, e, conseqüentemente, provê apenas a arquitetura geral para a conceptualização da experiência, uma vez que representa uma estrutura geral da organização de um segmento experiencial.

Ainda que de natureza extremamente genérica e subespecificada, a descrição da concessividade a partir do sistema esquemático de dinâmica de forças permite que sejam explicitadas as relações que a zona da concessividade estabelece com as zonas da causalidade e da condicionalidade, por meio de uma exploração superficial das áreas em que essas se zonas sobrepõem, sobredeterminam-se e contrastam entre si. E a escolha que o falante faz por uma ou outra construção de concessividade revela, afinal, o modo pelo qual ele conceptualiza a experiência concessiva para fins de verbalização da experiência.

A amostragem de construções analisadas ao longo dos capítulos 02, 03 e, em especial, neste, parece permitir concluir que as construções de concessividade no português podem ser explicadas dentro da matriz de concessividade elaborada com base das propriedades do sistema de dinâmica de forças.

O estabelecimento da matriz concessiva sobre esse sistema de forças apresenta duas vantagens inquestionáveis: (i) a partir da relação entre concessividade e causalidade, é possível estabelecer o ponto de partida do engajamento intersubjetivo que se verifica em construções de concessividade; (ii) a partir da relação entre concessividade e condicionalidade é possível estabelecer a fonte da quebra de expectativa a partir do modo pelo qual são invocados esquemas escalares.

Por fim, com o estabelecimento de uma matriz concessiva é possível verificar o modo pelo qual as construções de concessividade instanciam o significado concessivo. As construções concessivas convencionalizadas, isto é, as tradicionais construções adverbiais concessivas, instanciam concessividade a partir da evocação de um esquema de quebra de expectativa, que é o próprio perfil (esquema mais saliente) da matriz concessiva. As construções de concessividade não convencionalizadas instanciam a concessividade a partir da evocação de uma das propriedades que compõem essa matriz, por exemplo, a inoperância da causa (**só porque X, não Y**), a insuficiência de uma condição (**se não X, pelo menos Y**), ou o desprezo completo de uma escala (**mesmo se X, onde quer que X, pode até X, mas Y**).

05 A categoria dos subordinadores adverbiais concessivos no português brasileiro

The treatment of two or more distinguishable entities as if they were the same creates a category (...). People create categories by assigning the same name or label to different things.
Brown (1990, p. 17)

Crucially, composition is not just a matter of putting together pieces of the “same kind” of content into a single homogeneous structure.
Sweetser (1999, p. 156)

5.1 Os subordinadores adverbiais como uma categoria construcional

O elenco de subordinadores adverbiais, no português brasileiro, abriga termos que são mais opacos e, por isso, semanticamente menos determinados, como é o caso de **porque**, **se** e **embora**, e abriga termos que, compostos a partir de uma base lexical, são semanticamente mais especificados, como é o caso de **já que**, **desde que**, **ainda que**, **se bem que**, entre outros. Essa especificação semântica não anula a existência de uma relação de causalidade, de condicionalidade, ou de concessividade entre os segmentos. Pelo contrário, a especificidade semântica desses subordinadores compostos representa a natureza da conceptualização (causal, condicional, ou concessiva) existente entre os eventos, esclarecendo vínculos com a verbalização (a enunciação) da experiência.

A ideia de considerar os subordinadores adverbiais como uma categoria construcional está amparada no modelo cognitivo-funcional desenvolvido ao longo deste trabalho. Ora, se uma construção gramatical se configura, como tem sido repetidamente demonstrado, a partir do mapeamento entre forma e significado, os subordinadores adverbiais, sejam eles simples ou complexos, configuram construções gramaticais.

Nesse modo de condução, considerar os subordinadores adverbiais concessivos como uma categoria construcional implica explicitar o modo pelo qual se sustentam o mapeamento entre forma-função desses itens (questão ligada à sua composicionalidade), assim como implica estabelecer o modo pelo qual esses itens se organizam dentro do espaço semântico da concessividade, para configurar um mapa semântico que

esquematize e reflita, até certo ponto, a organização gramatical da categoria concessiva (CROFT, 2001, 2003; HASPELMATH, 2003).

No que diz respeito à composicionalidade dos subordinadores concessivos, a questão que cabe explicitar é o modo pelo qual se estabelece o significado de concessividade dos itens que são gramaticalmente complexos, ou seja, compostos por uma base lexical e uma partícula subordinativa. Nesse sentido, uma proposta de análise ancorada nas relações simbólicas que se sustentam nesses itens gramaticais é desenvolvida neste capítulo.

A vantagem de os subordinadores concessivos complexos serem analisados como construção gramatical está justamente no fato de que os elementos componentes desses itens apresentam diferente natureza: um dos elementos é lexical e o outro, gramatical. A princípio pode parecer que o elemento gramatical do complexo conectivo não contribui semanticamente para a construção, no entanto, é necessário recuperar duas premissas básicas da visão cognitivo-funcional: (i) não existe uma divisão rígida entre léxico e gramática, mas há um contínuo que se estabelece entre esses dois polos (FILLMORE, 2008; HALLIDAY, 1994; LANGACKER, 1987; MICHAELIS, 2013); (ii) o significado lexical reside no conteúdo conceptual que esses itens evocam, e o significado gramatical reside no esquema simbólico evocado (visão particularmente encontrada em em Langacker, 1987, e em Croft, 2001).

Pode-se, de início, estabelecer, dentro da classe dos subordinadores concessivos apresentados no Quadro 2.4 (capítulo 02), dois subgrupos, como apresenta o Quadro 5.1, a seguir.

Subordinadores adverbiais concessivos no português brasileiro	
subordinadores simples	subordinadores complexos
embora conquanto	mesmo que, ainda que, nem que; apesar (de) que, se bem que; por mais que, por muito que, por menos que;

Quadro 5.1. Os subordinadores adverbiais concessivos do português brasileiro quanto a sua natureza construcional.

Como está evidente, os subordinadores **embora** e **conquanto** configuram-se como construções simples, ao passo que os outros subordinadores configuram-se como construções complexas, pois contêm mais de uma unidade simbólica, seguindo o esquema geral [[base lexical] [que]].

Numa direção cognitivo-funcional, que é a assumida neste estudo, a categoria desses subordinadores adverbiais complexos constitui um terreno fértil para análises. Por um lado, um exame dessas locuções pode revelar o mapeamento das categorias linguísticas e conceptuais acionadas na configuração de noções adverbiais, como causalidade, condicionalidade e concessividade, a partir justamente de uma verificação da sua base¹. Por outro lado – e é justamente neste ponto que o presente estudo põe seu foco –, um exame dessas locuções pode revelar os modos pelos quais se estabelecem as seguintes relações: a de integração, que se dá entre os elementos componentes; a de composição, que se dá entre os componentes e a estrutura composta. A explicitação dessas relações é tema deste capítulo.

Antes de proceder à análise da composição dos subordinadores complexos, é importante considerar, dentro de uma perspectiva cognitivo-funcional, a sua funcionalidade. Afinal, a função que eles exercem nas construções adverbiais concessivas é um parâmetro imprescindível para o estabelecimento da categoria construcional dos subordinadores adverbiais.

5.2 A funcionalidade dos subordinadores adverbiais, com foco nos concessivos

Uma definição inicial de subordinação segundo os princípios cognitivistas permitirá o tratamento das propriedades cognitivas dos itens juntivos adverbiais complexos.

Na perspectiva cognitivista, a subordinação é definida a partir de noções de *Gestalt* e de noções perceptuais (CROFT, 2001; TALMY, 2000), ou, ainda, a partir de certas assunções a respeito do perfilamento² das construções de subordinação (LANGACKER, 1991a, 2008b). Nessa visão, tem-se uma assimetria entre os eventos codificados nos segmentos em combinação: ao “segmento nuclear” é atribuída maior proeminência

¹ Mencione-se que estudos dessa ordem foram conduzidos tanto para o português (NEVES, 2006; CONEGLIAN, 2015, 2018), quanto para o espanhol (MONTOLÍO, 2000) e outras línguas indo-europeias (KORTMANN, 1997).

² “Perfilamento” diz respeito à estrutura cognitiva e linguística de um evento (veja-se capítulo 01, seção 1.4).

cognitiva na estruturação da cena de evento, enquanto ao “segmento subordinado” é atribuída menor proeminência no perfilamento de um evento complexo. A diferença na atribuição de proeminência está associada à distinção entre “figura”, papel desempenhado pelo segmento nuclear, e “fundo”, papel desempenhado pelo segmento subordinado (CROFT, 2001; TALMY, 2000)³.

Considerando a distinção figura-fundo como traço fundamental na verificação da assimetria entre os eventos codificados em construções subordinadas, Langacker (2008, p.139) explica que a marcação distintiva, no caso, é inerente a itens linguísticos como *when, while, before, although, since, if*, para o inglês (e seus correspondentes em outras línguas). Nesse sentido, a oração que eles encabeçam (a “subordinada”) é, marcadamente, menos proeminente, cognitivamente, do que a oração não marcada (a nuclear).

Construções em que se verifica subordinação por complementação ou relativização implicam uma relação de continência simbólica do segmento subordinado, em relação ao segmento nuclear, ao passo que as construções em que se verifica subordinação adverbial não implicam essa continência. Por essa razão, o que se tem nas construções subordinadas adverbiais é uma relação de hierarquização não tão evidente entre as orações. Essa não continência simbólica é um tipo de “subordinação funcional” (LANGACKER, 2014) e é o que se verifica nas construções complexas adverbiais.

Para Langacker (2014, p.64), ainda que essa continência simbólica do segmento adverbial em relação ao principal seja verificada no plano morfossintático da relação de subordinação, o segmento adverbial preserva, cognitivamente, seu próprio perfilamento, aparecendo, portanto, em seu próprio nível básico de atenção. Nessa perspectiva, em uma construção subordinada adverbial – a qual tem uma oração (ou um segmento) nuclear e uma oração (ou um segmento) subordinada adverbial – há dois eventos perfilados, e não um único evento. Dado esse duplo perfilamento, nessas construções, não se verifica aquele tipo clássico de continência, ainda que fique verificada uma assimetria na conceptualização dos eventos (LANGACKER, 2014, p. 68)

O autor explica esse fato cotejando as orações adverbiais com os adjuntos adverbiais (não oracionais), atendendo a que existe uma correspondência semântica entre esses dois tipos de construção. Segundo Langacker (2014), o adjunto adverbial expresso

³ A esse respeito, veja-se a seção 3.3, no capítulo 03.

por um sintagma preposicionado perfila tanto o esquema semântico da preposição quanto o esquema semântico da sua base nominal, ao passo que uma oração adverbial perfila um evento que, conseqüentemente, elabora a estrutura semântica do evento perfilado pela oração principal⁴. Nesse sentido, o adjunto adverbial está simbolicamente contido dentro da estrutura esquemática do evento perfilado pela oração, enquanto a oração adverbial constitui em si mesma o perfilamento de um evento, justamente porque esse tipo de estrutura configura uma predicação. Assim, o evento perfilado por uma oração adverbial exibe autonomia cognitiva – justamente por ter a estrutura esquemática de um evento e, portanto, autonomia cognitiva – constituindo, porém, um evento que tem menos proeminência cognitiva, porque é assimétrico em relação ao evento perfilado pela oração principal. Dessa relação assimétrica resulta que o evento da oração adverbial específica, em alguma capacidade, o evento perfilado na oração principal.

Como já foi indicado no início desta seção, os subordinadores conjuncionais adverbiais marcam a diferença de proeminência entre os eventos perfilados em uma e em outra oração, e essa é a função básica desses elementos. Langacker (1991a, p.429) acrescenta que esses juntivos adverbiais podem variar quanto ao seu grau de esquematicidade e de conteúdo: itens juntivos como *after* e *while*, no inglês, perfilam relações mais objetivas e diretas do que juntivos como *if*, *although* e *whereas*, que são mais dependentes da maneira como o falante avalia contingências e continências.

Essa variação no grau de esquematicidade e de conteúdo de que fala Langacker (1991a) é bastante verificável nos subordinadores concessivos complexos do português brasileiro. O caminho está na explicitação do modo pelo qual *frames* e esquemas imagéticos evocados por esses itens subordinadores se inter-relacionam coerentemente dentro do domínio da concessividade – a partir do entendimento de que essa coerência conceptual faz que os falantes atribuam a esses itens o significado concessivo, e não, simplesmente, o significado literal de suas bases formadoras (CROFT, 1993, 1998). Essa questão está diretamente ligada à composição semântica de tais itens, e na próxima seção se traz uma discussão da visão cognitivista da composicionalidade (LANGACKER,

⁴ Pode-se estabelecer um paralelismo forte entre essa proposta cognitivista de Langacker (2014) e as propostas funcionalistas de Halliday (1994) e de Mann & Thompson (1988). Essas duas propostas funcionalistas consideram que as orações adverbiais servem para “realçar” (inglês, *enhance*) a oração principal.

1987, 1999), especialmente quanto ao fato de que o ponto angulador é o significado concessivo estabelecido construcionalmente (DANCYGIER, 2004).

5.3 A composição semântica dos subordinadores (concessivos) complexos no português: uma proposta cognitivista de análise

A questão da composicionalidade é central para qualquer teoria linguística (e para qualquer teoria gramatical), pois lida com um fato básico da linguagem humana: o modo pelo qual, a partir do arranjo das peças, as significações se estabelecem e são negociadas. Tradicionalmente no campo da Linguística, a composicionalidade é vista como uma relação que existe entre significado e estrutura, isto é, entende-se que o significado de uma expressão complexa é plenamente determinado (ou calculado, como postulam teorias formalistas) a partir das estruturas e dos significados de seus elementos constituintes. Tome-se como exemplo uma sentença como *O menino comeu o bolo*, cujo significado é determinado a partir das partes [[o] [menino]], [comeu] e [[o] [bolo]], cada uma, de igual modo, com suas regras próprias de composição. Nessa direção, mais especificamente, postula-se um princípio geral de composicionalidade, de acordo com o qual deve haver uma correspondência um a um entre operações sintáticas e operações semânticas; ou seja, mais precisamente: “para cada operação sintática deve haver uma operação semântica correspondente” (BARKER & JACOBSON, 2010, p. 02). Na composição do significado de uma expressão complexa como a sentença *O menino comeu o bolo*, atuam tanto as operações sintáticas, que é o modo como as peças são arranjadas, quanto os significados dos itens lexicais, que são as próprias peças arranjadas na sentença.

Em uma perspectiva cognitivamente orientada fica assumida a relação entre a estrutura (sintática) e o significado de uma construção, no entanto essa relação é postulada como menos direta e mais nuançada do que tradicionalmente se assume, porque nela intervêm fatores de ordem cognitiva. Na verdade, a composicionalidade plena⁵ de expressões complexas é um fato linguístico raro, senão impossível de verificar (CROFT, 2001; SWEETSER, 1999). Dentro dessa visão, a norma (normalidade) que se

⁵ Ressalva Croft (2001) que é possível encontrar instâncias desse tipo em vocabulário técnico, no entanto esse tipo de vocabulário tem seu uso restrito a seus campos de especialidade.

concebe é que as regras de composição que determinam os significados de expressões complexas flexibilizem o ‘cálculo’ do seu significado, o que se deve, principalmente, ao fato de que as peças linguísticas componentes de uma estrutura composta ocorrem dentro de um esquema construcional.

Assim, há a considerar que, uma vez que as construções em si carregam uma estrutura simbólica (ainda que apenas esquemática, como se discutiu nos capítulos anteriores), as regras de combinação e de dependência entre as peças de uma construção são estabelecidas localmente, ou seja, na própria construção, e são estabelecidas internamente a ela própria – uma visão diferente daquelas que propõem regras de combinação (de ligação) como externas às peças linguísticas (CROFT & CRUSE, 2004).

Considere-se o caso dos subordinadores adverbiais concessivos complexos, território de análise deste capítulo, cujo esquema construcional, conforme apresentado anteriormente, é [[base lexical] [que]]. Nessa construção, sustentam-se duas relações, uma entre as próprias partes componentes (a [base lexical] e a partícula [que]), e outra entre as partes componentes e a estrutura composta (como já devidamente explicitado em partes anteriores desta tese). No entanto, essas duas relações são de natureza diferente. A relação que se estabelece entre as partes componentes da construção configura-se como de integração, estabelecendo-se nela dependências colocacionais, ao passo que a relação das partes componentes com a estrutura composta é de composição, estabelecendo-se nela significado construcional (LANGACKER, 1987, 1999; CROFT, 2001, 2003). A Figura 5.1, a seguir, esquematiza a representação da construção de um subordinador complexo, explicitando as relações de integração e as de composição.

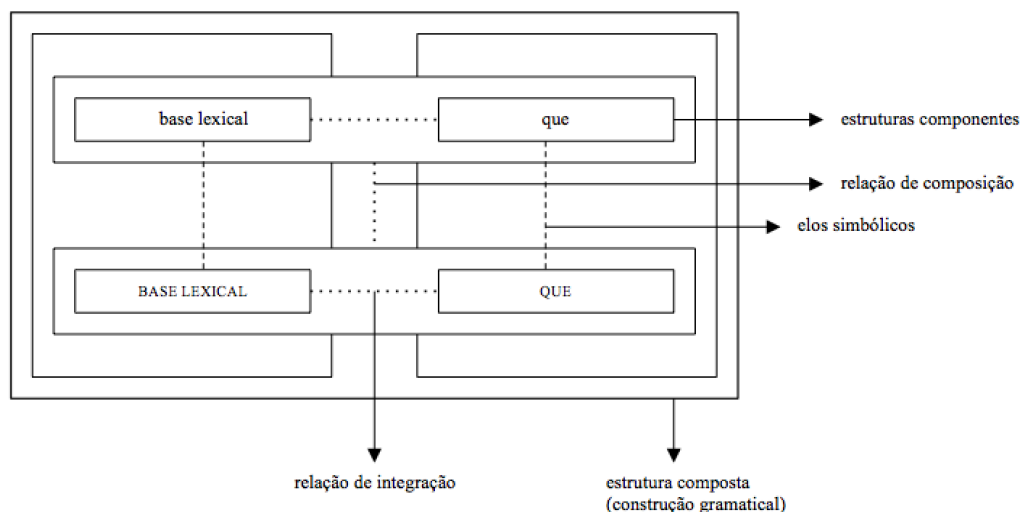


Figura 5.1. Relações de composição e de integração em subordinadores complexos.

Note-se que, como mostra a Figura 5.1, as relações de integração e as de composição vêm representadas dentro do esquema construcional. O fato de essas relações serem internas à construção gramatical – neste caso, à construção dos subordinadores adverbiais complexos – implica que essas relações são específicas dessa construção, ou seja, a construção em si passa a ser a unidade que evoca as relações “parte-todo” que são estabelecidas simbolicamente⁶. Fala-se em relações “parte-todo”, pois porque as relações de integração dizem respeito às partes componentes de uma construção, e a relação de composição diz respeito à estrutura (construcional) composta (CROFT, 2001).

Ora, se se considerar o subordinador adverbial concessivo **ainda que**, globalmente, o significado desse subordinador é o de concessividade, sem que configure um significado derivado diretamente dos componentes. Deve atuar, portanto, alguma operação semântica que seleciona o traço relevante dos componentes (**ainda e que**) que devem ser projetados para a estrutura composta. O mesmo pode-se dizer, por exemplo, do subordinador **se bem que**, cujo significado concessivo não se configura a partir da mera

⁶ Talvez esse seja o ponto principal de uma visão construcional da gramática de uma língua, pois é o fato de as relações de composição e de integração serem internas às construções gramaticais que constitui cada uma delas como uma construção, propriamente (CROFT, 2007). Quando duas ou mais construções compartilham essas relações, verifica-se entre elas uma relação de herança construcional (GOLDBERG & JACKENDOFF, 2004; GOLDBERG, 2006; KAY & MICHAELIS, 2016 TORRENT, 2009). Discutir a fundo essa questão está além dos objetivos desta tese.

soma de suas partes. E, no caso desse subordinador, diferentemente do que ocorre com **ainda que**, há, ainda, a necessidade de verificar o modo pelo qual a base adverbial **bem** se liga à concessividade.

Ocorre que, como se discutirá na seção seguinte, parte da constituição do significado desses subordinadores depende do ajustamento de domínios (ou *frames*) semânticos (CROFT, 1993): no caso de **ainda que**, por exemplo, existe um ajuste entre o domínio temporal (da base lexical) e o domínio concessivo (do subordinador). Esses ajustes de domínios dependem amplamente do **ajuste focal**⁷, no qual diferentes faces do significado de uma palavra (ou expressão) podem ser evocados, a depender do contexto construcional em que ocorrem (LANGACKER, 1987, p. 116-117).

5.4 A organização categorial dos subordinadores concessivos complexos

Uma das assunções centrais do funcionalismo linguístico é que o significado das unidades lexicais de uma língua é enciclopédico, isto é, tudo o que o falante sabe a respeito de uma unidade lexical é relevante para o significado – desde as acepções até os usos dessa unidade (HAIMAN, 1985; GIVÓN, 2001; LANGACKER, 1987). Disso decorre o fato de que é difícil estabelecer os limites entre a representação semântica e o conhecimento de mundo do falante sobre um determinado conceito (CROFT, 1993; DIK, 1997; GÄRDENFORS, 2014). Desses fatos decorre outro fato, o de que os expedientes linguísticos que estão à disposição do falante são geralmente multifuncionais e apresentam um caráter polissêmico (CROFT, 1998; NEVES, 2002b; SWEETSER, 1990), uma vez que, como diz Langacker (1999, p. 61), seria impossível haver uma unidade lexical para cada noção e conceito que os falantes desejassem verbalizar. Aí está, pois, o papel da gramática: permitir a combinação das unidades de modo a expressar novos conceitos e novas experiências – a partir de peças e de esquemas anteriormente utilizados (CHAFE, 2005; CROFT, 2000, 2007, 2010b; TALMY, 2000).

Ocorre que, no processo de combinação as unidades, vários ajustes têm de ser feitos no sentido de que, em uma estrutura composta, elas constituam um todo coerente. No caso específico dos subordinadores complexos com que se tem lidado neste capítulo,

⁷ É importante notar que o fenômeno de ajuste focal é um fenômeno que deriva do sistema cognitivo de atenção (veja-se a seção 1.4.2, do capítulo 01).

supõe-se que exista algum tipo de ajuste que ocorre entre o significado da base lexical e o da partícula gramatical, que formam esse subordinador. Caso contrário, a acepção temporal de **ainda**, em **ainda que**, ou a acepção de identidade de **mesmo**, em **mesmo que** não fariam chegar ao significado concessivo desses subordinadores.

Dentro de uma visão cognitivo-funcional da gramática e da significação, operada em uma combinação de peças componentes sancionada pela gramática, os aspectos mais relevantes do universo simbólico de cada uma das peças são postos em foco na constituição do significado da estrutura composta (LANGACKER, 1987, 1999). Explica Langacker (1987, p.117) que o processo de ajuste focal na linguagem é motivado pelo fato básico da cognição humana de um falante poder construir cognitivamente uma mesma experiência de diferentes maneiras e, assim, fazer a construção linguística de modos alternativos – como se tem mostrado ao longo deste trabalho – por recurso ao exame dos vários meios pelos quais o significado concessivo pode ser construído na linguagem. Nessa linha, a investigação dos ajustes focais na linguagem pode conduzir a um mapeamento das noções e dos conceitos que são evocados para a expressão de um determinado domínio semântico. Assim, as bases lexicais dos subordinadores concessivos complexos podem revelar quais sejam as noções e conceitos que estão na base para a constituição do complexo domínio da concessividade.

O ponto de partida da análise é agrupar os subordinadores complexos quanto à sua natureza semântica. Há um grupo caracterizado pelos subordinadores mais opacos e menos determinados semanticamente, como é o caso de **embora**, **conquanto** e **ainda que**. Há um segundo grupo formado por subordinadores que têm, na sua base, um item lexical de natureza escalar/quantificadora, como é o caso de **mesmo que**, **nem que**, **por mais que**, **por muito que**, **por menos que**, **por pouco que**. E há um terceiro grupo formado dos subordinadores que têm sua base lexical itens avaliativos, como é o caso de **apesar (de) que** e de **se bem que**.

Note-se que os subordinadores desse conjunto total podem, ainda, ser classificados entre aqueles que têm como base lexical um item de polaridade positiva e aqueles cuja base apresenta um item marcado por polarização negativa. Veja-se o Quadro 5.2, a seguir, em que se esquematiza essa classificação.

	Grupo 2		Grupo 3
	base escalar	Base quantificadora	base avalativa
polaridade positiva	mesmo que	por mais que por muito que	se bem que
polaridade negativa	nem que	por menos que por pouco que	apesar (de) que

Quadro 5.2. A correspondência de polaridade nas bases lexicais dos subordinadores concessivos complexos.

Os subordinadores **embora**, **conquanto** e **ainda que**, justamente por não apresentarem especificação semântica quanto à polaridade, ou seja, justamente por serem itens neutros, podem ir tanto para uma direção quanto para outra no que diz respeito à polaridade. Contudo, o fato mais importante a observar é que esses três subordinadores estabelecem correspondência com os outros subordinadores concessivos. No domínio da escalaridade, o subordinador **ainda que** é o ponto neutro entre **mesmo que** (positivo) e **nem que** (negativo); no domínio da quantificação, o subordinador **conquanto** é o ponto neutro entre os subordinadores **por muito/mais que** (positivo) e **por pouco/menos que** (negativo). E no domínio da avaliação, o subordinador **embora** é o ponto neutro entre os subordinadores **se bem que** (positivo) e **apesar (de) que** (negativo).

Com base nessas correspondências, é possível estabelecer uma distribuição em que os subordinadores concessivos semanticamente menos determinados ocupem o centro da organização dessa categoria de subordinadores. Considere-se, pois, o esquema distribucional representado na Figura 5.2, a seguir.

Categoria dos subordinadores adverbiais concessivos

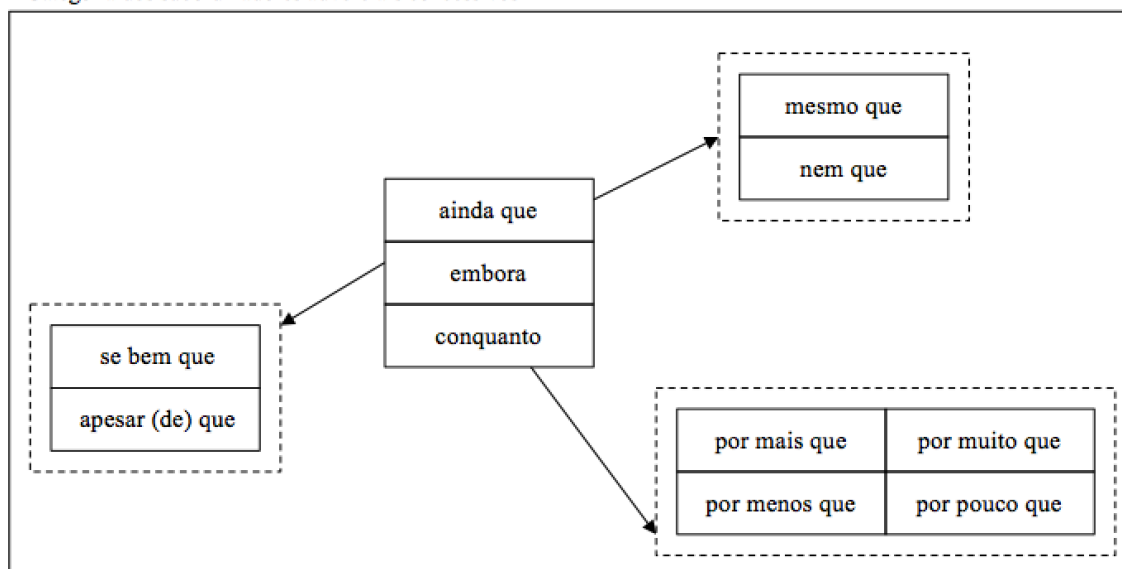


Figura 5.2. A organização categorial dos subordinadores adverbiais concessivos no português brasileiro.

Esse tipo de distribuição categorial leva inevitavelmente a uma discussão sobre os princípios de categorização. Numa visão cognitivo-funcional, as categorias linguísticas não são discretas e constituem-se ao redor de um protótipo de tal modo que os membros não centrais dessa categoria se estabelecem como periféricos (LAKOFF, 1987; ROSCH, 1975). Dentro desse modelo, o protótipo de uma categoria é aquele membro que melhor representa essa categoria, seja porque apresenta o maior número de propriedades dela, seja porque é aquele membro que se mostra mais frequente (GEERAERTS, 1989; GUILQUIN, 2006). No entanto, conforme representa o esquema na Figura 5.2, o centro semântico da categoria dos subordinadores é ocupado pelos três subordinadores que justamente não apresentam nenhuma especificação, sendo, até mesmo, os mais opacos da categoria.

O fato de os subordinadores que estão na periferia da categoria serem altamente especificados semanticamente implica uma especificação desses itens quanto à expressão da concessividade: ou seja, esses subordinadores se especializam na expressão de um ou de outro aspecto da concessividade (conforme discutido no capítulo 03). Ocorre que os três subordinadores menos especificados são justamente aqueles que podem evocar

qualquer um dos esquemas que os outros subordinadores evocam. Nessa medida, a indeterminação semântica desses itens não é impedimento para seu caráter de prototipia, antes é o próprio motivo pelo qual esses itens podem “representar” melhor a categoria dos subordinadores concessivos.

5.5 Da composição semântica à organização categorial

A proposta de considerar os subordinadores adverbiais concessivos como uma categoria construcional traz, pois, duas importantes implicações, discutidas neste capítulo. Em primeiro lugar, comprova-se que a composição do significado desses itens deve ser vista dentro de uma moldura que permita considerar a relação que as partes componentes estabelecem entre si (as relações de integração) bem como as relações que as partes componentes assumem com a estrutura composta. E o que fica evidenciado é o fato de que o significado global da construção “interfere” no significado das partes. Assim, o que se verifica é que existe um ajuste (focal) entre as peças componentes de um subordinador adverbial, neste caso o concessivo. Em segundo lugar, a partir da verificação dos ajustes semânticos que são feitos e dos traços que cada base lexical aporta, é possível estabelecer o modo pelo qual essa categoria está semanticamente organizada.

Deve-se apontar, ao final, que o modelo apresentado aqui para os subordinadores concessivos é esquemático o suficiente para que se possa conduzir uma investigação da composicionalidade e da estrutura categorial de subordinadores adverbiais de outros domínios semânticos, como o de causalidade e o de condicionalidade (NEVES & CONEGLIAN, em preparação).

06 Considerações finais

*... to understand language and the mind more fully
it is essential to recognize that all aspects of language
and all aspects of the mind belong to a complex,
integrated system embracing everything that
makes us human.*
Chafe (1994, p. 21)

Em linhas gerais, resume-se a proposta desta tese na indicação da validade e da pertinência da conjugação de princípios cognitivistas, que permitem a análise das estruturas conceptuais organizadas na experiência, com princípios funcionalistas e construcionais, que permitem a análise da língua em uso, a fim de explicitar o funcionamento e a interligação dos diferentes meios de expressão do significado concessivo no português brasileiro. No tema desta tese – que, como foi fixado, tem centro nas construções de concessividade do português brasileiro –, essa perspectiva cognitivo-funcional fornece subsídios para descrever as propriedades semânticas e pragmáticas de construções de concessividade.

O estabelecimento de uma interface entre cognitivismo e funcionalismo vai na direção de mostrar que os processos gramaticais, por meio dos quais as significações são construídas na linguagem, têm ligação não apenas com habilidades cognitivas gerais, decorrentes dos vários sistemas cognitivos que organizam a experiência, mas também com habilidades cognitivas sociais, decorrentes da interação verbal e do engajamento intersubjetivo entre falante e ouvinte (CLARK, 1996; CROFT, 2009a). Ficam, assim, contempladas as duas pontas que determinam e motivam o uso linguístico: o conceptual e o social.

Dentro desse cenário, esta tese apresenta uma descrição geral dos meios de expressão do significado concessivo no português brasileiro, partindo de uma proposta em que ficam diferenciadas as construções concessivas convencionalizadas daquelas não convencionalizadas. Para alcançar essa descrição geral, contemplam-se tanto as propriedades da estrutura sintática quanto as do componente semântico-pragmático, a fim de evidenciar que, se o que se almeja é uma descrição condizente com a realidade do uso linguístico, essas propriedades devem ser consideradas em interface.

Nessa medida, apresentam-se evidências, para a proposta, de que a construção gramatical deve ser considerada a unidade relevante da descrição linguística. Essas evidências são três: (i) a ocorrência e a distribuição de certos expedientes linguísticos são semântica e pragmaticamente condicionadas – são exemplos as construções de concessividade que evocam um esquema escalar, discutidas no capítulo 04; (ii) o estabelecimento de elos simbólicos entre forma e significado depende amplamente do contexto construcional em que unidades simbólicas ocorrem –é exemplo a construção gramatical dos subordinadores adverbiais concessivos complexos, discutida no capítulo 05; (iii) o significado global de uma construção determina o modo pelo qual as partes componentes dessa construção são interpretadas –são exemplos as construções não convencionalizadas de concessividade, discutidas nos capítulos 02, 03 e 04. Essas três evidências, consideradas em conjunto, conduzem à ideia de que a descrição gramatical depende dos mapeamentos entre forma e função.

A distinção dos meios de expressão do significado concessivo em construções convencionalizadas e não convencionalizadas esbarra na questão teórica da composicionalidade do significado. Ora, as análises dessas duas categorias construcionais revelam, afinal, que a composicionalidade do significado (concessivo) só pode ser verificada a partir dos padrões construcionais. E o que claramente a discussão dessas construções mostra é que o significado construcional governa o significado das partes constituintes de uma construção. Isso significa que, especialmente no caso das construções não convencionalizadas de concessividade, o seu significado global determina o significado das partes constituintes, de modo que não apenas o todo mas também as partes sejam todas interpretadas dentro de um único domínio semântico (CROFT, 1993; DANCYGIER, 2004, DANCYGIER & SWEETSER, 2005; SWEETSER, 1999, 2006a).

Ademais, na Introdução e no Capítulo 01 desta tese, anunciou-se que seriam apresentadas evidências de que a variedade e a diversidade de meios de expressão do significado concessivo no português brasileiro decorre do fato cognitivo básico de que uma mesma experiência pode ser conceptualizada de diferentes maneiras, a depender do propósito comunicativo dos falantes na interação verbal. Na linguagem, esse fato se resolve nas operações de construtura que são aplicadas à construção do significado, de

um modo geral. Especificamente no que diz respeito às construções de concessividade, o que se verifica é que a variação e a diversidade de meios de expressão no português estão diretamente relacionadas à conceptualização do esquema concessivo e estabelece uma correlação direta com o modo pelo qual o significado é evocado (CROFT, 2001, no prelo; DANCYGIER & SWEETSER, 2005; LANGACKER, 2013).

Do ponto de vista operacional do desenvolvimento dos objetivos deste trabalho, uma avaliação das discussões e das análises realizadas permite conclusões que podem ser agrupadas em campos que, pertinentemente estabelecidos, compreendem tanto os aspectos linguísticos quanto os aspectos cognitivos da concessividade:

1. O estabelecimento de uma matriz semântica concessiva a partir do sistema de dinâmica de forças revela as propriedades conceptuais que configuram essa zona de significações na linguagem. A concessividade, como um padrão de interação de forças, revela: (i) por um lado, a causalidade e a negação constituem noções basilares da concessividade, uma vez que o padrão concessivo das forças é a oposição do padrão causal, assim como revelam o ponto de origem do traço de intersubjetividade verificado na concessividade; (ii) por outro lado, a natureza escalar das forças em interação revela a abertura de uma moldura condicional, na qual se obtém a quebra (ou violação) de expectativa.

2. Como operação semântica básica da concessividade, a negação é parte constitutiva das construções de concessividade. Nas construções concessivas convencionalizadas (as tradicionais “adverbiais”) verificam-se padrões de alternância de polaridade positiva e negativa, ao passo que, nas construções não convencionalizadas, principalmente naquelas constituídas a partir de peças causais e condicionais, a negação é obrigatória. Dentro do conjunto de construções não convencionalizadas, há aquelas que evocam um esquema escalar em que a polaridade negativa não se verifica obrigatoriamente, mas invariavelmente é invocada uma moldura alternativa entre os polos do ‘sim’ e do ‘não’.

3. Se por um lado a concessividade estabelece relações com a causalidade e a condicionalidade, por outro, ela estabelece relações com as construções adversativas. Com o estabelecimento do *frame* de concessividade, verifica-se que construções adversativas estabelecem um alinhamento semântico com construções adverbiais

concessivas, na medida em que se verifica entre elas um mapeamento construcional cruzado, conforme discutido no capítulo 03.

4. Os subordinadores adverbiais concessivos configuram uma categoria construcional. Nessa categoria, é possível verificar que os subordinadores que formam o centro prototípico da categoria são justamente aqueles mais opacos e semanticamente menos determinados (como **embora**, **conquanto** e **ainda que**), bem como verifica-se que, ao redor desse centro, agrupam-se conectivos que compartilham o mesmo traço semântico de escalaridade (propriedade derivada diretamente do sistema de dinâmica de forças), de quantidade e de avaliação.

5. Na interface que se estabelece entre semântica e pragmática, fica muito evidente a correspondência entre concessividade, como uma quebra de expectativa, e concessão, como um desprezo total. Na instanciação dessas noções, algumas construções não convencionalizadas, como **pode até X, mas Y**, têm a propriedade pragmática bem configurada, uma vez que essas construções realizam o próprio ato de fala de concessão (que é a concessividade na sua forma ‘extrema’, como caracterizam Hermodson, 1994, e Zamproneo, 2014). Nessa medida, estabelece-se um contínuo semântico-pragmático entre as construções de concessividade.

Por tudo o que se discutiu nesta pesquisa, conclui-se que, a partir da configuração da matriz semântica concessiva com base em noções de dinâmica de forças, é possível descrever e explicitar, de modo unificado, a variedade e a diversidade de construções gramaticais que expressam concessividade no português brasileiro. As propriedades semânticas ligadas à concessividade – como causa inoperante, condição insuficiente, quebra de expectativa, permanência de um estado – organizam-se e configuram-se a partir das relações que se estabelecem dentro do sistema de dinâmica de forças. Entende-se, afinal, que fica comprovada a hipótese geral desta tese.

Referências

- AIKHENVALD, Alexandra. *The art of grammar*. Oxford: Oxford University Press. 2015.
- ALLWOOD, Jens; ANDERSSON, Lars-Gunar; DAHL, Östen. *Logic in linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press. 1977.
- ACHARD, Michel. French modals and speaker control. In: GOLDBERG, Adele. *Conceptual structure, discourse and language*. Stanford: CSLI. 1996.
- BARKER, Chris; JACOBSON, Pauline. Introduction: direct compositionality. In: BARKER, Chris; JACOBSON, Pauline. (org.). *Direct compositionality*. Oxford: OUP. 2010.
- BECHARA, Evanildo. *Estudos sobre os meios de expressão do pensamento concessivo em português*. Tese de Cátedra. Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 1954.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37ª edição. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2009.
- BYBEE, Joan. *Language, usage and cognition*. Cambridge: CUP. 2010.
- CHAFE, Wallace. *Creativity in verbalization as evidence for analogic knowledge*. 1975. Disponível em <http://aclweb.org/anthology/T75-2029>. Último acesso em 05 de março de 2019.
- CHAFE, Wallace. Creativity in verbalization and its implications for the nature of stored knowledge. In: FREEDLE, Roy (org.) *Discourse production and comprehension*. Norwood: Ablex. 1977.
- CHAFE, Wallace. *Discourse consciousness and time: the flow and displacement of conscious experience in speaking and writing*. Chicago: Chicago University Press. 1994.
- CHAFE, Wallace. The relation of grammar to thought. In: BUTLER, Christopher; GÓMEZ-GONZÁLES, Maria de los Ángeles; DOVAL-SUÁREZ, Susana M. (orgs) *The Dynamics of Language Use: Functional and Contrastive Perspectives*, Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins. 2005.
- CHOMSKY, Noam. *Aspects of syntactic theory*. Berlin: Mouton de Gruyter. 1965.
- CLARK, Herbet. *Using language*. Cambridge: CUP. 1996.
- CONEGLIAN, André V. L. *Os juntivos causais e concessivos do português brasileiro na perspectiva cognitivo-funcional: uma análise da ligação conceptual dos elementos gramaticais em uso nessa zona adverbial*. Dissertação de Mestrado em Letras (Inédito). Universidade Presbiteriana Mackenzie. 2015.
- CONEGLIAN, André V. L. Especificações semânticas em subordinadores adverbiais complexos da zona de causalidades. In: BARROS, D. L.P.; NEVES, M.H.M. *A gramática e seu interfaceamento com os campos de atuação na comunidade*. Araraquara: Cultura Acadêmica. 2018.

- CREVELS, Mily. Concessives on diferente semantic levels: a typological perspective. In: COUPER-KUHLEN, Elizabeth; KORTMANN, Bernd. (Org.) *Cause, condition, concession, contrast: cognitive and discourse perspectives*. Berlin: Mouton de Gruyter. 2000.
- CROFT, William. *Syntactic categories and grammatical relations: the cognitive organization of information*. Chicago: University of Chicago Press. 1991.
- CROFT, William. The role of domains in the interpretation of metaphors and metonymies. In: *Cognitive Linguistics* (4:4). 1993. p. 335-370.
- CROFT, William. Autonomy and functionalist linguistics. In: *Language* (71). p.490-532. 1995.
- CROFT, William. Linguistic evidence and mental representations. IN: *Cognitive Linguistics* 9 (2). 1998. p. 151-173.
- CROFT, William. *Explaining language change: an evolutionary approach*. Harlow, Essex: Longman. 2000.
- CROFT, William. *Radical Construction Grammar*. Oxford: Oxford University Press. 2001.
- CROFT, William. *Typology and universals*. 2a edição. Cambridge: Cambridge University Press. 2003.
- CROFT, William. Logical and typological arguments for radical construction grammar. In: FRIED, Mirjam; ÖSTMAN, Jan-Ola. *Construction Grammars*. Amsterdam: John Benjamins. 2005.
- CROFT, William. The origins of grammar in the verbalization of experience. In: *Cognitive Linguistics* (18), p. 339-382. 2007.
- CROFT, William. Toward a social cognitive linguistics. IN: EVANS, Vyvyan; POURCEL, Stéphanie. *New directions in cognitive linguistics*. Amsterdam: John Benjamins. 2009a. p. 395-420.
- CROFT, William. Connecting frames: a case study of eat and feed. In: *Constructions and Frames* 1:1. 2009b. p. 7-28.
- CROFT, William. Methods for finding language universals in syntax. In: SCALISE, Sergio; MAGNI, Elisabetta. *Universals of language today*. Berlin: Springer. 2009c.
- CROFT, William. Ten unwarranted assumptions in syntactic argumentation. In: BOYER, Kasper. (org) *Language usage and language structure*. Berlin: Mouton de Gruyter. 2010a
- CROFT, William. The origins of grammaticalization in the verbalization of experience. In: *Linguistics* (48). p. 1-48. 2010b.
- CROFT, William. Language as a process. In: CLARK, Eve (org). *Experience, variation and generalization: learning a first language*. Amsterdam: John Benjamins. 2011.
- CROFT, William. Hypothesis formation. In: LURAGUI, Silvia; PARODI, Claudia. *The Bloomsbury companion to syntax*. London: Bloomsbury. 2013

- CROFT, William. *Verbs*. Oxford: Oxford University Press. 2012.
- CROFT, William. *Morphosyntax*. Mimeo. No prelo.
- CROFT, William; WOOD, Esther J. Construal operations in linguistics and artificial intelligence. In: ALBERTAZI, Liliana (org.). *Meaning and cognition: a multidisciplinary approach*. Amsterdam: John Benjamins. 2000.
- CROFT, William; CRUSE, Alan D. *Cognitive linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press. 2004.
- CROFT, William; POOLE, Keith. Inferring universals from grammatical variation: multidimensional scaling for typological analysis. *Theoretical Linguistics* (34), p. 1-37 . 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Lexikon. 2008.
- DANCYGIER, Barbara. Conditionals and prediction. Cambridge: CUP. 1998.
- DANCYGIER, Barbara. Constructional compositionality and blending: the case of the Polish SLVF constructions. In: *BLS* (30). 2004. p.456-467.
- DANCYGIER, Barbara. Negation, stance and intersubjectivity. In: DANCYGIER & SWEETSER (org.), 2012.
- DANCYGIER, Barbara; SWEETSER, Eve. *Mental spaces in grammar – conditional constructions*. Cambridge: Cambridge University Press. 2005.
- DANCYGIER, Barbara; SWEETSER, Eve. (Org.) *Viewpoint in Language – a multimodal perspective*. Cambridge: Cambridge University Press. 2012.
- DANCYGIER, Barbara; SWEETSER, Eve. *Figurative language*. Cambridge: Cambridge University Press. 2014.
- DEACON, Terrence. *The symbolic species*. Nova Iorque: W. W. Norton. 1997.
- DIK, Simon. *The theory of functional grammar*. 2 vols. 2ª edição. Berlin: Mouton de Gruyter. 1997.
- DIXON, Robert. *Basic linguistic theory*. vol. 1. Oxford: Oxford University Press. 2010.
- DOWTY, David. Compositionality as an empirical problem. In: BARKER, Chris; JACOBSON, Pauline. (org.). *Direct compositionality*. Oxford: OUP. 2010.
- FAUCONNIER, Gilles. *Mental Spaces*. Aspects of meaning constructions in natural language. Cambridge: Cambridge University Press. 1994.
- FAUCONNIER, Gilles. Methods and generalizations. In: Janssen, Theo; REDEKER, Gisela. *Cognitive linguistics: foundations, scope and methodology*. Berlin: Mouton de Gruyter. 1999.
- FAUCONNIER, Gilles; SWEETSER, Eve. (Org.) *Spaces, worlds and grammar*. Chicago: Chicago University Press. 1996.
- FAUCONNIER, Gilles; TURNER, Mark. *The way we think*. New York: Basic Books. 2002.

- FELDMAN, Jerome. *From molecule to metaphor*. Cambridge: MIT Press. 2006.
- FILLMORE, Charles. The case for case. In: BACH, Emmon (org). *Universals in linguistic theory*. Londres: Holt. 1968.
- FILLMORE, Charles. An alternative to checklist theories of meaning. In: *Proceedings of the First Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*. 1975.
- FILLMORE, Charles. Frame semantics and the nature of language. In: *Annals New York Academy of Science*. 1976.
- FILLMORE, Charles. The mechanisms of constructions grammar. In: *BLS* 14. 1988.
- FILLMORE, Charles. *Deixis*. Chicago: CSLI Publications. 1997 [1971].
- FILLMORE, Charles. *Border conflicts: FrameNet meets Construction Grammar*. 2008. Disponível em: http://www.euralex.org/elx_proceedings/Euralex2008/002_Euralex_2008_Plenary_Charles%20J%20Fillmore_Border%20Conflicts_FrameNet%20Meets%20Construction%20Grammar.pdf . Último acesso 27 de janeiro de 2019.
- FILLMORE, Charles; KAY, Paul. *Construction grammar*. Chicago: CSLI Publications. 1993.
- FILLMORE, Charles; KAY, Paul. Grammatical constructions and linguistic generalizations: the what's X doing ? construction. In: *Language* (75:1). 1999.
- FILLMORE, Charles; KAY, Paul; O'CONNOR, Katherine. Regularity and idiomaticity in grammatical constructions: the case of let alone. In: *Language* (64:3). 1988.
- FILLMORE, Charles, et. al. Background to FrameNet. In: *International Journal of Lexicography* 16:3. 2003. p. 235-250.
- FODOR, Jerry A. *The modularity of mind*. Cambridge: MIT Press. 1983.
- FORD, Cecilia. The treatment of contrast in interaction. In: COUPER-KUHLEN, Elizabeth; KORTMANN, Bernd. (Org.) *Cause, condition, concession, contrast: cognitive and discourse perspectives*. Berlin: Mouton de Gruyter. 2000.
- GÄRDENFORS, Peter. *The geometry of meaning: semantics based on conceptual spaces*. Cambridge: The MIT Press. 2014.
- GEERAERTS, Dirk. Where does prototypicality comes from? In: RUDZKA-OSTYN, Brygida (org.). *Topics in Cognitive Linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. 1988.
- GILI Y GAYA, Samuel. *Curso superior de syntaxis española*. Cidade do México: Ediciones Minerva. 1980.
- GUILQUIN, Gaëtanelle. The place of prototypicality in corpus linguistics: causation in the hot seat. In: GRIES, S. STEFANOWITSCH, A. *Corpora in cognitive linguistics: corpus-based approaches to syntax and lexis*. Berlin/NY: Mouton. 2006
- GIVON, Talmy. *Mind, code and context: essays on pragmatics*. New York: Lawrence Erlbaum Associates. 1989.

- GIVON, Talmy. Serial verbs and the mental reality of ‘event’: grammar vs. cognitive packing. In: TRAUGOTT, Elizabeth; HEINE, Bernd. *Approaches to grammaticalization*. vol. 1. Amsterdã: John Benjamins. 1991.
- GIVON, Talmy. *Functionalism and grammar*. Amsterdam: John Benjamins. 1995.
- GIVON, Talmy. *Syntax*. (2vols.) Amsterdam: John Benjamins. 2001.
- GIVÓN, Talmy. *Bio-linguistics: the Santa Barbara lectures*. Amsterdam: John Benjamins. 2002.
- GIVÓN, Talmy. *Context as other minds* Amsterdam: John Benjamins. 2005.
- GIVÓN, Talmy. *The genesis of syntactic complexity*. Amsterdam: John Benjamins. 2010.
- GIVÓN, Talmy. An adaptive approach to grammar. In: HEINE, Bernd; NARROG, Heiko. *The Oxford handbook of linguistic analysis*. Oxford: Oxford University Press. 2011.
- GOLDBERG, Adele. *Constructions*. Chicago: Chicago University Press. 1995
- GOLDBERG, Adele. Constructionist approaches. In: HOFFMAN, Thomas; TROUSDALE, Graeme. *The Oxford Handbook of Construction Grammar*. Oxford: Oxford University Press. 2012.
- GOLDBERG, Adele. Compositionality. In: RIEMER, Nick. (org) *The Routledge Handbook of Semantics*. Londres: Routledge. 2016.
- GOLDBERG, Adele; JACKENDOFF, Ray. The English resultative as a family of constructions. *Language* (80). 2004.
- GRICE, H. Paul. Logic and conversation. In: COLE, Peter; MORGAN, Jerry L. *Syntax and semantics*, vol. 3. Nova Iorque: Academic Press. 1975.
- HAIMAN, John. *Natural syntax: iconicity and erosion*. Cambridge: CUP. 1985.
- HALLIDAY, M. *An Introduction to Functional Grammar*. Baltimore, Maryland: Edward Arnold. 1985.
- HALLIDAY, Michael. MATTHIESSEN, Christian. *An Introduction to Functional Grammar*. 3ª edição. London: Hodder Education. 2004.
- HALLIDAY, Michael. MATTHIESSEN, Christian. *Construing experience through meaning – a language-based approach to cognition*. London, New York: Continuum. 2006.
- HARRIS, Zelig. *Methods in structural linguistics*. Chicago: University of Chicago Press. 1951
- HASPELMATH, Martin. The geometry of grammatical meaning: semantic maps and cross-linguistic comparison. In: TOMASELLO, Michael. *The new psychology of language* (vol.2). London: Lawrence Earlbaum Associates. 2003.
- HASPELMATH, Marting; KÖNIG, Ekkehard. Concessive-conditionals in the languages of Europe. In: AUWERA, J. van der. *Adverbial constructions in the languages of Europe*. Berlin: Mouton de Gruyter. 1998.

- HERMODSSON, Lars. Der begriff "konzessiv". Terminologie und analysen. In: *Studia neophilologica*, n. 66, 1994, p. 59-75.
- HILPERT, Martin. Just because it's new doesn't mean people will notice it. In: *English today*, n. 23, 2007. p. 29-33.
- HUMBERSTONE, Lloyd. *The connectives*. Cambridge: The MIT Press. 2011.
- ISRAEL, Michael. *The grammar of polarity*. Cambridge: CUP. 2011.
- JOHNSON, Mark. *The body in the mind*. Chicago: Chicago University Press. 1987.
- KAY, Paul. Even. In: *Linguistics and philosophy* (13:1). 1990.
- KAY, Paul. *Words and the grammar of context*. CSLI Publications. 2002.
- KAY, Paul; MICHAELIS, Laura. Constructional Meaning and Compositionality. In C. MAIENBORN, C.; von HEUSINGER, K.; PORTNER, P. (eds.), *Semantics: An International Handbook of Natural Language Meaning*. Vol. 3. Berlin: de Gruyter. 2271-2296. 2012.
- KAY, Paul; MICHAELIS, Laura. A Few Words to do with Multiword Expressions. In: CONDORAVDI, C.; KING, T. H. (org.), *Tokens of Meaning: Papers in Honor of Lauri Karttunen*. Stanford: CSLI Publications. 2018. p. 87-118.
- KÖNIG, Ekkehard. Where do concessives come from? On the development of concessive connectives. In: FISIÁK, Jacek. (Org.). *Historical semantics, Historical word-formation*. Berlin: Mouton de Gruyter. 1985.
- KÖNIG, Ekkehard. "Conditionals, concessive conditionals and concessives: areas of contrast, overlap and neutralization", in: Elizabeth Traugott & Alice ter Meulen, J. Snitzer Reilly & Charles A. Ferguson (eds.). *On conditionals*. Cambridge: Cambridge University Press. 1986.
- KÖNIG, Ekkehard. Concessive connectives and concessive sentences: cross-linguistic regularities and pragmatic principles. In: HAWKINS, John. (Org.). *Explaining language universals*. New York: Basil Blackwell. 1988.
- KÖNIG, Ekkehard. Concessive relations as the dual of causal relations. In: ZAEFLERER, Dietmar (org.). *Semantic universals and universal semantics*. Dordrecht: Foris. 1991a.
- KÖNIG, Ekkehard. *Focus particles*. London: Routledge. 1991b.
- KÖNIG, Ekkehard.; SIEMUND, Peter. Causal and concessive clauses: formal and semantic relations. In: COUPER-KUHLEN, Elisabeth; KORTMANN, Bernard. (Org.) *Cause, condition, concession, contrast: cognitive and discourse perspectives*. Berlin: Mouton de Gruyter. 2000.
- KORTMANN, Bernd. *Adverbial subordination*. Berlin: Mouton de Gruyter. 1997.
- KRATZER, Angelika. *Modals and conditionals*. Oxford: OUP. 2012.
- LAKOFF, George. *Women, fire and dangerous things*. What categories reveal about the mind. Chicago: Chicago University Press. 1987.

- LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metaphors we live by*. Chicago: Chicago University Press. 2003 [1980].
- LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Philosophy in the flesh*. The embodied mind and its challenge to western thought. New York: Basic Books. 1999.
- LANGACKER, Ronald. Semantic Representations and the Linguistic Relativity Hypothesis. *Foundations of Language* 14.307-357. 1976.
- LANGACKER, Ronald. *Foundations of Cognitive Grammar: theoretical prerequisites*. vol 1. Stanford: Stanford University Press. 1987.
- LANGACKER, Ronald. *Foundations of Cognitive Grammar: descriptive application*. vol 2. Stanford: Stanford University Press. 1991a.
- LANGACKER, Ronald. *Concept, image and symbol*. Berlin: Mouton de Gruyter. 1991b.
- LANGACKER, Ronald. *Grammar and conceptualization*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter. 1999.
- LANGACKER, Ronald. *Introduction to Cognitive Grammar*. Oxford: Oxford University Press. 2008.
- LANGACKER, Ronald. *Essentials of Cognitive Grammar* Oxford: Oxford University Press. 2013.
- LANGACKER, Ronald. Subordination in a dynamics account of grammar. In: VISAPÄÄ, Laura; KALLIOKOSKI, Jyrki; SORVA, Helena. *Contexts of subordination*. Amsterdam: John Benjamins. 2014.
- LEE, Chungmin. Scalar Meanings of the Concessive (–to), the Contrastive Topic Marker (–nun) and –man ‘only’ in Korean (and Japanese). In: *PACLIC* (18), p. 217-226. 2004.
- LEVINSON, Stephen. *Pragmatics*. Cambridge: CUP. 1983.
- LEVINSON, Stephen. *Presumptive meanings*. Massachusetts: MIT Press. 2000.
- LIMA, Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio. 1973.
- MATTHIESSEN, Christian; THOMPSON, Sandra. The structure of discourse and ‘subordination’. In: HAIMAN, John; THOMPSON, Sandra. (Org.) *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins. 1988.
- MCCAWLEY, James D. *Everything that linguists have always wanted to know about logic – but were too ashamed to ask*. Chicago: Chicago University Press. 1993 [1989].
- MICHAELIS, Laura. Continuity within three scalar models: the polysemy of adverbial still. In: *Journal of Semantics* (10), p. 193-237. 1993.
- MICHAELIS, Laura. Expectation Contravention and Use Ambiguity: The Vietnamese Connective *cung*. In: *Journal of Pragmatics* (21), p.1-36. 1994.

- MICHAELIS, Laura. Cross-world continuity and the polysemy of adverbial still. In: FAUCONNIER, Gilles; SWEETSER, Eve. *Spaces, worlds and grammar*. Chicago: Chicago University Press. 1996.
- MICHAELIS, Laura. Sign-Based Construction Grammar. In: Hoffman, T.; Trousdale, G. (org.), *The Oxford Handbook of Construction Grammar*. Oxford: Oxford University Press. 2013. p.133-152.
- MIRANDA, Lara Carvalho. *As construções concessivas de polaridade negativa no português do Brasil*. Dissertação (Mestrado em Letras, Área de Linguística) Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.
- MONTOLÍO, Estrella. On affirmative and negative complex conditional connectives. In: COUPER-KUHLEN, Elizabeth; KORTMANN, Bernd. (Org.) 2000.
- MORAES, Clovis Barleta. Se não... ao menos: da oração concessiva à locução conjuncional correlativa. *Alfa* (32). 1988.
- NEVES, Maria Helena de Moura. As construções concessivas. In: NEVES, Maria Helena de Moura (Org.). *Gramática do Português Falado* vol. VII – novos estudos. Campinas: Editora Unicamp. 2002a.
- NEVES, Maria Helena de Moura. As construções causais. In: NEVES, Maria Helena de Moura (Org.). *Gramática do Português Falado* vol. VII – novos estudos. Campinas: Editora Unicamp. 2002b.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Ensino de língua e vivência de linguagem*. São Paulo: Editora Contexto. 2010.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de Usos do Português*. São Paulo: Editora Unesp. 2011 [2000].
- NEVES, Maria Helena de Moura. *A Gramática passada a limpo*. São Paulo: Parábola. 2012.
- NEVES, Maria Helena de Moura. A gramática da polarização do enunciado: distinções funcionais e inter-relações. In: BARROS, D. L.P.; NEVES, M.H.M. *A gramática e seu interfaceamento com os campos de atuação na comunidade*. Araraquara: Cultura Acadêmica. 2018a.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática do português revelada em textos*. São Paulo: Editora Unesp. 2018b.
- NEVES, Maria Helena de Moura; CONEGLIAN, André Vinícius Lopes. O estatuto categorial dos subordinadores adverbiais complexos numa visão cognitivo-funcional da linguagem. In: *Entrepalavras*, vol. 8, n. 6. 2018.
- NEVES, Maria Helena de Moura; CONEGLIAN, André Vinícius Lopes. A categoria dos subordinadores adverbiais concessivos no português brasileiro: uma proposta cognitivo-funcional. Em preparação.
- NIKIFORIDOU, Vasiliki. *Conditional and concessive clauses in Modern Greek: syntact and semantic description*. Tese de doutorado. Universidade da Califórnia, Berkeley. Departamento de Linguística. 1990.

- NUYTS, Jan. Grounding and the system of epistemic expressions in Dutch: a cognitive-functional view. In: BRISARD, Frank. *Grounding: the epistemic footing of deixis and reference*. Berlin: Mouton de Gruyter. 2002.
- PARAZUELOS, M. H. C. “Bipolares” al servicio de la “concesividad”: causales, condicionales y adversativas. *Verba*, n. 20, p. 221-254, 1993.
- RADFORD, Andrew. *Transformational syntax*. Cambridge: CUP. 1988.
- RUDOLPH, Elizabeth. *Contrast: Adversative and Concessive Relations and their Expressions in English, German, Spanish, Portuguese on Sentence and Text Level*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1996.
- SANDERS, Ted; STUKKER, Ninke; VERHAGEN, Arie. Categories of subjectivity in Dutch causal connectives: a usage-based analysis. In: SANDERS, Ted; SWEETSER, Eve. (Org.) *Causal categories in discourse and cognition*. Berlin: Mouton de Gruyter. 2009.
- SCHWENTER, Scott. *Pragmatics of conditional marking: implicature, scalarity, and exclusivity*. Londres: Routledge. 1990.
- STASSI SÉ, Joceli. *Subordinação discursiva no português à luz da Gramática Discursivo- Funcional*. 2012. 194 f. (Doutorado em Estudos Linguísticos – Área de Concentração: Análise Linguística) — Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2012.
- STICKLES, Elise; et. al. Formalizing contemporary conceptual metaphor theory: a structured repository for metaphor analysis. In: *Constructions and Frames* 8:2. 2016. p. 166-213.
- STORTI-GARCIA, Talita. *As relações concessivas no português falado sob a perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional*. 176 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos – Área de Concentração: Análise Linguística) — Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2012.
- SWEETSER, Eve. A proposal for uniting deontic and epistemic modals. In: *BLS* 8. 1982.
- SWEETSER, Eve. *From etymology to pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press. 1990.
- SWEETSER, Eve. Compositionality and blending: semantic composition in a cognitive realistic framework. In: JANSSEN, Theo; REDEKER, Gisela. *Cognitive linguistics: foundations, scope and methodology*. Berlin: Mouton de Gruyter. 1999.
- SWEETSER, Eve. Putting the same “meaning” together from different pieces. In: MARMARIDOU, Sophia; NIKIFORIDOU, Vasiliki. (org.) *Reviewing Linguistic Thought: Perspectives into the 21st Century*. Berlin: Mouton de Gruyter. 2006a.
- SWEETSER, Eve. Negative spaces: levels of negations and kinds of space. In: BONNEFILLE, Stéphanie; SALBAYRE, Sébastien. (org.) *Proceedings of the conference "Negation: Form, figure of speech, conceptualization"*. Publication du groupe de recherches anglo-américaines de l'Université de Tours. Tours: Publications universitaires François Rabelais. 2006b.

- SZABÓ, Zóltan. Compositionality. In: ZALTA, E. The Stanford Encyclopedia of Philosophy. <http://plato.stanford.edu/archives/spr2007/entries/compositionality>. 2007.
- TALMY, Leonard. Figure-ground relations in complex sentences. In: *Proceedings of the First Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*. 1975.
- TALMY, Leonard. *Force dynamics in language and cognition*. 1988. Disponível em << <http://acl.ldc.upenn.edu/T/T78/T78-1003.pdf>>> . Acessado em 02 de novembro de 2012.
- TALMY, Leonard. *Toward a Cognitive Semantics*. vol. 1. Cambridge: MIT Press. 2000.
- TALMY, Leonard. How language structures space. In: PICK, Herbert L.; ACREDOLO, Linda. *Spatial orientation: theory, research and application*. New York: Plenum Press. 1983.
- TALMY, Leonard. Foreword. In: GONZALES-MARQUEZ, Monica; MITELBERG, Irene; SPIVEY, Michael (orgs.) *Methods in cognitive linguistics*. Amsterdam: John Benjamins. 2006.
- TALMY, Leonard. *Ten lectures in cognitive semantics*. Londres: Brill. 2018.
- TOMSAELLO, Michael. *Constructing a language*. Cambridge: Cambridge University Press. 2003.
- VERHAGEN, Arie. Concession implies causality, though in some other space. In: COUPER-KUHLEN, Elizabeth; KORTMANN, Bernd. (Org.) *Cause, condition, concession, contrast: cognitive and discourse perspectives*. Berlin: Mouton de Gruyter. 2000.
- VERHAGEN, Arie. *Constructions of intersubjectivity: discourse, syntax and cognition*. New York: Oxford University Press. 2005.
- ZAMPRONEO, Silvana. *A hipotaxe adverbial concessiva no português escrito contemporâneo do Brasil*. 1998. Dissertação (Mestrado em Letras, Área de Linguística e Língua Portuguesa) — Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1998.
- ZAMPRONEO, Silvana. *Multifuncionalidade e intersubjetividade em construções concessivas: uma análise em ocorrências do português contemporâneo do Brasil*. Tese (Doutorado em Letras, Área de Linguística e Língua Portuguesa) — Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2014.
- WHORF, Benjamin Lee. *Language, thought and reality*. Cambridge: The MIT Press, 1956.